UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE E
CONTROLADORIA

TEORIA E NORMAS CONTÁBEIS DE OPERAÇÕES EM
DESCONTINUIDADE: UM ESTUDO DE CASO

Sílvio Hiroshi Nakao

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo dos Santos

São Paulo

2000

Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Jacques Marcovitch

Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Eliseu Martins

Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro

Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Contabilidade e Controladoria

Prof. Dr. Diogo Toledo do Nascimento

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE E
CONTROLADORIA

TEORIA E NORMAS CONTÁBEIS DE OPERAÇÕES EM
DESCONTINUIDADE: UM ESTUDO DE CASO

Sílvio Hiroshi Nakao

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo dos Santos

Dissertação apresentada ao
Departamento de Contabilidade
e Atuária como requisito parcial
para obtenção do título de
mestre em Contabilidade e
Controladoria

São Paulo

2000

FICHA CATALOGRÁFICA

Nakao, Sílvia Hiroshi

Teoria e normas contábeis de operações em descontinuidade : um estudo de caso / Sílvia Hiroshi Nakao. —
São Paulo : FEA/USP, 2000.

173 p.

Dissertação - Mestrado

Bibliografia.

1. Contabilidade – Teoria 2. Contabilidade societária
3. Contabilidade internacional 4. Contabilidade - Normas
I. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
da USP

CDD – 657

Aos meus dedicados pais.

AGRADECIMENTOS

Sem a condução de Deus, nada do que tenho conseguido realizar em minha vida seria possível. Agradeço a Ele por tudo, mas principalmente pelos claros sinais de Sua presença nos momentos mais difíceis.

Ao orientador Prof. Dr. Ariovaldo dos Santos, por toda sua dedicação e apoio durante a elaboração e revisão da dissertação.

Ao meu grande amigo e companheiro dessa jornada de estudos Roni Cleber Bonizio, por nos manter motivados frente a todas as dificuldades por que passamos juntos nesse curso de mestrado. Do mesmo modo, agradeço ao grande companheiro Marco Antonio Berto.

À Sandra, minha esposa, pela terna compreensão e apoio em todos aqueles momentos em que precisei estar ausente, longe de sua companhia.

Aos notáveis professores do curso de mestrado, que nos mostraram sempre de forma brilhante o caminho da busca pelo conhecimento.

A todos os grandes amigos da turma de mestrado, que me honraram com a oportunidade de participar de belas discussões, estudos e idéias, entre os quais: Paulo Roberto Barbosa Lustosa, Vera Rodrigues Ponte, Edilene Santana Santos, Artur Franco Bueno, Ana Paula Paulino da Costa e Elionor Farah Jreije.

À CAPES e à FINECAFI, pelo apoio financeiro durante a realização do curso e da pesquisa cujo tema serviu de base para a elaboração dessa dissertação.

Aos colegas do Laboratório de Pesquisas em Contabilidade Internacional da FINECAFI, por toda a colaboração durante os trabalhos.

Aos Srs. José Kalil Neto, Celso Guida, Wilson Luiz Fascina e Aparecido Edvaldo Rodrigues, da Divisão de Controladoria da DERSA, pela atenção e pela contribuição com as informações que subsidiaram a elaboração dessa dissertação.

Ao Prof. Dr. Lázaro Plácido Lisboa e ao Prof. Dr. Natan Szuster, pelas importantes contribuições para a melhoria do trabalho.

Ao Prof. Nahor Plácido Lisboa, que foi quem mais me incentivou e deu apoio para entrar nesse programa de pós-graduação e continuar estudando, sempre.

RESUMO

Este trabalho procura investigar as bases teóricas e normativas para o reconhecimento contábil das operações em descontinuidade, que são partes representativas de um negócio que estão sendo vendidas, transferidas ou abandonadas. O objetivo é verificar se o reconhecimento e a evidenciação contribuem para o aumento da capacidade do usuário em realizar projeções acerca do desempenho futuro da empresa. A teoria da contabilidade traz uma série de parâmetros em termos de reconhecimento, mensuração e evidenciação dessas operações, que pode ser utilizada na elaboração de normas contábeis. Dois conjuntos de normas foram analisados: as norte-americanas e as internacionais do IASC. Um estudo comparativo foi realizado, seguido da elaboração de um estudo de caso prático em que se observam as conseqüências da não existência de normas no Brasil e como a informação poderia ser apresentada segundo as regras norte-americanas e do IASC.

ABSTRACT

This work tries to investigate the theoretical and normative bases for accounting recognition of discontinuing operations, which are representative parts of a business being sold, spun-off or abandoned. The objective is to verify if recognition and disclosure contribute to the increase of the user's capacity in accomplishing projections concerning the future performance of the company. Accounting theory brings a series of parameters in recognition, measurement and disclosure terms, which can be used in the elaboration of accounting standards. Two groups of standards were analyzed: the US-GAAP and the international standards of IASC. A comparative study was accomplished, followed by the elaboration of a practical study case in that are observed the consequences of no existence of rules in Brazil and how the information could be presented according to US-GAAP and of IASC.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
CAPÍTULO 1 - DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	10
1.1. ANTECEDENTES DO PROBLEMA	10
1.2. PROBLEMA, HIPÓTESE E OBJETIVO DO TRABALHO	12
1.3. DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	15
1.4. METODOLOGIA DE PESQUISA	16
1.5. TERMINOLOGIA	16
CAPÍTULO 2 - REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1. POSTULADOS CONTÁBEIS E DESCONTINUIDADE	19
2.1.1. Postulado da Entidade e Definição de Operação	19
2.1.2. O Postulado da Continuidade e a Descontinuidade da Entidade	22
2.2. O MOMENTO DO RECONHECIMENTO DA DESCONTINUIDADE	24
2.3. DEFINIÇÃO DOS RESULTADOS DA DESCONTINUIDADE DE UMA OPERAÇÃO	25
2.4. MOMENTOS DE RECONHECIMENTO DE GANHOS E PERDAS	28
2.5. MENSURAÇÃO DOS GANHOS E PERDAS DECORRENTES DA DESCONTINUIDADE	31
2.6. EVIDENCIAÇÃO	45
2.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O CAPÍTULO	51
CAPÍTULO 3 – NORMAS CONTÁBEIS	52
3.1. AS OPERAÇÕES EM DESCONTINUIDADE SEGUNDO OS US-GAAP E O IASC 52	
3.2. NORMAS NORTE-AMERICANAS	53
3.2.1. Definição de Operação em Descontinuidade	54
3.2.2. Definição das Datas de Reconhecimento da Descontinuidade	55
3.2.3. Mensuração de Ativos e Passivos	57
3.2.3.1. Reconhecimento e Mensuração no APB-30	58
3.2.3.2. Reconhecimento e Mensuração da Descontinuidade no FAS-121	64
3.2.4. Apresentação e Evidenciação	68
3.2.4.1. Balanço Patrimonial	68
3.3. NORMAS DO IASC	76
3.3.1. Definição de Operações em Descontinuidade	77
3.3.2. Definição do Evento de Reconhecimento da Descontinuidade	80
3.3.3. Mensuração de Ativos e Passivos	81
3.3.3.1. Provisões	81
3.3.3.2. Perdas por Desvalorização de Ativos	86
3.3.4. Apresentação e Evidenciação	92
3.3.4.1. Evento de Evidenciação Inicial	92
3.3.4.2. Outras Evidenciações	93
3.3.4.3. Exemplos Ilustrativos	97

3.4. COMPARAÇÃO US-GAAP / IASC	101
3.4.1. Definição de Operações em Descontinuidade	101
3.4.2. Reconhecimento da Descontinuidade	102
3.4.3. Mensuração de Ativos e Passivos	104
3.4.4. Evidenciação	107
3.4.5. Quadro Comparativo	110
3.5. EXEMPLOS COMPARATIVOS	114
3.5.1. Exemplo com Definição do Momento de Reconhecimento da Descontinuidade	114
3.5.2. Exemplo com Cálculo de Desvalorização de Ativos de Longo Prazo	115
3.5.3. Exemplo com Abandono da Operação	117
3.5.4. Exemplo com Evidenciação na DRE	118
CAPÍTULO 4 – CASO DERSA	121
4.1. INTRODUÇÃO	121
4.2. A DERSA	122
4.3. AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PUBLICADAS	123
4.3.1. Considerações Gerais	123
4.3.2. Demonstrações de 1995 a 1997	124
4.3.3. Demonstrações de 1998	125
4.3.4. Informações Adicionais Obtidas Junto à DERSA	127
4.4. O QUE PODERIA TER SIDO FEITO	129
4.4.1. Visão Geral	129
4.4.2. O Reconhecimento da Descontinuidade	130
4.4.2.1. <i>O Momento do Reconhecimento da Descontinuidade das Operações SAB e SAI</i>	131
4.4.2.1. <i>O Não Reconhecimento do Lote 12 como uma Operação em Descontinuidade</i>	133
4.4.3. Mensuração das Operações em Descontinuidade	134
4.4.4. Simulação da Evidenciação das Operações em Descontinuidade da DERSA	136
4.4.4.1. <i>Critérios de Cálculo Utilizados</i>	136
4.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
CONCLUSÃO	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	167

INTRODUÇÃO

A partir da Segunda Guerra Mundial, mas principalmente nas décadas de 1960 e 1970, muitas empresas começaram a criar ou adquirir diversos negócios, até mesmo em áreas completamente diferentes.

Ansoff¹ separa essa estratégia em duas formas distintas: diversificação sinérgica e formação de conglomerado. Na primeira, há a aquisição de novos negócios que possam trazer à empresa ganhos sinérgicos, por causa de necessidades do mercado ou pela tecnologia. Na segunda, as atividades adquiridas ou criadas não estão relacionadas com as atividades atuais da empresa. Segundo Spruill², os conglomerados são *“firmas que atuam em numerosos e distintos mercados, cada qual com suas características próprias de fornecimento, demanda e lucros”*.

Seja de uma maneira ou de outra, houve no referido período uma verdadeira onda de compra e venda de negócios. Spruill apresenta um quadro que revela o tamanho desse movimento de fusões e aquisições nos Estados

¹ ANSOFF, H. Igor. **A nova estratégia empresarial**, p. 112-113.

² SPRUILL, Charles R. **Conglomerates and the evolution of capitalism**, p. 1.

Unidos naquelas duas décadas apenas das empresas com ativos acima de 10 milhões de dólares, reproduzidos a seguir:

	Número de fusões		Volume de Ativos em US\$ Bi	
	1948-1964	1965-1976	1948-1964	1965-1976
Horizontal	147	129	4.969	8.818
Vertical	94	85	3.974	3.748
Conglomerados	406	846	12.578	54.455

Tabela 1 – Número de fusões e volume de ativos envolvidos³

As fusões no sentido horizontal representam as que ocorrem entre empresas concorrentes em um mesmo segmento de mercado, seja de uma mesma localização geográfica ou não. No sentido vertical, são as empresas que atuam em segmentos diferentes de um mesmo mercado, como uma indústria de papel e seu distribuidor, ou um produtor rural de cana-de-açúcar e uma usina. As fusões de conglomerado são as que ocorrem entre empresas de mercados diferentes, como uma empresa de cimento que adquire uma outra de fornecimento de energia elétrica.

Esse quadro revela a importância desse movimento de fusões, mas não significa que o aumento no tamanho das empresas ocorre apenas por essa forma. Muitas preferem diversificar ou expandir suas atividades utilizando suas próprias competências, partindo para novos mercados com suas marcas próprias ou novas, ou aumentando seus domínios em outras regiões geográficas.

Diversas foram as razões para que houvesse esse movimento para a diversificação ou a formação de conglomerados, entre outras:

³ Adaptado de SPRUILL, Charles R. Conglomerates and the evolution of capitalism, p. 4.

- os ganhos de escala com o compartilhamento de diversas funções administrativas e redução dos gastos em comum;
- a crença de que as habilidades de profissionais de administração pudessem ser aplicadas a qualquer tipo de empresa, conseguindo-se, assim, sucesso em cada empreendimento;
- a redução do risco total com a formação de conglomerados, tanto pelo poder de sustentar perdas com maior facilidade por causa do tamanho, como pela minimização dos riscos com a diversificação.

Entretanto, a partir da década de 1980, verificou-se que a estratégia de diversificação e formação de conglomerados pela aquisição de empresas não se mostrou, em muitos casos, eficaz⁴. Muitas empresas não souberam fazer as aquisições certas para obter sinergias ou não tiveram talento suficiente para administrar a enorme diversidade de empresas em áreas distintas de atuação, as pessoas e as diferenças de cultura organizacional. Foram negócios que tiveram taxas de retorno abaixo do esperado ou prejuízos operacionais contínuos.

Tomasko⁵ compartilha dessa visão, quando escreve sobre as causas dos ‘inchaços’ das estruturas administrativas e a conseqüente necessidade de *downsizing*:

“Crescimento pela diversificação. Durante boa parte das décadas de 1960 e 1970, o caminho predileto para o crescimento era através da diversificação. Sinergia era a palavra comumente usada em relatórios anuais para justificar estas decisões, mas boa

⁴ O movimento de fusões e aquisições continua com toda intensidade – de 1995 a 1998, ocorreram 27.600 operações nos Estados Unidos – mas tem ocorrido com menor intensidade em relação à formação de conglomerados (veja EL HAJJ, Zaina S. **Business combination e consolidação: uma abordagem comparativa entre as normas dos US-GAAP, IASC e Brasil**).

⁵ TOMASKO, Robert M. **Downsizing: reformulando sua empresa para o futuro**, p. 9.

parte do crescimento veio através da aquisição ou formação de empresas relacionadas apenas marginalmente, quando muito, com o ramo de negócio básico no qual os altos executivos do grupo passam a maior parte do tempo de suas carreiras. A gestão dessas expansões exigia novos níveis de executivos habilitados para a diversificação e novos quadros de pessoal para auxiliar os altos executivos a administrar os novos executivos.

Gestão por descentralização. *Esta era a nova filosofia gerencial para suportar a era da diversificação. Ela se valia da confiança, delegação e administração por objetivos – todas elas partes importantes do instrumental da gerência. Infelizmente, em algumas empresas ela resultou na destruição de economias de escala e na duplicação de esforços pessoais. A administração descentralizada era defendida por muitos executivos, mas praticada por poucos. Os executivos em situação incômoda com seus princípios acabavam procurando, através de modos indiretos, recuperar o controle sobre seus negócios. Alguns burocratizaram suas estruturas na alta administração com grupos executivos gabinetes-do-presidente. Outros adotaram as tecnologias do planejamento estratégico.”*

Com isso, muitas empresas ou conglomerados começaram a desfazer suas composições formadas pelas diversas aquisições ou criações internas, vendendo suas partes a outras empresas, a gerentes e empregados, transferindo ativos para outras empresas coligadas ou simplesmente abandonando o negócio.

Alguns exemplos podem ser dados, obtidos em publicações recentes:

- A DuPont vendeu, no quarto trimestre de 1998, parte de sua unidade de óleo à Conoco Inc., resultando em um ganho de US\$2,4 bilhões⁶;

⁶ WARREN, Susan. **DuPont posts 9% decline in earnings from continuing lines before charges.** Wall Street Journal: New York, 28 de janeiro de 1999.

- Em 1996 e 1997, a PepsiCo norte-americana realizou uma operação de *spin-off* de seu segmento de restaurantes, que inclui as redes Kentucky Fried Chicken, Taco Bell e Pizza Hut, envolvendo US\$ 5,5 bilhões⁷;
- No primeiro trimestre de 1999, a General Motors Corp. realizou a transferência dos ativos da Delphi Automotive Systems para uma nova companhia independente⁸;
- A Monsanto anunciou em 1º de julho de 1999 a venda das operações da Nutrasweet de adoçantes artificiais e *biogum*⁹.

A decisão de “enxugar” uma empresa ou conglomerado traz consigo uma série de implicações, tanto antes como depois de ser tomada. Estão relacionadas com o problema questões estratégicas, econômicas, operacionais, financeiras, sociais, éticas, políticas etc.

A literatura contábil tem tratado esse evento como a “descontinuidade de uma operação”, pois esse termo é suficiente para abranger todo tipo de situação em que um negócio possa passar a deixar de fazer parte do conglomerado, como venda, transferência, abandono etc., e ao mesmo tempo abranger os diversos tipos de caracterização do componente, seja ele um segmento de negócios, geográfico ou outro.

Dentro dos domínios da ciência contábil, esse “enxugamento” tem sido estudado sob dois pontos de vista: o gerencial e o societário. Sob o ponto de vista

⁷ Informações obtidas a partir das demonstrações contábeis da PepsiCo de 1998 e em DEOGUN, Nikhil. **Pepsi's profit falls 10%, but sales rise as U.S. beverage line shows strength.** Wall Street Journal: New York, 2 de fevereiro de 1999, p. B8

⁸ **GM posts record quarterly financial results.** M2 Presswire; Coventry; 16 de abril de 1999, p. 1.

⁹ **Monsanto's 2d-quarter profit beats analysts' expectations.** New York Times: New York, 28 de julho de 1999.

gerencial, tem-se desenvolvido ferramentas de apoio à decisão para as fases de planejamento e controle desse evento. Sob o ponto de vista societário, o estudo tem se dirigido para o desenvolvimento de demonstrações contábeis que evidenciem de forma mais adequada a ocorrência desse evento, no sentido de permitir ao usuário externo a elaboração de projeções mais confiáveis sobre o futuro da empresa.

É sob a ótica da contabilidade societária que esta dissertação pretende discorrer, analisando o que a teoria da contabilidade fornece de subsídios para o reconhecimento e a evidenciação da descontinuidade de parte de uma empresa e como isso tem sido feito na prática, por meio do levantamento de normas contábeis no exterior. Isso é necessário porque alguns órgãos normativos internacionais têm reconhecido as operações em descontinuidade (ainda não descontinuadas) a partir do momento em que passam a ter essa condição. No Brasil, pelo menos até o ano de 1999, ainda não existiam normas específicas para esse reconhecimento.

É realizado também um estudo de caso, procurando examinar o que a falta de regras específicas para o assunto no Brasil traz de conseqüências à capacidade de realizar projeções sobre o futuro da empresa por parte dos usuários das demonstrações.

Este trabalho procura, então, investigar formas de se evidenciar as operações em descontinuidade que tenham por objetivo aumentar o poder das demonstrações em fornecer subsídios para a tomada de decisões relacionadas ao posicionamento futuro da empresa. Essas informações podem até mudar o rumo das ações que vinham sendo realizadas até então pelos usuários,

dependendo das dimensões do evento, pois eles podem verificar que os fluxos de caixa (positivos ou negativos) que provinham daquelas operações não mais existirão.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos, além da introdução e da conclusão, com o seguinte conteúdo:

- Capítulo 1: definição do problema, hipótese e objetivo do trabalho;
- Capítulo 2: revisão dos principais conceitos da Teoria da Contabilidade que dão suporte à contabilização de Operações em Descontinuidade, com interpretações nos principais aspectos;
- Capítulo 3: levantamento das normas dos US-GAAP¹⁰ e do IASC¹¹, com uma comparação crítica;
- Capítulo 4: Estudo de caso.

¹⁰ *United States Generally Accepted Accounting Principles* – referem-se às normas contábeis geralmente aceitas nos Estados Unidos.

¹¹ *International Accounting Standards Committee* (Comitê Internacional de Normas Contábeis) – órgão internacional, com sede em Londres, que busca a harmonização das normas de contabilidade para todos os países.

CAPÍTULO 1 - DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

1.1. ANTECEDENTES DO PROBLEMA

As demonstrações contábeis têm sido um dos principais veículos de comunicação entre a empresa e os demais agentes econômicos, pois representam um retrato do que tem acontecido e permitem que se faça uma avaliação de sua situação econômico-financeira atual e futura. Prova dessa importância está na maneira como têm sido utilizadas:

- são a base para a distribuição de dividendos aos acionistas;
- dão subsídios aos processos de planejamento e controle da administração da empresa;
- são uma das principais fontes de informação do mercado de capitais a respeito do desempenho empresarial;
- são fontes primárias de referência para a análise de crédito por parte de instituições financeiras;
- são fundamentais para o Governo, como base de tributação das empresas;

- são utilizadas como fonte de dados para a elaboração de estatísticas governamentais;
- têm sido utilizadas como base para ranking e desempenho da economia (por exemplo a revista Exame Melhores e Maiores); entre outros.

Uma das principais preocupações de quem analisa os balanços e os resultados de uma empresa é se ela vai conseguir continuar operando de forma saudável, com liquidez e rentabilidade satisfatórias, e quais as perspectivas para o futuro, de acordo com o que tem ocorrido no presente e no passado. Portanto, uma das principais características da informação contábil é o seu valor preditivo, ou seja, a capacidade de se fazer, por meio de sua leitura, projeções para o futuro, próximo ou remoto. Entretanto, a informação pode ter maior ou menor valor preditivo, dependendo da forma como é apresentada. Uma outra característica importante é a da oportunidade, ou seja, a capacidade de permitir a tomada de decisões em tempo hábil, que pode ser maior ou menor dependendo de quando se torna disponível.

O foco desta dissertação é a descontinuidade de uma operação. O rompimento de uma fusão ou a disposição de um segmento de negócios da empresa é um evento relevante, pois está relacionado à estratégia da empresa. Como todo movimento estratégico, esse evento pode ter consequências irreversíveis no futuro.

Uma questão importante, então, se coloca em relação à oportunidade e ao valor preditivo da informação: quando e como deve ser reconhecido esse evento? Uma das possibilidades é a de se reconhecer e evidenciar o evento enquanto o processo de descontinuidade ainda está em andamento, mas pode ser que isso

não contribua em nada para que o usuário faça suas projeções acerca do desempenho futuro da empresa. Por outro lado, pode ser também que, se não forem aplicadas regras especiais para seu reconhecimento e evidenciação nas demonstrações contábeis, esse evento teria um tratamento não condizente com a sua relevância.

O Brasil não possui, pelo menos até 1999, regras especiais para o reconhecimento da disposição de parte da empresa. Os ganhos ou perdas decorrentes da baixa dos ativos da operação são lançados a resultado não operacional no momento em que são entregues ao comprador, por ser considerada uma disposição como qualquer outra.

1.2. PROBLEMA, HIPÓTESE E OBJETIVO DO TRABALHO

É preciso saber, portanto, qual a metodologia mais adequada para se contabilizar o evento da descontinuidade de uma operação, considerando que há realmente a necessidade de se estabelecer regras especiais para o seu reconhecimento. Pode ser até que o evento não exija maiores cuidados, supondo-se que o usuário poderia fazer suas projeções de forma satisfatória sem qualquer regra especial.

A investigação desta dissertação se concentrará justamente sobre a validade de regras especiais para o reconhecimento da disposição de parte de uma empresa, supondo que esse reconhecimento possa acontecer ainda durante o processo de descontinuidade. O problema que se coloca é o seguinte:

O reconhecimento e a evidenciação de operações em descontinuidade promovem o aumento da capacidade dos usuários das demonstrações contábeis de avaliar as mudanças nas posições financeiras e fazer projeções futuras do desempenho da empresa?

A dissertação irá trabalhar com a seguinte hipótese, que poderá ser aceita ou rejeitada dependendo dos resultados dos estudos que serão realizados:

O reconhecimento e a evidenciação de operações em descontinuidade permitem ao usuário das demonstrações contábeis fazer projeções futuras da posição financeira e da capacidade de geração de lucros pela segregação das informações das operações em continuidade daquelas em descontinuidade.

Para aceitar ou rejeitar a hipótese, será necessária a elaboração de um trabalho que terá como objetivo:

Levantar formas de se reconhecer, mensurar e evidenciar a descontinuidade de uma operação a partir da teoria e da prática, e avaliar se essas formas

promovem o aumento da capacidade dos usuários das demonstrações contábeis em elaborar projeções futuras e tomarem suas decisões com maior confiabilidade.

A investigação da teoria contábil é importante para a aceitação ou rejeição da hipótese colocada porque a capacidade de as demonstrações contábeis permitirem a elaboração de projeções futuras depende de como as informações são estruturadas. Para isso, é necessário conhecer as bases dessa estruturação, dadas pela teoria contábil, tanto em termos de reconhecimento e de mensuração, como de evidenciação.

O levantamento do que é realizado no exterior também é importante para saber o que está sendo feito pelo mundo por meio dos principais órgãos normativos. As normas contábeis podem indicar uma estruturação das demonstrações que permitam ao usuário fazer projeções futuras a respeito do desempenho da empresa.

O estudo de caso tem por objetivo reiterar a aceitação ou rejeição da hipótese, vendo pelo lado do usuário das demonstrações contábeis. Será analisado um caso em que as informações sobre as operações em descontinuidade não tenham sido colocadas em evidência para verificar se o usuário teria ou não dificuldades de realizar projeções sobre o desempenho futuro da empresa.

1.3. DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Este trabalho procura investigar primeiramente as bases teóricas que fundamentam (ou que deveriam fundamentar) a prática contábil dos principais aspectos relacionados ao tema, que são o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação de operações em descontinuidade. Para isso, serão examinados na teoria da contabilidade os postulados e princípios contábeis, os conceitos de mensuração de ativos e passivos e as bases para o reconhecimento de ganhos e perdas, além das formas de evidenciação.

Com o levantamento do arcabouço teórico, serão então investigadas as características das normas existentes dos principais órgãos normatizadores no exterior, IASC e FASB, verificando se a prática está fundamentada na teoria e quais têm sido os requisitos normativos que estão sustentando a existência de norma específica para operações em descontinuidade.

Depois desse levantamento, será analisado um caso brasileiro em que haja esse tipo de evento e cujas demonstrações tenham sido publicadas de acordo com as normas vigentes. Será então realizada uma análise de como deveriam ter sido divulgadas de acordo com o entendimento da teoria e das normas contábeis do exterior.

A partir disso, poder-se-á concluir se há ou não a necessidade de regras especiais para o reconhecimento do evento da descontinuidade de uma ou mais operações da empresa, tendo em mente a capacidade do usuário das demonstrações de tomar melhores decisões.

1.4. METODOLOGIA DE PESQUISA

Pode-se identificar três grandes partes dentro da estrutura deste trabalho: a investigação da teoria contábil, o levantamento das normas internacionais e das norte-americanas e o estudo de caso.

Em relação à teoria da contabilidade, aos US-GAAP e às normas internacionais (IASB), a pesquisa se dará por meio de levantamento bibliográfico.

O estudo de caso partirá da escolha de uma empresa brasileira que tenha tido a experiência de descontinuar pelo menos uma de suas operações principais. Serão levantadas suas demonstrações contábeis publicadas e outras informações por meio de pesquisa de notícias em jornais e Internet, e entrevistas com pessoas da empresa.

1.5. TERMINOLOGIA

O termo “operações descontinuadas” tem sido utilizado há algum tempo em pronunciamentos de determinados países e tem se tornado parte do vocabulário contábil internacional.

Porém, a palavra ‘descontinuada’ refere-se a algo passado, já concluído. Em uma interpretação rígida do termo, deveria estar sendo considerado que a sua contabilização só poderia ocorrer próximo ao final ou já no término do processo de descontinuidade da operação. Entretanto, o processo de descontinuidade de uma operação pode durar às vezes apenas um mês e em outras até vários anos. Atualmente, em diversos países, o reconhecimento e a evidenciação contábil costumam ocorrer antes que a operação tenha sido interrompida, vendida ou

abandonada, normalmente quando o plano ou o processo de descontinuidade se inicia.

Assim, o termo “**operações em descontinuidade**” substitui neste trabalho o termo “**operações descontinuadas**”, pois passa um certo sentido de processo em andamento, e não o de acabado/concluído. Esse termo apareceu pela primeira vez no recente estudo do IASC intitulado “*Discontinuing Operations - A Draft Statement of Principles*”. O novo termo será utilizado em substituição ao antigo mesmo quando houver a referência a normas que tratam do assunto com o uso do termo antigo.

A operação em descontinuidade é uma **parte relevante** da empresa que está sendo vendida, abandonada ou descontinuada de uma outra maneira, e pode estar na forma de um segmento de negócios, uma linha de produtos ou um segmento geográfico, por exemplo. Não se confunde com a descontinuidade da empresa como um todo, ou da cessação de todas as suas atividades.

CAPÍTULO 2 - REFERENCIAL TEÓRICO

O objetivo deste capítulo é procurar fazer uma revisão dos principais conceitos teóricos que dão suporte à contabilização de operações em descontinuidade, envolvendo os aspectos de reconhecimento, mensuração e evidenciação. A teoria fornece as razões pelas quais devem ser adotados determinados procedimentos para essa contabilização, dentro de um conjunto de possibilidades. No próximo capítulo, será possível verificar que as normas contábeis têm forte fundamentação teórica e que os órgãos normatizadores fizeram escolhas na adoção de determinados procedimentos a partir do que deveria ser feito de acordo com a teoria e o que seria possível em termos de praticabilidade e de objetividade. O levantamento da teoria contábil é importante para a aceitação ou rejeição da hipótese do trabalho porque seus conceitos levam à estruturação da informação, aspecto relevante para as análises dos usuários das demonstrações contábeis.

2.1. POSTULADOS CONTÁBEIS E DESCONTINUIDADE

O tema Operações em Descontinuidade, como não poderia deixar de ser, está intimamente ligado aos dois postulados fundamentais da contabilidade: o Postulado da Entidade Contábil e o Postulado da Continuidade. Esses dois postulados são a base de sustentação de toda a teoria contábil.

2.1.1. Postulado da Entidade e Definição de Operação

O postulado da entidade contábil pode ser enunciado da seguinte forma: *“existem entidades que realizam as operações econômicas observadas pela contabilidade”*¹².

Esse enunciado pode parecer pouco revelador, se for entendido que apenas é identificada a existência de entidades. Contudo, há outros aspectos que estão por trás desse enunciado e que devem ser levantados.

Um primeiro aspecto é a delimitação das entidades para efeito de observação pela contabilidade. A verificação mais direta e tradicional desse aspecto é a separação das informações da empresa das informações dos sócios/acionistas. Empresa e sócio devem ser entendidos como duas entidades distintas e suas operações econômicas não podem ser confundidas.

Entretanto, o enunciado não se prende a essa separação sócio/empresa. Ele é mais amplo, no sentido de que uma entidade é aquela que pode ter suas operações econômicas observadas pela contabilidade, independentemente de

¹² IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**, p. 46.

seu tamanho relativo ou de sua abrangência em termos de domínio societário ou hierárquico.

Por isso, o entendimento do que seja uma entidade contábil não se limita apenas ao conceito legal de uma empresa. O conceito de entidade pode incluir também tanto a consolidação de várias firmas como uma divisão ou área, um departamento, uma filial, uma fábrica no exterior ou uma classe de consumidores. Rosenfield e Rubin¹³ compartilham dessa visão. Qualquer parte da empresa, teoricamente, pode ter suas informações evidenciadas separadamente do restante da empresa, desde que, conforme o enunciado, possa ser observada pela contabilidade. Isso depende dos objetivos dos demonstrativos contábeis e dos interesses dos usuários da informação.

Esse entendimento é fundamental para o reconhecimento de uma operação em descontinuidade como uma entidade (ou sub-entidade) que deve ser observada de modo separado. A consequência disso é que os princípios contábeis podem ser aplicados apenas à operação, de forma integral. O que diferencia a operação da empresa como um todo, nesse caso, é o poder de decisão e controle que a empresa tem sobre a operação.

Em termos práticos, porém, nem todas as partes poderiam ser evidenciadas, para efeito de demonstrações contábeis, para o público externo, uma vez que é necessário que a informação seja relevante. Isso significa que há a necessidade de se estabelecer um tamanho mínimo relativo para que as partes sejam evidenciadas de forma a levar ao usuário uma informação de relevância.

¹³ ROSENFELD, Paul. RUBIN, Steven. Consolidation, translation, and the equity method: concepts and procedures, p. 240-1.

Há definições variadas sobre quando uma informação é relevante, que basicamente vão por três caminhos: quando afetam objetivos, quando afetam o entendimento e quando afetam decisões. Hendriksen¹⁴ relata que o FASB se posiciona pelo lado da relevância quanto à decisão e define o termo como a capacidade da informação de 'fazer a diferença' na decisão. Para isso, a informação deve ajudar os usuários a prever resultados futuros decorrentes de eventos passados, presentes e futuros ou confirmar ou corrigir expectativas anteriores. O mesmo autor afirma que isso significa que a informação deve ter valor preditivo e valor retroativo e defende que ela também deve ser oportuna. Esses três papéis da informação estão intimamente ligados à essência do reconhecimento da descontinuidade de uma operação.

É dentro desse escopo que se situa o problema da definição de uma operação em descontinuidade. Qual deve ser o tamanho mínimo dessa operação para que mereça uma evidenciação separada e um tratamento contábil especial? Será que a simples suspensão da produção de um modelo de um produto pode se enquadrar nessa definição?

Algumas normas contábeis têm definido que o tamanho adequado de uma operação pode ser o que configura o chamado segmento.

A teoria da contabilidade não trata formalmente de quais devem ser os critérios que configuram um segmento: seu tamanho relativo, o tipo de negócios que realiza etc. Portanto, a definição de um segmento será dada no próximo capítulo, quando serão revistas as normas contábeis que estabelecem os critérios necessários para evidenciá-lo.

¹⁴ HENDRIKSEN, Eldon S., VAN BREDA, M. F. **Accounting theory**, p. 133-4.

2.1.2. O Postulado da Continuidade e a Descontinuidade da Entidade

Segundo Iudícibus¹⁵, o postulado da continuidade enuncia-se da seguinte forma:

“as entidades, para efeito de contabilidade, são consideradas como empreendimentos em andamento (going concern), até circunstância esclarecedora em contrário, e seus ativos devem ser avaliados de acordo com a potencialidade que têm de gerar benefícios futuros para a empresa, na continuidade de suas operações, e não pelo valor que poderíamos obter se fossem vendidos como estão...(no estado em que se encontram).”

O Postulado da Continuidade assume que a entidade contábil irá continuar operando por tempo suficiente para poder levar adiante suas obrigações existentes. De acordo com Hendriksen¹⁶, para validar esse pressuposto, alguns argumentam que, como as obrigações são de diferentes períodos de tempo, novas obrigações terão que ser contraídas continuamente no futuro para levar adiante todas as obrigações, o que leva à assunção do pressuposto de tempo de vida indefinido.

Mesmo sabendo que nenhuma entidade pode ser considerada eterna, o Postulado da Continuidade é um pressuposto válido para a contabilidade porque é difícil avaliar o horizonte exato de um empreendimento, que pode se alterar a cada instante. Assumir a continuidade permite que se atribua as parcelas do

¹⁵ IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**, p. 46.

¹⁶ HENDRIKSEN, Eldon S., VAN BREDÁ, M. F. **Accounting theory**, p. 146.

resultado total da entidade, que somente seria apurado ao final de sua existência, aos vários períodos, enquanto sua vida ainda não terminou.

A consequência da assunção desse pressuposto está na forma de avaliar o patrimônio da entidade e por conseguinte seus resultados periódicos. Na continuidade, conforme o enunciado do Postulado, os ativos devem ser avaliados de acordo com a potencialidade que têm de gerar benefícios futuros para a empresa. Porém, há controvérsias quanto à forma de se avaliar tais benefícios futuros, gerados pelos recursos utilizados pela entidade.

Uma das abordagens defende que, enquanto a entidade está em continuidade, a valoração de seus ativos por valores de liquidação não interessa, pois ela deve ser vista como um mecanismo voltado para adicionar valor aos recursos que utiliza. Assim, os ativos adquiridos pela empresa e que ainda não foram utilizados devem ser avaliados pelo seu custo de aquisição, e não pelo valor que a empresa poderia obter vendendo-os.

Olhando agora para a condição oposta à da descontinuidade, a situação muda, pois no momento em que a entidade passa da condição de empreendimento em andamento para a condição de descontinuidade, ela pode receber um tratamento contábil diferente do que vinha tendo. O enunciado do Postulado da Continuidade coloca que nessa situação, os ativos da entidade devem ser avaliados pelo valor que se poderia obter se fossem vendidos no estado em que se encontram, ao invés de ter seus ativos avaliados de acordo com a potencialidade que têm de gerar benefícios futuros para a empresa. O momento de reconhecimento da descontinuidade e sua forma de avaliação serão discutidos mais atentamente a seguir.

2.2. O MOMENTO DO RECONHECIMENTO DA DESCONTINUIDADE

Uma entidade passa a estar com a condição de descontinuidade quando há a iminência de algum evento que irá levá-la ao fim de sua existência na atual forma, podendo esse evento ser, por exemplo, sua venda ou o abandono de sua atividade operacional, entre outros.

O enunciado do Postulado da Continuidade coloca que as entidades estão em andamento até circunstância esclarecedora em contrário. Essa circunstância é o ponto chave para o reconhecimento da descontinuidade de uma operação.

As circunstâncias poderiam ser várias: a tomada de decisão por parte da empresa de se descontinuar a operação, a aprovação e o anúncio de um plano, o fechamento de um contrato de venda ou transferência ou a efetivação do abandono, ou mesmo a entrega da operação ao comprador. Apesar de a relação não ser exaustiva, esses vários momentos, como se pode verificar, seguem uma seqüência natural, que vai desde a primeira evidência de que a operação será descontinuada até a sua efetiva realização.

Desse modo, a primeira circunstância em que fica claro que a entidade não irá continuar operando, e portanto passa a estar em descontinuidade, é o ato da tomada da decisão de sua disposição, pois nenhum outro evento ligado à descontinuidade poderia ocorrer se a empresa não a tivesse tomado, já que a operação está apenas sob seu controle.

Porém, alguns órgãos normatizadores têm tido dificuldades em estabelecer o momento da decisão como sendo o do reconhecimento da descontinuidade, uma vez que não há um registro concreto e facilmente a empresa poderia voltar

atrás em sua decisão, correndo o risco de levar ao usuário uma informação enganosa. Por causa disso, tais órgãos têm escolhido um momento posterior à tomada de decisão para reconhecer a descontinuidade.

Em termos teóricos, o momento do reconhecimento da descontinuidade é a tomada de decisão e é possível que nesse instante:

- a operação possa continuar em funcionamento até que ela seja entregue ao destinatário da compra ou transferência ou seja abandonada;
- ainda não haja um comprador, se a decisão for pela venda da operação;
- ainda não haja uma data em que a operação será entregue ou terá suas operações encerradas ou abandonadas.

Essas três possibilidades fazem com que a forma de avaliação de ativos e passivos não seja tão simples e imediata como roga o enunciado do Postulado da Continuidade, uma vez que é difícil estabelecer nesse momento da decisão o valor de liquidação (*“pelo valor que poderíamos obter se fossem vendidos como estão”*) de toda a operação. A discussão sobre as formas de avaliação será feita nas próximas seções do capítulo.

2.3. DEFINIÇÃO DOS RESULTADOS DA DESCONTINUIDADE DE UMA OPERAÇÃO

Antes de tudo, é necessário definir quais são os resultados que podem decorrer da descontinuidade de uma operação e por que estes se encaixam na definição de ganhos ou de perdas.

Nesse terreno, encontram-se alguns obstáculos: o que se pode enquadrar como receita e qual a diferença em relação ao ganho? Primeiramente, toma-se

uma definição de receita para confrontá-la com uma definição de ganho. De acordo com Iudícibus¹⁷:

“Receita é a expressão monetária, validada pelo mercado, do agregado de bens e serviços da entidade, em sentido amplo, em determinado período de tempo e que provoca um acréscimo concomitante no ativo e no patrimônio líquido, considerado separadamente da diminuição do ativo (ou do acréscimo do passivo) e do patrimônio líquido provocados pelo esforço em produzir tal receita.”

“Um ganho representa um resultado líquido favorável resultante de transações ou eventos não relacionados às operações normais do empreendimento.”¹⁸

Por essas duas definições, é possível diferenciar receita de ganho pelo aspecto da produção de bens e serviços ou das operações normais. Se for proveniente do operacional, deve ser considerado receita; do contrário, será ganho. Porém, o que pode ser considerado como operacional? Será que a venda de imobilizado não pode ser assim considerada, uma vez que depende de uma decisão que decorre das necessidades operacionais da empresa? Será que o ganho proveniente de tal venda não pode ser apenas um erro no cálculo da depreciação, que é operacional?

Hendriksen¹⁹ prefere uma outra abordagem, não definindo precisamente o que é um ganho. Ele prefere fazer a distinção entre as atividades de produção de riqueza da firma e as transferências inesperadas de riqueza provenientes de

¹⁷ IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**, p. 119.

¹⁸ IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**, p. 126.

‘presentes’ ou ‘golpes de sorte’. Nesse sentido, há uma visão mais ampla do que pode ser enquadrado dentro do conceito de receitas, incluindo, além das vendas de bens e serviços, as vendas de imóveis, equipamentos e investimentos.

O FASB, entretanto, considera que as receitas são provenientes das operações principais ou centrais em andamento da empresa, e os ganhos dos “*aumentos nos ativos líquidos das operações periféricas ou acidentais*”²⁰. Nessa visão, a venda de ativos pode levar ao reconhecimento de um ganho caso haja um resultado positivo nessa venda.

Kam²¹ acredita que essa definição do FASB é mais apropriada, pois:

“para os leitores das demonstrações financeiras, a distinção dos valores que são resultado das atividades primárias da empresa (receita) daqueles que são resultado de atividades acidentais ou periféricas (ganhos) é mais informativa”.

Do lado da despesa e da perda, as definições contrapõem-se às de receita e ganho, uma vez que receitas e despesas estão relacionadas às operações principais da empresa e ganhos e perdas às atividades acidentais ou periféricas.

¹⁹ HENDRIKSEN, Eldon S., VAN BREDÁ, M. F. **Accounting theory**, p. 357.

²⁰ SFAC 6, par. 82.

²¹ KAM, Vernon. **Accounting Theory**, p. 175.

Em relação às despesas, Kam²² define que:

“Despesas são decréscimos no valor de ativos ou aumentos no valor de passivos devido ao consumo de produtos ou serviços nas operações principais ou centrais da entidade.”

De forma oposta ao ganho, Iudícibus²³ define perda como o “efeito líquido desfavorável que não surge das operações normais do empreendimento”.

O FASB²⁴ considera que perdas são decréscimos nos ativos líquidos decorrentes de transações periféricas ou acidentais e de outros eventos que podem estar muito além do controle da firma.

A descontinuidade de um segmento, que no fundo é um conjunto de descontinuidades de ativos líquidos, acaba se enquadrando nos conceitos de ganhos e perdas nas interpretações mais convencionais de resultado não-operacional e nas de atividades acidentais ou periféricas.

Esses ganhos ou perdas são gerados por mudanças nos montantes de ativos e passivos em relação aos que estão registrados na contabilidade.

2.4. MOMENTOS DE RECONHECIMENTO DE GANHOS E PERDAS

Talvez o aspecto mais interessante desse tema seja o momento em que se deve reconhecer a existência de ganhos ou perdas.

Em relação ao momento do reconhecimento de ganhos, Iudícibus²⁵ diz que:

²² KAM, Vernon. **Accounting Theory**, p. 212.

²³ IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**, p. 126.

²⁴ **FASB Concept n. 3 – elements of financial statements of business enterprises**, par. 68-69.

²⁵ IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**, p. 126.

“é semelhante ao da receita; entretanto, os contadores são mais rigorosos na aplicação do critério da realização no caso de ganhos do que no caso de receitas.”

Como o momento do reconhecimento de ganhos é semelhante ao da receita, Hendriksen²⁶ define que:

“Um item deve ser reconhecido como receita de uma empresa quando ela é parte do produto da organização, quando ela pode ser mensurada, quando tem valor preditivo ou retroativo, e quando ela pode ser verificada com confiabilidade.”

O reconhecimento do ganho é o que mais gera controvérsias.

No caso da descontinuidade, reconhecer um ganho antes mesmo de sua realização, pode fazer com que se crie uma expectativa de valoração dos ativos acima do que realmente possa ser, já que depende muitas vezes de estimativas. Por causa disso, a convenção do conservadorismo poderia ser uma restrição válida, fazendo com que os ganhos sejam reconhecidos apenas no momento da realização.

Por outro lado, colocando o conservadorismo à parte, o reconhecimento antecipado dos ganhos pode levar ao usuário das demonstrações uma visão do que a empresa realmente espera como resultado de sua decisão, mostrando no próprio momento do reconhecimento da descontinuidade tais resultados.

²⁶ HENDRIKSEN, Eldon S., VAN BREDA, M. F. **Accounting theory**, p. 359.

Em função dessa controvérsia, é possível que o momento do reconhecimento do ganho seja diferente do momento de se reconhecer uma perda, em que há maior consenso. Iudícibus²⁷ afirma que:

“o reconhecimento das perdas é semelhante ao reconhecimento das despesas, embora não possam ser confrontadas com a receita. Desta forma, deveríamos registrá-las no período em que se torna claro que determinado ativo proverá menor soma de benefícios futuros para a empresa do que sua avaliação possa indicar.”

É interessante salientar que o reconhecimento se dá no momento em que se verifica claramente que o ativo irá prover uma soma menor de benefícios futuros do que o valor registrado na contabilidade (mesmo que esteja em continuidade).

Isso gera uma discussão interessante: será que esse momento deve coincidir com o momento do reconhecimento da descontinuidade?

Como visto anteriormente, o momento do reconhecimento da descontinuidade deve se dar na tomada dessa decisão, mas esse momento traz alguns problemas para o reconhecimento de ganhos ou perdas, pois pode não haver um comprador, uma data final definida e a entidade pode continuar operando.

O momento da descontinuidade dá origem à indicação de que a entidade não irá mais continuar operando e que os ativos não podem mais ser avaliados seguindo o princípio do custo como base de valor.

²⁷ IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**, p. 127.

Porém, como mensurar? É sabido que a entidade já não irá prover a soma de benefícios futuros que está registrado, mas é possível que não haja uma forma de verificação clara e objetiva de qual será a nova soma. Por causa disso, o momento do reconhecimento de perdas pode até ser postergado.

É importante salientar que somente os ganhos ou perdas diretamente relacionados com a descontinuidade podem ser considerados como ganhos ou perdas decorrentes deste evento. Outros ganhos ou perdas podem ser reconhecidos até o momento da realização da descontinuidade, mas não necessariamente serão decorrentes dela.

2.5. MENSURAÇÃO DOS GANHOS E PERDAS DECORRENTES DA DESCONTINUIDADE

Os ganhos são reconhecidos quando há a identificação de que houve um aumento no valor dos ativos líquidos em decorrência do reconhecimento da descontinuidade. As perdas podem decorrer da valoração dos ativos abaixo do que está registrado ou de novos passivos que tenham que ser reconhecidos em função da descontinuidade. A mensuração dos ganhos e perdas, portanto, vai depender da forma como será avaliado o ativo e/ou o passivo da operação.

Para Iudícibus²⁸, a definição de passivo é complexa e possui resumidamente as seguintes características:

- as exigibilidades devem referir-se a transações ou eventos passados ou presentes normalmente a serem pagas em um momento futuro específico;

²⁸ IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**, p. 110.

- pode-se reconhecer exigibilidades contingentes mesmo que os eventos caracterizem a exigibilidade legal apenas no futuro;
- pode-se provisionar indenizações por prática comercial comum, mesmo que não exigidas legalmente.

Assim, passivo é um valor conhecido ou estimado a ser pago com a transferência de ativos ou com a prestação de serviços por uma entidade em um momento futuro específico a um destinatário identificável, e cujo fato gerador desta obrigação está relacionado a transações ou eventos passados ou presentes.

Ganhos até podem ser reconhecidos se determinado item do passivo sofrer uma redução de valor ou deixar de ser exigido pelo credor em decorrência do reconhecimento da descontinuidade.

O reconhecimento de um novo passivo somente pode representar perda se estiver diretamente relacionado com o reconhecimento da descontinuidade, já que este é um evento anormal. Caso contrário, são passivos comuns relacionados com a atividade operacional da entidade e portanto não podem ser tratados como perdas.

Essas perdas devem ser mensuradas como qualquer passivo, pelo valor atual dos montantes a serem pagos no futuro²⁹.

Referindo-se ao ativo, Iudícibus³⁰ faz as seguintes considerações em relação à sua definição:

²⁹ IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**, p. 112.

³⁰ IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**, p. 94.

1. *“o ativo deve ser considerado à luz da sua propriedade e/ou à luz de sua posse e controle; normalmente as duas condições virão juntas;*
2. *precisa estar incluído no ativo, em seu bojo, algum direito específico a benefícios futuros (por exemplo, a proteção à cobertura de sinistro, como direito em contraprestação ao prêmio de seguro pago pela empresa) ou, em sentido mais amplo, o elemento precisa apresentar uma potencialidade de serviços futuros (fluxos de caixa futuros) para a entidade;*
3. *o direito precisa ser exclusivo da entidade; por exemplo, o direito de transportar a mercadoria da entidade por uma via expressa, embora benéfico, não é ativo, pois é geral, não sendo exclusivo da entidade.”*

Em outras palavras, ativo é um recurso econômico sob o domínio de uma entidade, incorporado independentemente da sua forma de aquisição ou constituição, que possui capacidade de prestar serviços futuros individualmente ou conjuntamente com outros ativos, e cujo valor para a entidade corresponde ao valor presente positivo dos fluxos líquidos de entradas de caixa futuros.

O grande problema da mensuração dos ativos é traduzir esses potenciais de serviços futuros em equivalentes unidades monetárias, ou seja, identificar os fluxos de caixa futuros em um horizonte indefinido. Não existe um único caminho: muitas são as formas existentes para se realizar essa tradução, por causa da dificuldade de se encontrar uma maneira de mensurar o serviço futuro de forma objetiva e ao mesmo tempo praticável.

Nesses dois quesitos, a avaliação pelo custo histórico se consagrou ao longo do tempo porque essa forma de mensuração de ativos é objetiva (verificável e comprovável) e facilmente aplicável na prática porque é obtível com facilidade: basta verificar o seu valor no documento que comprove sua aquisição. É uma visão do passado, mas que tem como principal argumento em relação à

avaliação do potencial de serviços futuros o fato de que se presume que o preço acordado entre o comprador e o vendedor do recurso utilizado pela entidade seja a melhor expressão do valor econômico do ativo, no ato da transação. Como escreve Iudícibus³¹:

“Isto significa que o comprador presume que o valor descontado dos fluxos futuros de caixa gerados pelo ativo, isolada ou conjuntamente com outros ativos e organizações, insumos etc., seja superior ou, pelo menos, igual ao gasto realizado para obtê-lo. Infelizmente, reconhecer a contribuição isolada de cada ativo não é uma tarefa fácil, mas presume-se que ninguém adquira um ativo por um preço superior ao valor esperado dos benefícios a serem gerados pelo mesmo.”

Segundo Iudícibus³², a avaliação pelo custo continua com força porque:

“o pensamento corrente sobre princípios contábeis prefere ser conservador, no sentido de não correr riscos na avaliação, a cada momento, da potencialidade do ativo em gerar serviços futuros, o que poderia levar a erros de julgamento. O pensamento corrente preocupa-se apenas em resguardar o valor original do ativo (com amortizações respectivas), pelo menos como indicador de um valor econômico aproximado, na data da transação.”

De qualquer maneira, é preciso entender que, como afirma Iudícibus³³:

“verifica-se que, no âmago de todas as teorias para a mensuração dos ativos, se encontra a vontade de que a avaliação represente a

³¹ IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**, p. 53.

³² IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**, p. 53.

³³ IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**, p. 97.

melhor quantificação possível dos potenciais de serviços que o ativo apresenta para a entidade.”

Além do custo histórico, outros conceitos surgiram ao longo do tempo. Teóricos de contabilidade separam os conceitos para avaliação do ativo em valores de entrada e valores de saída.

Genericamente, os valores de entrada são os valores de troca obtidos nos segmentos de mercado em que a entidade adquire seus recursos. Eles representam o sacrifício que a empresa realizou, tem ou terá que realizar para adquirir um dado recurso. Os valores de saída são os valores de troca obtidos nos segmentos de mercado em que a entidade vende seus ativos.

Os principais conceitos classificados como valores de entrada são os seguintes:

- 1 **custo histórico** – O custo histórico representa o sacrifício efetuado para colocar em condição de uso ou venda um dado recurso. Segundo Hendriksen³⁴, *“é o preço agregado pago pela firma para adquirir a propriedade e o uso de um ativo, incluindo todos os pagamentos necessários para obter o ativo no local e nas condições exigidas para prover serviços na produção ou outras operações da firma”*. As principais vantagens desse conceito são a de ser verificável e praticável, como comentado anteriormente. Uma das principais desvantagens é a de que o valor do ativo pode mudar ao longo do tempo. Mesmo que não mude, a expectativa de serviços futuros pode não se manter constante. Contorna-se esse problema com o uso de

³⁴ HENDRIKSEN, Eldon, VAN BREDA, M. F. **Accounting theory**, p. 491.

desvalorizações ou reavaliações do ativo. Existem outros conceitos relacionados aos custos históricos de entrada, apresentados a seguir;

- 1.1 **Custos Prudentes** – por esse conceito, apenas os custos que seriam normalmente pagos por ativos por uma administração razoavelmente prudente devem ser incluídos na mensuração de um ativo ou de uma atividade. Tem sido utilizado por órgãos de regulamentação de serviços de utilidade pública como método que permita colocar o interesse público à frente dos interesses dos empresários;
- 1.2 **Custos-padrão** – aplica-se a avaliações com base no que os custos devem ser em termos de eficiência e de capacidade de produção, baseado nos preços de troca apropriados das quantidades justas de bens e serviços necessários para a fabricação do produto. A principal vantagem é que exclui os custos de ineficiências, que são consideradas perdas. Porém, continua sendo uma medida de entrada, e não reflete o valor de um produto para a empresa;
- 1.3 **Custos Originais** – é aplicado principalmente no processo de fixação de tarifas de serviços de utilidade pública. Refere-se ao custo de ativos para a empresa que primeiro os destina à prestação de serviços de utilidade pública. Quaisquer valores pagos além do custo original não podem ser lançados às despesas operacionais ordinárias, que são utilizadas no processo de aprovação de tarifas;

2 **custo corrente** – de acordo com Martins³⁵, “é o custo corrente de aquisição dos ‘inputs’ que a firma utilizou para possuir o elemento do ativo”. Em outras palavras, Hendriksen³⁶ define que o custo corrente “*representa o preço de troca que poderia ser exigido hoje para obter o mesmo ativo ou seu equivalente*”. A principal vantagem do seu uso é a nítida melhoria na informação levada ao usuário, pois é apurado um valor mais significativo do que a simples soma de custos históricos de diferentes datas. As principais desvantagens estão relacionadas à praticabilidade, uma vez que pode haver dificuldade na obtenção de informações sobre os preços de determinados itens. As mudanças nos custos correntes podem levar à falsa impressão de que os preços de venda também se alteraram e que haverá aumento na riqueza, o que pode não ser verdade. Outros conceitos estão relacionados ao do custo corrente, como forma de estimação do mesmo:

2.1 **Appraisal Value** - o termo se refere a um valor de custo corrente ou de valor corrente estimado com o uso de procedimentos sistemáticos, geralmente realizados por alguém de fora da empresa. Por causa disso, essa estimativa é considerada mais objetiva do que o custo de reposição computado pela própria empresa. O problema é que esse valor pode ficar sem validade com o passar do tempo;

³⁵ MARTINS, Eliseu. **Contribuição à avaliação do ativo intangível**, p. 3.

³⁶ HENDRIKSEN, Eldon, VAN BREDÁ, M. F. **Accounting theory**, p. 495.

2.2 **Fair Value** - termo utilizado inicialmente por empresas de utilidade pública, que se refere ao montante que investidores ganhariam em um retorno justo. O cômputo do *fair value* poderia incluir custos de reposição. Entretanto, segundo Hendriksen³⁷, *“o Fair Value não é uma base de avaliação específica que possa ser aplicada em demonstrações contábeis. Ele é, especialmente, uma combinação de bases de avaliação determinadas pelas comissões e cortes judiciais para um propósito específico.”* O termo *Fair Value* tem sido usado pelo FASB como referência para a mensuração de algumas categorias de ativos, tais como os instrumentos financeiros, e para situações como a descontinuidade de operações, mas inclui sob esse termo vários conceitos de avaliação patrimonial, principalmente os classificados como valores de saída;

2.3 **Valor Realizável Líquido Menos um Markup Normal** – quando os custos de reposição não estão disponíveis, eles podem ser estimados pelo valor realizável líquido (o preço de venda estimado menos os custos incrementais esperados) menos uma margem bruta de lucro normal, para se obter uma aproximação dos custos correntes, a menos que não haja uma relação entre custos e preços de venda;

3 **custo de reposição futura** – a avaliação é feita pela expectativa do custo corrente na data de sua reposição no futuro. É aplicado aos casos em que a reposição do ativo se dará após a sua venda;

³⁷ HENDRIKSEN, Eldon, VAN BREDÁ, M. F. **Accounting theory**, p. 496.

- 4 **custo futuro descontado** – conceito utilizado quando o preço do ativo será pago no futuro. O custo do ativo é apresentado pelo seu valor presente. É recomendado também para os casos em que a empresa tem a alternativa de adquirir os serviços do ativo quando precisar, ao invés de adquiri-lo inteiramente, como nos casos de aluguel. Tem as desvantagens do custo histórico e as limitações do conceito de potencial de serviços descontados.

Os principais conceitos classificados como valores de saída são:

1. **Valor Presente das Entradas Futuras de Caixa** – é considerado o conceito ideal para mensuração de ativos. O valor de cada ativo é calculado pela estimativa do valor presente dos fluxos líquidos de caixa futuros que esse ativo é capaz de gerar, de acordo com taxas adequadas, a probabilidade de receber os valores previstos e o período de tempo envolvido. As principais dificuldades estão relacionadas à subjetividade das estimativas dos fluxos de caixa, à escolha da taxa de juros e à aplicação do conceito a ativos separados;
2. **Valor Realizável Líquido** – os ativos são avaliados pelo preço corrente de venda em um mercado organizado, trazidos a valor presente e descontados pelos custos e despesas adicionais de venda e entrega. Os pontos negativos estão relacionados à dificuldade de se estimar os custos adicionais e ao reconhecimento de resultados antes que todas as atividades relativas à venda tenham sido completadas e seus respectivos custos alocados;
3. **Equivalentes Correntes de Caixa** – o ativo é avaliado pelo total de dinheiro que poderia ser obtido vendendo cada ativo sob condições de liquidação ordenada ao invés de uma liquidação forçada. O esforço da empresa consiste

em vender seus ativos de forma ordenada, de maneira que obtenha o maior valor possível. Eles são mensurados pelos preços cotados no mercado de produtos de tipo e condições similares. Esse conceito traz, então, a representação do seu comportamento em relação ao ambiente. Um dos maiores problemas do conceito está na possibilidade de se justificar a exclusão nas demonstrações de todos os itens que não têm um preço de mercado, tais como os intangíveis;

4. **Valores de Liquidação** – trabalha com uma hipótese extremada de valores de saída porque presume uma situação em que é necessária uma venda forçada do ativo, a preços abaixo dos de mercado para que se possa realizá-lo com mais facilidade. Como esse conceito não reflete a realidade em circunstâncias normais, Hendriksen³⁸ elenca duas situações em que ele pode ser utilizado:
- “1. quando a mercadoria ou outro ativo tenha perdido sua utilidade normal, se tornou obsoleto, ou tenha perdido seu mercado normal;
 - 2. quando a firma espera descontinuar o negócio em um futuro próximo e não será capaz de vender em seu mercado normal”.

A pergunta que se faz, é claro, é qual desses métodos é o mais adequado para se avaliar os ativos de uma operação em descontinuidade.

A resposta não é tão simples. É preciso ter em mente que:

- 1. a operação, entendida como uma entidade, já está com a sua condição de descontinuidade reconhecida para efeito de avaliação;

³⁸ HENDRIKSEN, Eldon, VAN BREDA, M. F. **Accounting theory**, p. 500.

2. o enunciado do postulado da continuidade define que, nessa condição, a entidade deveria ter seus ativos avaliados não mais pelo potencial de geração de benefícios, mas sim pelos valores que se poderia obter com os mesmos no estado em que se encontram;
3. o momento do reconhecimento da descontinuidade deveria se dar no ato da tomada dessa decisão, mas por conservadorismo, isso pode acontecer em um momento posterior, até mesmo no momento de sua realização;
4. a descontinuidade pode não ocorrer sob a forma de venda da totalidade do componente: pode ser vendido em partes, pode sofrer um processo de transferência de ativos (*spin off*) ou simplesmente ser abandonado.

De um modo geral, é necessário definir se os ativos devem ser avaliados a valores de entrada ou de saída.

Como a entidade já teve sua situação de descontinuidade reconhecida, a opção que a teoria contábil indica ser a melhor é a dos valores de saída, a menos que seja impossível avaliar os ativos por algum de seus métodos.

Um argumento que se põe contra a avaliação por valores de saída é o de que é possível que no momento dessa mudança de situação ainda não haja um preço de venda ou mesmo um mercado organizado para a venda desses ativos.

Entretanto, para avaliar os ativos a valores de saída, não é necessário que haja um mercado ou um comprador definido, já que esses ativos podem ser avaliados a valores descontados das entradas de caixa futuras. Além disso, pode ser que a operação não esteja sendo vendida, e sim abandonada.

Isso demonstra que a forma de descontinuidade pode acabar afetando a forma como esses ativos devem ser avaliados, e que para cada situação pode ser necessário um conceito de avaliação diferente.

Para se verificar se isso é verdade, é necessário certificar-se de como cada conceito atenderia às diversas situações que podem ocorrer em termos de descontinuidade, representadas na Figura 1.

Figura 1 - Situações de Descontinuidade

O reconhecimento ou a redefinição de ganhos ou perdas pode ocorrer em uma situação em que a operação já é objeto de um contrato firmado de venda, ou seja, já há um preço definido para a entidade. Se há um preço de venda, a avaliação dos ativos deve acompanhar tal preço, ou seja, serem mensurados a valores de saída.

Contudo, um complicador se coloca no meio do caminho. Fechar um contrato de venda não significa que a operação será entregue no ato, ou mesmo que ela irá deixar de operar nesse exato instante. É natural que ela continue operando até que haja condições para sua entrega. Desse modo, haverá fluxos de caixa operacionais entre o contrato e a sua efetiva entrega, momento da realização.

Esses fluxos de caixa operacionais que ocorrerão após o fechamento do contrato representam fluxos futuros de caixa gerados pelo ativo.

Nessa situação, essa avaliação não é por valores de liquidação, uma vez que não necessariamente a venda ocorreu em uma situação extremada de ter que vender os ativos a preços de liquidação. Além disso, o preço já foi definido no contrato.

O conceito que melhor se aplica ao caso da existência de um contrato de venda é o de valor presente das entradas futuras de caixa, pois existe um valor definido no contrato para toda a operação, o que já representa um dos fluxos de caixa. Os demais fluxos são provenientes dos custos e despesas necessários para colocar os ativos em condição de entrega e os resultados operacionais que se estima obter a partir do momento do reconhecimento, que podem ser mensurados com maior precisão e menor subjetividade por causa do horizonte de tempo definido a partir de orçamentos ou projeções de caixa.

Em relação à venda em partes, é preciso entender que a operação somente pode ser considerada como uma entidade se ela for analisada no todo. Assim, um ativo isolado que represente uma pequena parte dessa operação pode não ser reconhecido como uma outra entidade, se não puder realizar operações

econômicas que possam ser observadas pela contabilidade. Isso significa que sua alienação não deve ser considerada descontinuidade de uma operação, não cabendo as regras de reconhecimento apresentadas aqui. Porém, se uma grande parte dos ativos, cujo conjunto não descaracteriza suas operações, for objeto de um contrato de venda, deixando de lado apenas ativos que não são essenciais, tal parte ainda pode ter o tratamento da descontinuidade como se fosse uma venda da totalidade.

Uma outra situação é o reconhecimento de ganhos ou perdas que pode ocorrer quando a operação ainda não é objeto de um contrato firmado de venda. Pode-se separar isso em dois casos: a operação ainda será vendida e a operação será abandonada.

Na hipótese de a operação ser vendida no futuro, ainda não há um preço definido para a operação em descontinuidade. Desse modo, para avaliar os ativos, os conceitos de valor realizável líquido e valor presente das entradas futuras de caixa podem ser utilizados.

É necessário lembrar que não é a empresa como um todo que está em processo de descontinuidade, mas apenas uma de suas operações. Com isso, a operação pode ser vendida por um preço maior do que se ela estivesse em processo de liquidação forçada.

Com o conceito de valor realizável líquido, os ativos são avaliados pelo preço que se poderia obter se fossem vendidos em mercados organizados, trazidos a valor presente e descontados pelos custos e despesas adicionais necessários para a venda. Sem um preço ainda definido para a operação em

descontinuidade, uma referência do mercado é uma boa estimativa para o valor do seu ativo.

Com o conceito de valor presente das entradas futuras de caixa, os ativos são avaliados pelo valor presente dos fluxos de caixa estimados provenientes da operação que ocorrerá até a data estimada de realização da descontinuidade mais o valor presente do valor residual de tais ativos.

2.6. EVIDENCIAÇÃO

A evidenciação está diretamente ligada aos objetivos da contabilidade, pois a sua definição é que pode fazer com que a informação seja levada ao usuário das demonstrações contábeis de forma clara, concisa e tempestiva.

A descontinuidade de uma operação é um evento que exige evidenciação, principalmente para não tornar as demonstrações enganosas, dado o pressuposto da continuidade. Hendriksen elenca situações em que isso poderia acontecer:

1. *“uso de procedimentos que afetam materialmente as apresentações de resultados ou de balanço comparados com métodos alternativos que poderiam ser supostos pelo leitor, na ausência da evidenciação;*
2. *mudança importante nos procedimentos de um período a outro;*
3. *eventos significativos ou relações que não derivam das atividades normais;*
4. *contratos especiais ou arranjos que afetam as relações de contratantes envolvidos;*
5. *mudanças relevantes ou eventos que afetariam normalmente as expectativas; e*
6. *mudanças sensíveis nas atividades ou operações que afetariam as decisões relativas à empresa.”*

A própria relevância da operação em termos de tamanho relativo indica a necessidade de se evidenciar sua descontinuidade. Por causa disso, não é apenas na situação de descontinuidade que os resultados e patrimônio de uma operação ou segmento deveriam estar sendo evidenciados separadamente.

Buzby³⁹ sugere que a adequação de uma evidenciação pode ser determinada se as seguintes questões forem respondidas:

- “1. Para quem a informação será evidenciada?*
- 2. Qual o propósito da informação?*
- 3. Quando a informação deve ser evidenciada?*
- 4. Quanta informação deve ser evidenciada?*
- 5. Como a informação deve ser evidenciada?”*

Procurando responder a essas questões, a descontinuidade de uma operação deveria ser evidenciada para os usuários em geral das demonstrações contábeis: investidores, clientes, fornecedores, concorrentes etc.

Para o IASC, o objetivo de demonstrar as informações sobre operações em descontinuidade é:

“aumentar a habilidade dos usuários das demonstrações financeiras em fazer projeções futuras dos fluxos de caixa da empresa, da capacidade de geração de lucros, e a posição financeira pela segregação da informação sobre o fluxo de caixa em descontinuidade da informação sobre o fluxo de caixa em continuidade.”

Para que a informação seja oportuna, a descontinuidade da operação deve ser evidenciada no período em que ela é reconhecida, seja em suas demonstrações anuais ou nas intermediárias.

³⁹ BUZBY, Stephen L. **The nature of adequate disclosure**, p. 652.

Assim como na mensuração de ativos e passivos, uma operação deve ser tratada como uma entidade separada também para efeitos de evidenciação. Porém, como ela é parte de uma outra entidade, sua evidenciação deve acontecer dentro das demonstrações da entidade mãe.

Em relação ao 'como' as informações devem ser apresentadas, Iudícibus⁴⁰ enumera alguns métodos de realizar a evidenciação:

- “1. forma e apresentação das demonstrações contábeis;
2. informação entre parênteses;
3. notas de rodapé (explicativas);
4. quadros e demonstrativos suplementares;
5. comentários do auditor; e
6. relatório da diretoria.”

Assim, a evidenciação não deve se prender apenas às notas explicativas. No caso de operações em descontinuidade, a evidenciação deve ser mais ampla para que atinja seu objetivo, com a apresentação das informações de forma destacada nas demonstrações contábeis e nas notas de rodapé.

No balanço patrimonial, os ativos e os passivos da operação deveriam aparecer de forma destacada dos demais itens patrimoniais da entidade mãe. O mesmo vale para a demonstração de origens e aplicações de recursos e para a demonstração dos fluxos de caixa: devem ser apresentadas separadamente as operações em continuidade das operações em descontinuidade.

Em relação à demonstração do resultado do exercício, um dos aspectos a serem tratados em relação à evidenciação dos resultados da descontinuidade de uma operação é se esse resultado deveria aparecer nela ou não.

⁴⁰ IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**, p. 84.

A discussão é sobre o que deveria ser incluído na composição do lucro líquido na demonstração do resultado do exercício. Dependendo da forma como o lucro é calculado, os resultados das operações em descontinuidade talvez nem seriam demonstrados no corpo da DRE.

Existem duas principais abordagens em relação a esse assunto: o conceito Limpo (*Current Operating*) e o conceito Globalizante (*All-Inclusive*).

No conceito Limpo, o foco da demonstração de resultados é a mensuração da eficiência da empresa, no sentido do uso dos recursos nas operações para a geração de resultados. Com isso, são demonstrados apenas os eventos controláveis pela administração e que resultam das decisões do período corrente. Isso exclui itens de resultado incorridos em períodos anteriores e ainda não reconhecidos, bem como todas as perdas e ganhos. Os resultados das operações devem ser apresentados separadamente dos resultados das atividades não operacionais, o que no caso requer uma outra demonstração para reconciliar o lucro líquido com a mudança no patrimônio líquido do período.

Como relata Hendriksen⁴¹,

“os defensores desse conceito sugerem que o resultado líquido obtido na demonstração é mais relevante para as comparações inter-períodos e entre firmas e para a elaboração de predições. Eles também sugerem que, embora a classificação dos itens operacionais e não-operacionais possa ser difícil, contadores treinados estão em uma melhor condição para fazer essa classificação do que pessoas de fora ou não contadores. Deve haver uma evidenciação total dos itens não correntes e não operacionais, mas os analistas financeiros e outros usuários dos dados contábeis freqüentemente enfatizam apenas uma cifra para o lucro líquido do ano. Com isso, é proposto que, se somente uma cifra é citada, o resultado líquido operacional é mais útil como medida do desempenho limpo.”

⁴¹ HENDRIKSEN, Eldon S., VAN BREDÁ, M. F. **Accounting theory**, p. 326.

O conceito Globalizante de lucro, de acordo com Hendriksen⁴², é definido como “a mudança total no patrimônio reconhecida pelo registro das transações ou pela reavaliação da firma durante um período específico, exceto pela distribuição de dividendos e as transações de capital.” Com isso, são incluídas na DRE todas as transações reconhecidas durante o período corrente.

Nesse conceito, o lucro seria composto, além de itens correntes como ganhos e perdas em ativos líquidos e mudanças no valor de investimentos em ações, pelos efeitos dos ajustes contábeis de períodos anteriores reconhecidos no período e os efeitos cumulativos de mudanças nos princípios contábeis. Além disso, por esse conceito, também poderiam ser reconhecidos os ganhos e perdas com a descontinuidade de uma operação.

Os proponentes do conceito Globalizante de lucro elencam as seguintes razões para essa forma de mensuração, conforme Hendriksen⁴³:

- se os eventos extraordinários e as correções dos períodos anteriores forem omitidos, o lucro líquido pode ficar superestimado;
- a omissão de certos débitos e créditos no cômputo do lucro líquido pode levar a possíveis manipulações;
- é considerada mais fácil de preparar e mais fácil de ser entendida pelos leitores;
- com a evidenciação total, o leitor das demonstrações pode ser mais capaz de fazer suas classificações e chegar à sua própria medida do lucro, maneira

⁴² HENDRIKSEN, Eldon S., VAN BREDÁ, M. F. **Accounting theory**, p. 326.

⁴³ HENDRIKSEN, Eldon S., VAN BREDÁ, M. F. **Accounting theory**, p. 327-8.

mais apropriada do que se contadores e administradores procurassem antecipar as necessidades específicas dos usuários;

- ainda não está definido claramente o conceito de operacional e não-operacional.

Em função das razões da utilização do conceito Globalizante, percebe-se que a evidenciação dos ganhos e perdas decorrentes da descontinuidade de uma operação, só possível por esse conceito, é importante, pois permite ao usuário ter uma visão mais global do resultado e ao mesmo tempo poder moldar a informação sobre o lucro às suas próprias necessidades, classificando os itens de resultado à sua maneira.

Uma outra discussão refere-se à separação da DRE em categorias dentro do conceito Globalizante: operações em continuidade, operações em descontinuidade e itens extraordinários.

Conforme relato do APB-30⁴⁴, alguns contadores acreditam que o uso de categorias arbitrárias e subjetivas tende a confundir o investidor, e que apenas duas amplas categorias deveriam ser utilizadas: (1) receitas e ganhos e (2) despesas e perdas, identificando os itens que não são usuais ou não ocorrem freqüentemente.

Entretanto, outros contadores acreditam que a DRE seria mais útil se os efeitos dos eventos ou transações que ocorrem com pouca freqüência e são de natureza não-usual sejam segregados dos resultados das operações em continuidade, ordinárias e típicas de uma entidade. Eles acreditam também que

⁴⁴ APB Opinion nº 30 – Reporting the results of operations – reporting the effects of disposal of a segment of a business, and extraordinary, unusual and infrequently occurring events and transactions, par. 4-6.

os resultados das operações em continuidade deveriam ser evidenciados separadamente das operações de um segmento de negócios que tenha sido ou será descontinuado e que os ganhos ou perdas na descontinuidade devem ser mostrados em conjunto com as operações do segmento, e não como um item extraordinário.

Sobre a evidenciação em notas explicativas, deveriam ser levadas aos usuários as informações adicionais que cercam o evento da descontinuidade: qual operação está em descontinuidade, quando foi reconhecido, o eventual acordo ou contrato de venda e os resultados decorrentes.

2.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O CAPÍTULO

Este capítulo procurou mostrar que a teoria da contabilidade, por meio de seus conceitos, fornece uma base consistente para a estruturação das informações sobre as operações em descontinuidade. Foram abordados os aspectos de reconhecimento da operação como uma entidade e do momento da decisão pela descontinuidade, da mensuração de ativos e passivos e das formas de evidenciação.

Porém, verifica-se que a teoria da contabilidade não dá respostas precisas a alguns pontos, como é o caso do tamanho relativo mínimo que deve ser considerado para o reconhecimento da operação (relevância).

Assim, é realmente necessário que, para que possa ser aplicado na prática, existam normas que estabeleçam critérios mais precisos para esse reconhecimento e evidenciação de operações em descontinuidade.

CAPÍTULO 3 – NORMAS CONTÁBEIS

3.1. AS OPERAÇÕES EM DESCONTINUIDADE SEGUNDO OS US-GAAP E O IASC

Depois de levantados os aspectos teóricos que envolvem o assunto no capítulo anterior, neste capítulo será realizado um levantamento das abordagens que têm sido dadas ao assunto Operações em Descontinuidade por dois dos principais conjuntos de normas no exterior: as norte-americanas, tratadas aqui como os US-GAAP (*United States Generally Accepted Accounting Principles*), e as normas do IASC (*International Accounting Standards Committee*), órgão internacional que estabelece normas contábeis na tentativa de harmonizar as práticas contábeis de diversos países do mundo.

Primeiramente, serão revistas as normas norte-americanas e posteriormente as do IASC, com uma comparação crítica ao final.

3.2. NORMAS NORTE-AMERICANAS

O principal órgão normatizador contábil dos Estados Unidos é o FASB (*Financial Accounting Standards Board*), que foi criado em 1972 em substituição ao APB (*Accounting Principles Board*). O FASB tem editado normas desde então, ancorado pelo reconhecimento do AICPA em 1973 como autoridade no estabelecimento de normas contábeis e também pela adoção em 1973 de suas normas pela SEC, a 'CVM' norte-americana.

O FASB edita como corpo principal de suas normas os chamados FAS (*Financial Accounting Standard*). Os EITF (*Emerging Issues Task Forces*) são também publicações do FASB que procuram complementar os FAS em aspectos não cobertos ou que exigem conclusões adicionais, assim como as chamadas *FASB Interpretations*, que procuram esclarecer o entendimento do FASB a respeito de determinados aspectos das normas principais. Algumas normas anteriores à criação do FASB ainda estão em vigor, como algumas '*Opinions*' do APB e importantes ARB (*Accounting Research Bulletins*), e por causa disso as normas norte-americanas não se referem apenas ao FASB.

Os principais US-GAAP que tocam no assunto Operações em Descontinuidade são o APB *Opinion nº 30 - Reporting the results of operations - reporting the effects of disposal of a segment of a business, and extraordinary, unusual and infrequently occurring events and transactions* e o FASB *Statement nº 121 - Accounting for the Impairments of Long-lived Assets and for Long-lived assets to be disposed of*. O primeiro será tratado simplesmente como APB-30 e o segundo como FAS-121.

3.2.1. Definição de Operação em Descontinuidade

De acordo com a teoria contábil, a operação em descontinuidade deve ser tratada como uma entidade distinta. Então, é necessário identificar o que é a operação: deveria ser toda uma empresa controlada que esteja sendo vendida, poderia ser uma fábrica, uma linha de produção ou então apenas uma linha de produtos que esteja sendo abandonada?

O parágrafo nº 8 do APB-30 define que:

“As operações de um segmento de negócios que tenha sido vendido, abandonado, transferido (spin off), ou descontinuado de outra maneira, embora continue operando, são objetos de um plano formal de descontinuidade”.

O principal ponto a ser destacado é que a definição dos US-GAAP considera que a parte da empresa que pode ser considerada como uma operação para efeito de caracterização como objeto de um plano de descontinuidade deve ser no formato de um segmento de negócios.

Sua definição de segmento de negócios é ampla, pois abrange um grande número de formas de componentes de empresas, como se pode verificar no parágrafo 13 do APB-30, que revela que um segmento de negócios é:

“um componente de uma empresa cujas atividades representam uma linha separada de negócios ou classes de consumidores. Um segmento pode ser na forma de uma subsidiária, uma divisão ou um departamento, e em alguns casos uma joint venture ou outro investimento não-controlado, do qual os seus ativos, os resultados de operações e as atividades possam ser claramente distinguidos fisicamente, operacionalmente e para os propósitos de demonstração financeira, de outros ativos, resultados de operações e atividades da entidade. O fato de que os resultados

das operações de um segmento que esteja sendo vendido ou abandonado não possam ser identificados separadamente, sugere fortemente que a transação não deve ser classificada como uma descontinuidade de um segmento do negócio”.

Um ponto importante para os US-GAAP quanto à configuração de uma operação em descontinuidade é a sua distinção em relação às outras operações da empresa. Os US-GAAP sustentam que a distinção deve ser tanto em termos físicos e operacionais como em termos de demonstrações contábeis, e que os resultados devem ser claramente identificados com a operação em questão.

Quanto à forma de descontinuidade, os US-GAAP consideram que uma operação pode ser vendida, abandonada, transferida ou descontinuada de qualquer outra maneira. A transferência deve ser entendida como um

“tipo de uma reorganização corporativa no qual a corporação original transfere alguns de seus ativos para uma nova corporação formada. Na troca de ativos, a corporação original recebe todo o capital acionário da nova corporação, que então distribui as ações aos seus acionistas na forma de bonificações”⁴⁵.

3.2.2. Definição das Datas de Reconhecimento da Descontinuidade

Um dos aspectos mais relevantes do tema é o momento de reconhecimento da existência de uma operação em descontinuidade. Como visto no capítulo anterior, a descontinuidade deve ser reconhecida no momento da tomada da decisão. Porém, isso pode gerar problemas para a elaboração de normas adequadas por causa da pouca objetividade, o que faz com que diversos

⁴⁵ SIEGEL, Joel G., SHIM, Jae K. *Dictionary of accounting terms*, p. 378.

momentos no processo de descontinuidade poderiam ser escolhidos como o do reconhecimento inicial. Os US-GAAP se posicionam quanto à questão definindo duas datas importantes em termos de reconhecimento e mensuração: a data de mensuração da descontinuidade e a data de descontinuidade. O parágrafo 14 do APB-30 descreve as duas datas:

“Data de mensuração da descontinuidade: a data na qual a administração, tendo a autoridade para aprovar, se compromete com um plano formal de dispor de um segmento de negócios, tanto pela venda como por abandono”.

“Data de descontinuidade: a data de encerramento da venda, se a descontinuidade for por venda, ou a data em que as operações cessam, se a descontinuidade for por abandono”.

Com essas duas definições, verifica-se que o reconhecimento inicial da descontinuidade de uma operação deve ocorrer no momento em que há um plano de descontinuidade e ao mesmo tempo o comprometimento da administração da empresa com esse. Os US-GAAP consideram que esse é o momento em que a empresa tem o propósito firme de descontinuar a operação e que a partir dessa data serão realizados esforços para que isso aconteça, o que quer dizer que com o início desse processo a empresa não deve ter mais como voltar atrás na sua decisão.

O referido plano de descontinuidade deve incluir, no mínimo, a identificação dos principais ativos a serem descontinuados, o método esperado de descontinuidade, o período esperado necessário para completá-la, um programa

ativo para encontrar um comprador se ela for por venda, os resultados estimados das operações do segmento da data de mensuração até a data de descontinuidade, e os resultados realizados que haviam sido estimados.

3.2.3. Mensuração de Ativos e Passivos

A teoria contábil contempla algumas formas alternativas de mensuração dos ativos e passivos da entidade em descontinuidade, como visto no Capítulo 2. É necessário verificar quais são as formas adotadas pelos US-GAAP para a mensuração de ativos e passivos da operação em descontinuidade.

O APB-30 trata da mensuração dos efeitos da descontinuidade de um segmento de negócios de uma empresa. O FAS-121 faz uma “emenda” ao APB-30, acrescentando os aspectos relacionados apenas aos ativos de longo prazo e certos intangíveis identificáveis que serão descontinuados, não substituindo portanto o conteúdo do APB-30. Os ativos de longo prazo, tais como construções e equipamentos, são aqueles cujos benefícios futuros ocorrerão por um período maior que um ano.

A seguir são apresentados os detalhes dos aspectos de reconhecimento e mensuração das operações em descontinuidade sob a ótica dos US-GAAP.

3.2.3.1. Reconhecimento e Mensuração no APB-30

O APB-30 dá um tratamento amplo à mensuração e evidenciação dos resultados da operação em descontinuidade, procurando evidenciar o ‘antes’ e o ‘depois’ do reconhecimento, separando os resultados em:

1. Lucros ou prejuízos operacionais do segmento em descontinuidade, e
2. Ganhos ou perdas na descontinuidade.

Os lucros ou prejuízos operacionais do segmento em descontinuidade são os resultados operacionais obtidos antes do reconhecimento da descontinuidade, ou seja, entre o início do exercício social e a data de mensuração (período representado por ‘A’ na Figura 2). A apuração desses valores é realizada normalmente, como se a operação estivesse se mantendo sob o pressuposto da continuidade. A única diferença é que esse resultado deve ser segregado dos resultados operacionais dos demais segmentos para efeito de evidenciação.

Figura 2 - Diagrama⁴⁶ dos períodos de uma operação em descontinuidade.

⁴⁶ Adaptado de: DELANEY, P. R. et al. **Wiley GAAP 98 interpretation and application of generally accepted accounting principles 1998**, 1998.

Os ganhos ou perdas na descontinuidade são os resultados decorrentes do reconhecimento da descontinuidade com a aprovação do plano e são compostos dos seguintes elementos:

1. Lucros ou prejuízos operacionais durante o período entre a data de mensuração e a data de descontinuidade; e
2. Ganhos ou perdas com a descontinuidade dos ativos e com os novos passivos do segmento.

Os lucros ou prejuízos operacionais durante o período entre a data de mensuração e a data de descontinuidade (representado por 'B' na Figura 2) podem ser compostos pelos valores realizados até a data do encerramento das demonstrações e pela estimativa de lucros ou prejuízos após essa data até a data de descontinuidade.

Esses lucros ou prejuízos que ocorrem dentro do período em que a operação está em descontinuidade representam uma parte dos fluxos líquidos de caixa futuros, se pensarmos no uso do conceito de Valor Presente das Entradas Futuras de Caixa.

A outra parcela seria representada pelo valor da realização dos ativos atuais, que poderia ser entendido como mais um fluxo de caixa. Segundo o APB-30, esse valor residual deve ser medido pela estimativa do valor realizável líquido do segmento, descontado de quaisquer custos e despesas diretamente associados com a descontinuidade.

Conforme os parágrafos 16 e 17 do APB-30, esses custos podem ser os pagamentos de rescisão de contrato de funcionários, os custos adicionais de

pensão e as despesas de realocação de empregados. Essas estimativas de custos e despesas associadas diretamente devem ser contabilizadas como provisões no passivo.

Como o objetivo do APB-30 é encontrar o valor do ganho ou perda com a descontinuidade, e não o valor total dos ativos e passivos do segmento, ele adota uma abordagem de valor incremental. Desse modo, os lucros ou prejuízos operacionais no período em que a operação está em descontinuidade e os ganhos e perdas com a descontinuidade de ativos e passivos são valores que devem ser acrescentados ou diminuídos dos ativos e passivos do segmento que está sendo disposto. De maneira indireta, acaba se encontrando o valor total dos ativos e passivos do segmento. Seria a mesma coisa que computar a soma dos lucros ou prejuízos operacionais com o valor de realização dos ativos, para se chegar ao valor do segmento em descontinuidade, e depois calcular o valor da perda ou ganho em relação ao custo histórico registrado.

O APB-30, portanto, mescla os dois conceitos de mensuração de ativos – Valor Presente das Entradas Futuras de Caixa e Valor Realizável Líquido – tratados no capítulo anterior como os conceitos de valores de saída que poderiam ser utilizados no caso da descontinuidade.

Para atender ao conceito do conservadorismo, os US-GAAP determinam que, na Data de Mensuração da Descontinuidade, a empresa só poderá reconhecer em suas demonstrações as eventuais perdas decorrentes das desvalorizações de seus ativos ou de novas provisões que sejam necessárias, diretamente associadas à decisão de descontinuidade. Os ganhos só podem ser reconhecidos na Data de Descontinuidade.

Kieso & Weygandt apresentam uma tabela com um exemplo com 6 situações (de A a F) de uma empresa que decide descontinuar um segmento em 1 de outubro de 19X1, esperando vendê-lo em 31 de março de 19X2:

	Lucro (Prejuízo) estimado das operações durante o período entre a data de mensuração e a data de descontinuidade			Ganho (perda) estimado na venda do segmento 31/03/19X2	Ganho (perda) a ser divulgado	
	19X1	19X2	Total		19X1	19X2
A	(30)	(70)	(100)	(140)	(240) ^a	
B	(30)	(70)	(100)	80	(20) ^a	
C	(30)	(70)	(100)	130		30 ^b
D	30	70	100	(140)	(40) ^a	
E	30	70	100	(90)		10 ^b
F	30	70	100	160	30 ^b	230 ^b

^a Divulgado na data de mensuração (1 de outubro de 19X1).
^b Divulgado quando realizado.

Tabela 2 - Determinando o montante a ser divulgado: ganhos e perdas na descontinuidade⁴⁷

Para as situações em que a data de descontinuidade está em um exercício social posterior à data de mensuração, existem algumas regras especiais. O problema está nos ganhos ou perdas na descontinuidade não realizados entre o início do ano seguinte e a data de descontinuidade (representado por “C” na Figura 3). Esses ganhos ou perdas devem ser estimados e confrontados com os atuais ganhos ou perdas na descontinuidade já realizados no final do exercício

⁴⁷ Adaptado de: KIESO, Donald E., WEYGANDT, Jerry J. **Intermediate accounting**, p. 592.

social corrente (durante o período representado por “A” e “B” na Figura 3). As seguintes regras se aplicam à situação:

1. Uma perda realizada na descontinuidade deve ser acrescida por uma perda estimada, ou pode ser reduzida por um ganho estimado (mas somente até zero);
2. Um ganho realizado na descontinuidade pode ser reduzido por uma perda estimada mas não pode ser aumentado com um ganho estimado.

Figura 3 - Diagrama⁴⁸ dos períodos de uma operação em descontinuidade.

O mesmo acontece em relação aos lucros ou prejuízos operacionais. Durante o período entre a data de mensuração e a data de descontinuidade (representado por “B” e “C” na Figura 3), o montante também pode ser de valores realizados e/ou estimados, dependendo da situação. Se a data da descontinuidade estiver antes do final do exercício social corrente, o montante deve ser de valores realizados. Entretanto, se a data da descontinuidade, mesmo que prevista, estiver após o final do exercício social corrente, deve ser apurado o

⁴⁸ Adaptado de: DELANEY, P. R. et al. **Wiley GAAP 98 interpretation and application of generally accepted accounting principles 1998**, 1998.

resultado até o final do ano e realizada uma estimativa dos lucros ou prejuízos operacionais do período que estiver entre o final do ano e a data prevista de descontinuidade da operação (representado por “C” na Figura 3).

Se houver uma estimativa de prejuízo, basta descontá-la do montante total dos resultados das operações em descontinuidade. Porém, se houver uma estimativa de *lucros* operacionais no segmento, o cômputo de ganhos ou perdas também deve incluir tal estimativa, mas limitando-se ao montante das perdas então reconhecidas na descontinuidade, para que não seja reconhecido um ganho na data de mensuração. Qualquer valor restante deve ser contabilizado como lucro somente quando realizado. O APB-30 adverte, entretanto, que o montante estimado de lucros ou prejuízos das operações de um segmento entre a data de mensuração e a data de descontinuidade deve se limitar aos montantes que possam ser projetados com razoável acurácia.

De acordo com o EITF (*Emerging Issues Task Force*) 85-36 do FASB, durante o período entre a data de mensuração e a data de descontinuidade, o reconhecimento do valor estimado dos prejuízos operacionais deve ser postergado até a data de descontinuidade se houver uma razoável segurança de que haverá um ganho líquido na descontinuidade.

Segundo outro consenso atingido no EITF 90-16, se a empresa decidir posteriormente por manter o segmento que era para ser descontinuado, o restante da perda na descontinuidade que já fora provisionado deve ser revertido no período em que a empresa decidiu reter o segmento. Outro consenso foi o de que os demonstrativos contábeis de períodos anteriores não devem ser ajustados. Entretanto, os resultados operacionais do período anterior do

segmento devem ser reclassificados de operações em descontinuidade para operações em continuidade.

3.2.3.2. Reconhecimento e Mensuração da Descontinuidade no FAS-121

O FAS-121 é uma ‘emenda’ ao APB-30, na medida em que complementa o seu tratamento dado em termos de mensuração com as normas para a avaliação dos ativos de longo prazo. Portanto, as regras do APB-30 continuam valendo. O que muda é que, no cômputo dos ganhos ou perdas com a descontinuidade dos ativos, será acrescido o valor das perdas com a descontinuidade dos ativos de longo prazo.

O FAS-121, que se restringe ao tratamento de tais ativos de longo prazo e alguns intangíveis, segue a mesma linha de não reconhecer ganhos na data de mensuração da descontinuidade, o que resulta no reconhecimento de apenas desvalorizações nos ativos em questão.

É determinado em seu parágrafo 4 que uma desvalorização deve ser reconhecida sempre que ocorrerem mudanças ou eventos que indiquem que o valor contábil de um ativo é superior ao valor recuperável. Ele enumera, inclusive, alguns exemplos de eventos ou mudanças nas circunstâncias que indicam a necessidade de tal reconhecimento:

- *“uma redução significativa no valor de mercado de um ativo;*
- *uma mudança significativa na extensão ou maneira no qual o ativo é utilizado ou ocorre uma mudança física significativa no ativo;*
- *uma mudança adversa significativa dos fatores legais ou no clima de negócios que possa afetar o valor de um ativo ou uma ação adversa ou avaliação por uma autoridade reguladora;*

- *uma acumulação significativa de custos em excesso ao montante originalmente esperado para adquirir ou construir um ativo;*
- *uma perda no período operacional corrente ou no fluxo de caixa combinado com um histórico de perdas operacionais ou de fluxos de caixa ou uma projeção ou previsão que demonstre perdas contínuas associadas com um ativo utilizado para o propósito de produzir receita.”*

O que está por trás do reconhecimento de uma perda por desvalorização dos ativos é a incapacidade da empresa em recuperar totalmente o valor contábil de um ativo. Como se sabe, na demonstração da posição financeira da empresa é necessário ter como pressuposto básico que o valor contábil demonstrado do ativo deve ser o valor mínimo que pode ser recuperado com o seu uso ou venda no futuro.

É nesse sentido que o FASB determina no parágrafo 6 do FAS-121 que:

“se a soma dos fluxos futuros esperados de caixa (sem o desconto de juros) é menor que o valor contábil de um ativo, a entidade deve reconhecer uma perda por desvalorização. Senão, uma perda por desvalorização não deve ser reconhecida; entretanto, uma revisão da política de depreciação pode ser apropriada”.

Para atender à convenção do conservadorismo, o FASB entende que o menor fluxo futuro de caixa que se pode esperar é o valor recuperável com a venda do ativo. Desse modo, o parágrafo 7 do FAS-121 estabelece que:

“a perda por desvalorização deve ser mensurada pelo montante em que o valor contábil do ativo excede o fair value do ativo”.

No parágrafo 15, quando trata especificamente da mensuração da descontinuidade de ativos de longo prazo, é disposto que eles “*devem ser demonstrados pelo valor contábil ou fair value menos os custos da venda*”. O *fair value* de um ativo, para o FASB, é:

“o montante pelo qual um ativo poderia ser comprado ou vendido em uma transação corrente entre partes dispostas, isto é, de maneira diferente que em uma venda forçada ou por liquidação”.

O FAS-121 identifica três métodos para determinar o *fair value*:

- preço cotado em mercados ativos;
- estimativa baseada nos preços de ativos similares;
- estimativa baseada em técnicas de avaliação, que inclui a determinação do valor presente dos fluxos futuros de caixa usando uma taxa apropriada de desconto e outros métodos disponíveis para avaliar o ativo em questão, tais como modelos de precificação de opções, *matrix pricing*, *option-adjusted spread models*, e *fundamental analysis*.

Embora o FASB não tenha classificado de maneira expressa por ordem de preferência, ele apresentou esses três métodos na ordem acima, o que acaba demonstrando sua preferência pela abordagem mais direta. Se, por exemplo, existe um mercado ativo, a avaliação com base neste parece ser mais apropriada que os outros dois métodos. A terceira abordagem é mais indireta, e deve ser usada somente quando os dois primeiros não estão disponíveis.

O método do preço cotado em mercados ativos é muito próximo do conceito de Valor Realizável Líquido. O método da estimativa baseada nos preços

de ativos similares é uma forma encontrada de se chegar próximo ao preço cotado quando não existe um mercado para aquele ativo. O terceiro método está mais próximo do conceito de Valor Presente das Entradas Futuras de Caixa.

O *fair value* deve ser descontado dos custos da venda do ativo, pois o fluxo esperado de caixa é a diferença entre as entradas e as saídas de caixa que se espera sejam geradas pelo ativo. O FAS-121 contém as seguintes diretrizes para determinar o *fair value* menos os custos da venda:

- os custos diretos da transação de venda do ativo, tais como a comissão de corretagem e as taxas de transferência do título, são geralmente incluídos nos custos da venda;
- os custos que geralmente são excluídos dos custos da venda são os seguros, serviços de segurança, gastos com utilidades (energia, combustível, água etc.), e outros custos de proteção ou manutenção dos ativos.

Se o *fair value* de um ativo é determinado pelo fluxo futuro esperado de caixa e se a venda é estimada para ocorrer depois de um ano, o custo da venda de um ativo é descontado.

A depreciação não deve ser reconhecida em ativos a serem descontinuados enquanto eles são mantidos na empresa.

O FAS-121 estabelece ainda que na estimativa dos fluxos futuros de caixa para determinar se um ativo está desvalorizado, os ativos podem ser agrupados, de modo a facilitar a identificação dos fluxos de caixa que provêm do uso conjunto desses ativos, e não apenas de um deles isoladamente. O problema que pode surgir nesse caso é a determinação do nível de agrupamento, já que o FASB coloca que eles devem ser agrupados ao menor nível em que se possa identificar

um fluxo de caixa, e isso pode exigir certas doses de arbitragem por parte da empresa.

Ainda sobre a estimativa dos fluxos futuros de caixa para a determinação da desvalorização do ativo, deve-se considerar também o *goodwill* adquirido na incorporação de outras empresas juntamente com os demais ativos agrupados. Quando apenas uma parte dos ativos que foram adquiridos originalmente na incorporação está sendo testada, o *goodwill* relacionado deve ser alocado a esses ativos que estão sendo testados em bases pro rata, utilizando os *fair values* dos ativos de longo prazo e os intangíveis identificáveis, se não houver um outro método melhor. Se for identificada uma desvalorização nesse grupo de ativos que inclui o *goodwill*, o FAS-121 determina que essa desvalorização seja descontada primeiramente do valor contábil do *goodwill* até que este seja eliminado, para depois ser descontada do valor contábil dos ativos de longo prazo.

3.2.4. Apresentação e Evidenciação

3.2.4.1. Balanço Patrimonial

Segundo o APB-30, os ativos e passivos diretamente relacionados com a operação em descontinuidade devem ser segregados dos demais. Porém, é feita uma consideração adicional: apenas os passivos que serão assumidos por terceiros devem ser designados como passivos do segmento em descontinuidade. Essa consideração é coerente, uma vez que a operação deve ser entendida como uma entidade em separado, e somente os ativos e passivos

que a ela pertencem devem a ela ser atribuídas. No caso da descontinuidade, apenas fazem parte de seus ativos e passivos aqueles que serão assumidos por quem está comprando.

O APB-30 considera também que os passivos e ativos de uma operação em descontinuidade devem ser demonstrados de forma separada, e não sob a forma de um único montante. É sustentado que os ativos e passivos identificados com uma operação em descontinuidade devem aparecer em um único montante somente em situações em que o direito de compensação de passivos com ativos existe. Um passivo que o vendedor pretende extinguir com a venda de ativos, ou seja, sem a compensação, pode continuar tendo que ser reconhecido até que ele vá ao encontro de um dos critérios de reconhecimento da extinção. O FAS-125⁴⁹, que vai além do FAS-76⁵⁰, estabelece que um passivo só é extinto quando:

- o devedor paga a dívida ao credor ou readquire a dívida no mercado mobiliário e é então perdoado da obrigação do passivo; ou
- o devedor está legalmente livre de ser o devedor primário do passivo e é provável que o devedor não será chamado a fazer futuros pagamentos como fiador do débito.

Se houver uma debênture conversível, por exemplo, ela não pode ser extinta porque a dívida e a opção de conversão são inseparáveis, e não haverá a obrigação de pagar se as debêntures forem convertidas.

⁴⁹ FASB, **FAS-125 - Accounting for transfers and servicing of financial assets and extinguishments of liabilities.**

⁵⁰ FASB, **FAS-76 - Extinguishment of debt.**

3.2.4.2. Demonstração de Resultados

O APB-30 utiliza-se do conceito globalizante de evidenciação dos resultados na DRE.

Em seu parágrafo 8, considera que os resultados de uma operação em descontinuidade devem aparecer depois dos Resultados das Operações em Continuidade, e antes dos Itens Extraordinários na Demonstração de Resultados, separando o resultado em duas partes:

- (1) lucro (prejuízo) operacional do segmento em descontinuidade e
- (2) ganhos ou perdas na descontinuidade.

Cada componente deve ser apresentado líquido de impostos.

A primeira parte, lucro (prejuízo) operacional do segmento, é evidenciada no próprio exercício somente se a data de mensuração ocorrer após o início do exercício social para o qual as demonstrações contábeis estão sendo preparadas. Na Figura 4, o lucro (prejuízo) operacional corresponde ao resultado operacional obtido no período de tempo identificado por “A”, correspondente ao período que vai do início do ano até a data em que a decisão é tomada de descontinuar as operações do segmento, a data de mensuração.

A segunda parte, ganhos (perdas) na descontinuidade, consiste dos seguintes elementos:

- (1) Lucros (prejuízos) operacionais durante o período de *phase-out* (entre a data de mensuração e a data de descontinuidade), representado por “B” no diagrama abaixo; e
- (2) Ganhos (perdas) com a descontinuidade dos ativos do segmento.

Figura 4 - Diagrama⁵¹ dos períodos de uma operação em descontinuidade.

O APB-30 traz um exemplo de como devem ser evidenciados os resultados das operações em descontinuidade na Demonstração de Resultados:

Resultado das operações em continuidade		
antes do imposto de renda	\$XXXX	
Provisão para imposto de renda	<u>XXX</u>	
Resultado das operações em continuidade		\$XXXX
Operações em Descontinuidade (Nota X)		
Lucro (prejuízo) nas operações da		
Divisão A em descontinuidade		
(menos o IR aplicável de \$XXX)	\$XXXX	
Perda na descontinuidade da		
Divisão A, incluindo a provisão de		
\$XXX para perdas operacionais		
durante o período de <i>phase-out</i>		
(menos o IR aplicável de \$XXX)	<u>XXXX</u>	<u>XXXX</u>
Lucro Líquido		\$XXXX

Quando a data prevista de descontinuidade está em ano posterior ao exercício social corrente, o mesmo raciocínio se aplica. Os resultados

⁵¹ Adaptado de: DELANEY, P. R. et al. Wiley GAAP 98 interpretation and application of generally accepted accounting principles 1998, 1998.

operacionais obtidos até a data da mensuração aparecem destacados apenas para efeito de evidenciação do que foi obtido pela operação enquanto ainda estava em continuidade. Os resultados realizados entre a data de mensuração e o final do exercício são computados nas perdas com a descontinuidade, assim como os resultados operacionais que se estima obter entre o final do ano e a data da descontinuidade. Eventuais ganhos (até o montante realizado de perdas) ou perdas na descontinuidade de ativos também compõem o cálculo e a demonstração de tais perdas.

Suponhamos, por exemplo, que um determinado segmento tenha obtido prejuízo da ordem de \$500 até a data de mensuração de sua descontinuidade, e entre esta data e o final do ano tenha tido mais \$300. Se até a data de descontinuidade ela estimar mais \$400 e as perdas com a descontinuidade de ativos e passivos somarem \$250, a empresa deve evidenciar os resultados da operação da seguinte forma, desconsiderando os efeitos do imposto de renda:

OPERAÇÕES EM DESCONTINUIDADE (NOTA X)

Prejuízo nas operações do segmento Y	
em descontinuidade	\$500
Perdas na descontinuidade do segmento Y	\$950

As perdas com a descontinuidade são a somatória do prejuízo realizado e estimado entre a data de mensuração e a data de descontinuidade (\$400+\$300) e as perdas com a descontinuidade de ativos e passivos (\$250).

3.2.4.3. Notas Explicativas

No exercício em que ocorreu a data de mensuração da descontinuidade, além das evidenciações no próprio corpo das demonstrações financeiras, o APB-30 determina que sejam evidenciadas em Notas Explicativas as seguintes informações:

- a) “a identificação do segmento de negócios que foi ou será descontinuado;*
- b) a data esperada de descontinuidade, se conhecida;*
- c) a maneira esperada de descontinuidade;*
- d) uma descrição dos ativos e passivos remanescentes do segmento na data do balanço patrimonial;*
- e) os lucros ou prejuízos das operações e quaisquer rendimentos obtidos com a descontinuidade do segmento durante o período entre a data de mensuração até a data do balanço patrimonial.”*

Para períodos subsequentes à data de mensuração, incluindo o período de descontinuidade, as notas explicativas devem conter as informações dos itens (a), (b), (c) e (d) listados acima. O item (e) também deve constar, mas de forma comparativa com as estimativas anteriores.

No caso dos ativos de longo prazo que serão descontinuados, cobertos pelo FAS-121, há outras informações que devem ser evidenciadas em notas explicativas durante o período em que os ativos permanecerem na empresa:

- a) uma descrição dos ativos a serem dispostos, os fatos e circunstâncias que levaram à esperada descontinuidade, a data prevista e o valor contábil desses ativos;

- b) se aplicável, o(s) segmento(s) de negócio no qual os ativos a serem dispostos estão mantidos;
- c) a perda, se houver, decorrente da desvalorização do ativo na data da aprovação do plano formal de descontinuidade;
- d) os ganhos ou perdas, se houver, resultantes de mudanças subsequêntes na estimativa do *fair value* menos custo da venda do ativo;
- e) o título na demonstração de resultados no qual os ganhos ou perdas estão agregados, se esses ganhos ou perdas não tiverem sido apresentados em título separado na face da demonstração;
- f) os resultados da operação dos ativos se estiverem incluídos nos resultados das operações do período e puderem ser identificados.

3.2.4.4. Comparação com Períodos Anteriores

Nas demonstrações comparativas em que são apresentados dois ou mais exercícios, e o exercício corrente inclui a data de mensuração da descontinuidade, as demonstrações de exercícios anteriores também devem apresentar os resultados do segmento em separado, de forma a permitir a comparação. A empresa deve evidenciar os resultados das operações do segmento que está sendo descontinuado, menos as provisões de imposto de renda aplicáveis, como um componente separado de resultado.

Quando houver a necessidade de ajustes no período corrente de uma perda na descontinuidade de um segmento de negócios que foi demonstrada em

períodos anteriores, esses ajustes devem ser evidenciados separadamente, com o ano de origem, a natureza e o montante, e classificados separadamente no período corrente como um ganho ou perda na descontinuidade de um segmento.

3.3. NORMAS DO IASC

O IASC (*International Accounting Standards Committee*) foi formado em 1973 por associações de profissionais de contabilidade de 9 países com o objetivo de formular e publicar normas contábeis para observação e aceitação mundial, procurando harmonizar regras e procedimentos para a apresentação de demonstrações contábeis. Em 1983, o IASC incluiu os membros do IFAC (*International Federation of Accountants*), e hoje conta com 143 organizações de 104 países participando como seus membros.

Do Brasil, os membros são o IBRACON (Instituto Brasileiro de Contadores) e o CFC (Conselho Federal de Contabilidade). As normas do IASC servem de referência para as normas brasileiras, mas não têm poder como a Lei das S/A e as instruções da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) em termos de obrigatoriedade para observação na elaboração de demonstrações contábeis.

O IASC edita normas que são chamadas IAS (*International Accounting Standard*). A principal norma do IASC que toca no assunto Operações em Descontinuidade é o recente IAS-35 – *Discontinuing Operations (Operações em Descontinuidade)*, que tem grande relação com o IAS-37 – *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets* (Provisões, Passivos Contingenciais e Ativos Contingenciais) e o IAS-36 – *Impairment of Assets* – (Desvalorização de Ativos).

3.3.1. Definição de Operações em Descontinuidade

O IASC define operação em descontinuidade na norma publicada em junho de 1998, o *IAS-35 - Discontinuing Operations*, estabelecendo que ela é um componente:

- a) “que a empresa, seguindo um único plano, está:
 - i) dispondo substancialmente o seu todo, tanto por sua venda em uma única transação, como por dissolução de uma fusão ou pela transferência de propriedade do componente para os acionistas da empresa;
 - ii) dispondo em partes, tanto pela venda dos ativos do componente como pela liquidação dos passivos individualmente; ou
 - iii) encerrando por meio de abandono;
- b) que representa uma linha principal de negócios separada ou uma área geográfica de operações;
- c) que pode ser distinguida operacionalmente e para fins de relatórios financeiros.

Com essa definição, o IASC defende basicamente que uma operação deve ter sua condição de descontinuidade reconhecida se houver um plano de descontinuidade e que a operação possa ser reconhecida como uma entidade em separado, ou seja, de acordo com o exposto sobre o postulado da entidade no capítulo anterior.

O IASC dá um tratamento mais preciso em relação às formas de descontinuar uma operação: na totalidade, em partes ou o abandono. Essa separação é importante, em seu modo de entender, porque a forma de descontinuidade de uma operação afeta a forma de reconhecimento contábil. Na venda da totalidade da operação, o resultado pode ser um ganho líquido ou uma perda líquida, e existe uma única data na qual um acordo obrigatório de venda é

fechado, embora a transferência de posse e controle dos ativos possa ocorrer em uma data posterior. Além disso, o pagamento ao vendedor pode ocorrer no momento do acordo, no momento da transferência ou em um momento futuro. Entretanto, a venda dos ativos e liquidação dos passivos da operação aos poucos (individualmente ou em pequenos grupos) pode provocar no global um ganho ou uma perda, mas não necessariamente cada um dos ativos ou passivos gerará também um ganho ou uma perda da mesma forma que no total. Além disso, não existe uma única data na qual um acordo global firme de venda é fechado para todos os ativos ou passivos. As vendas de ativos e a liquidação de passivos podem ocorrer por mais de um período, e o fim de um exercício social pode ocorrer no meio de um período em que está-se dispondo do componente. Desse modo, a venda em partes não pode ter o mesmo tratamento contábil de reconhecimento de uma venda na totalidade.

No parágrafo 8 do IAS-35, que complementa a norma que define a operação, são citados exemplos de atividades que não necessariamente satisfazem o critério (a) da definição:

- redução gradual de uma linha de produtos ou classe de serviços;
- descontinuidade, mesmo que relativamente abrupta, de vários produtos dentro de uma linha de negócios;
- mudança de alguma atividade produtiva ou de marketing de uma linha de negócios de um local para outro;
- fechamento de um setor ou função para conseguir aumentos de produtividade ou outros tipos de reduções de custos;

- venda de uma subsidiária cujas atividades eram similares às da controladora, ou outras controladas ou coligadas dentro de um grupo consolidado.

O IASC é abrangente ao definir o tamanho relativo necessário para que uma atividade seja reconhecida como uma operação em descontinuidade, pois ele não se restringe apenas a um segmento de negócios, apesar de este também satisfazer o critério (b) da definição. O parágrafo 9 do IAS-35 cita que se uma empresa opera em um único segmento geográfico ou de negócios e não divulga as informações sobre segmentos, uma linha principal de produtos também pode satisfazer tal critério. Da mesma forma, os diferentes estágios de operações verticalmente integradas também podem satisfazer o critério. Esse tratamento é consistente com a teoria contábil, uma vez que considera como uma operação todo componente que possa ser evidenciado de forma separada, independentemente se possa ser configurado como um segmento ou não.

Quanto a isso, o IASC define que uma operação em descontinuidade pode ser distinguida operacionalmente quando:

- *seus ativos e passivos operacionais podem ser diretamente atribuídos, ou seja, que podem ser identificados diretamente com o componente;*
- *suas receitas brutas podem ser diretamente atribuídas;*
- *pelo menos a maioria das despesas operacionais pode ser diretamente atribuída.*

Ser diretamente atribuído significa que os ativos, passivos, receitas ou despesas podem ser identificados com a operação ao invés de terem que ser

rateados, ou seja, se eles puderem ser eliminados com a descontinuidade do componente.

3.3.2. Definição do Evento de Reconhecimento da Descontinuidade

Na concepção do IASC, existe apenas um evento importante para uma operação em descontinuidade, que é o evento de evidenciação inicial de uma operação em descontinuidade. O parágrafo 16 do IAS-35 define esse evento:

“Em relação a uma operação em descontinuidade, o evento de evidenciação inicial é a ocorrência de um dos seguintes, aquele que ocorrer primeiro:

- a) a empresa tenha fechado um acordo firme de venda de substancialmente todo o ativo atribuível a uma operação em descontinuidade; ou*
- b) o conselho de diretores da empresa ou corpo diretivo similar tenha tanto:*
 - i) aprovado um plano formal e detalhado para a descontinuidade e*
 - ii) tenha feito um anúncio do plano.”*

Embora, em termos teóricos, o momento da tomada da decisão da descontinuidade seja o melhor para o reconhecimento, o IASC prefere deixar para reconhecer em um momento mais objetivo: quando o conselho aprovar e anunciar o plano de descontinuidade ou quando a empresa fechar um acordo firme de venda, aquele que ocorrer primeiro. Isso faz sentido, uma vez que a empresa pode fechar o acordo de venda sem ter tido ainda um plano formal aprovado.

Apesar de definir apenas um evento de reconhecimento de uma operação em descontinuidade, para cada uma das três formas de descontinuidade o evento de evidenciação inicial pode ocorrer de maneira diferente.

Para a venda da totalidade (ou quase) do componente, o evento de evidenciação inicial pode ser tanto o fechamento de um acordo firme como a aprovação e o anúncio de um plano.

Para a venda em partes ou para o abandono, o reconhecimento somente ocorrerá com a aprovação de um plano formal. Enquanto isso não ocorrer, a empresa não deve contabilizar os efeitos da decisão de descontinuar a operação.

3.3.3. Mensuração de Ativos e Passivos

O IAS-35 não apresenta novas formas de mensuração específicas para Operações em Descontinuidade. Ele determina que sejam aplicados os princípios de reconhecimento e mensuração contidos principalmente nos IAS-37 *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets* (Provisões, Passivos Contingenciais e Ativos Contingenciais) e IAS-36 *Impairment of Assets* – (Desvalorização de Ativos).

3.3.3.1. Provisões

O IAS-37 trata de provisões, passivos contingenciais e ativos contingenciais, mas a parte que se refere a operações em descontinuidade é apenas a de provisões. Essa norma trata da definição de provisão, seu

reconhecimento e mensuração, e faz considerações a respeito de algumas aplicações das regras de reconhecimento e mensuração: as perdas operacionais futuras, os contratos onerosos e os casos de reestruturação.

Uma operação em descontinuidade se enquadra dentro dos conceitos do IAS-37 como uma forma de reestruturação que, conforme sua definição:

“é um programa que é planejado e controlado pela administração, e muda materialmente tanto:

- (a) o escopo do negócio empreendido pela empresa; como*
- (b) a maneira como o negócio é conduzido.”*

Entre os exemplos de eventos que podem se enquadrar na definição de reestruturação apresentados pelo IASC, estão:

- (a) venda ou encerramento de uma linha de negócios;*
- (b) o fechamento de locais de negócios em um país ou região ou a mudança de local das atividades de um país ou região para outro(a);*
- (c) mudanças na estrutura administrativa, por exemplo, eliminando um nível de gerência; e*
- (d) reorganizações fundamentais que tenham efeitos materiais na natureza e no foco das operações da empresa.*

No reconhecimento da descontinuidade de uma operação, a empresa deve então reconhecer novas provisões em função da reestruturação.

Uma provisão, segundo o IAS-37, é “*um passivo com prazo de pagamento ou montante incertos*”.

O significado de passivo para o IAS-37 é “*uma obrigação presente de uma empresa originada em eventos passados, e a sua liquidação espera-se resultar em uma saída de recursos sob a forma de benefícios econômicos*”.

Esse evento que gera o passivo é definido pelo IASC como *“um evento que cria uma obrigação legal ou construtiva que resulta na situação de uma empresa não ter uma alternativa realística ao pagamento dessa obrigação.”*

Uma obrigação legal é uma obrigação que deriva de um contrato, de legislação ou outra operação da lei.

Uma obrigação construtiva, segundo o IAS-37, é uma obrigação derivada de ações da empresa em que:

- (a) por meio de um modelo estabelecido com a prática passada, políticas publicadas ou uma demonstração corrente suficientemente específica, a empresa tenha indicado a outras partes que irá aceitar certas responsabilidades; e*
- (b) como resultado, a empresa tenha criado uma expectativa válida para as outras partes de que irá cumprir tais responsabilidades.*

O evento de reestruturação se torna um evento que cria uma obrigação construtiva somente quando:

- (a) tem um plano formal detalhado para a reestruturação, identificando pelo menos:*
 - (i) o negócio ou parte de um negócio relacionado;*
 - (ii) os principais locais afetados;*
 - (iii) os locais, funções, e o número aproximado de empregados que serão compensados pelo término de seus serviços;*
 - (iv) os gastos que serão realizados; e*
 - (v) quando o plano irá ser implementado; e*
- (b) tenha aumentado a expectativa das pessoas afetadas de que a reestruturação será realizada, com o início da implementação do plano ou o anúncio de suas principais características àqueles afetados por ele.*

Portanto, para que seja reconhecida uma obrigação construtiva, há a necessidade de que haja uma evidência de que a empresa tenha iniciado a

implementação de um plano de reestruturação ou pelo menos anunciado publicamente as suas principais características, com o objetivo de fazer com que as pessoas afetadas pela reestruturação sejam informadas e aumentem suas expectativas em relação à realização do plano. Uma das evidências de que a empresa iniciou a reestruturação é a desmontagem da planta ou a venda de ativos. O anúncio público do plano deve ser detalhado suficientemente para que possa aumentar a expectativa de consumidores, fornecedores e empregados, entre outros, de que a empresa irá levar adiante o plano de reestruturação. O próprio plano de descontinuidade da operação ou o fechamento de um acordo de venda serve a esses propósitos.

Uma provisão para reestruturação deve incluir somente os gastos diretos provenientes da reestruturação, que são:

- (a) os necessariamente acarretados pela reestruturação; e
- (b) os não associados com as atividades em andamento da empresa.

Podem ser configurados como provisões para reestruturação gastos como:

- a) rescisão de contrato de empregados;
- b) multas pelo término de aluguéis e outros contratos resultantes diretamente da reorganização;
- c) gastos a serem realizados ao longo da reorganização, como a remuneração dos empregados enquanto eles estão engajados nas tarefas de desmontar a planta, vender o estoque restante e cumprir as obrigações contratuais.

Desse modo, não deve incluir gastos com treinamento ou realocação de pessoas, marketing ou investimentos em novos sistemas ou redes de distribuição.

Uma provisão deve ser reconhecida, segundo o IAS-37, quando:

- (a) uma empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado;*
- (b) é provável que uma saída de recursos sob a forma de benefícios econômicos será exigida para liquidar a obrigação; e*
- (c) uma estimativa confiável pode ser feita sobre o montante da obrigação.*

Em relação à mensuração das provisões, de acordo com o IAS-37, o montante da provisão deve ser *“a melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço”*.

Nessa estimativa do valor da provisão, deve ser levado em conta também os fatores de risco e incerteza que cercam os eventos e circunstâncias.

Caso o efeito do valor do dinheiro no tempo seja material, o montante de uma provisão deve ser o valor presente dos pagamentos esperados necessários para liquidar a obrigação. Nesse caso, a taxa de desconto deve ser uma taxa que reflita uma valoração corrente de mercado para o valor do dinheiro no tempo e o risco específico do passivo.

As provisões devem ser revistas a cada data do balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se não for mais provável que determinada saída de recursos econômicos será necessária para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.

3.3.3.2. Perdas por Desvalorização de Ativos

A metodologia de reconhecimento e mensuração de uma perda por desvalorização de ativos do IAS-36 deve ser utilizada para todos os ativos da empresa, exceto:

- a) estoques;
- b) ativos decorrentes de contratos de construção;
- c) ativos de impostos diferidos;
- d) a maioria dos ativos financeiros; e
- e) ativos decorrentes de benefícios de empregados.

Cada um destes acima possui um tratamento diferenciado nas normas do IASC, que não são abrangidos pelo tratamento dado no IAS-36.

Segundo o IAS-36, uma perda por desvalorização é “o *montante em que o valor contábil de um ativo excede seu montante recuperável*”. Há aqui algumas definições importantes que merecem ser destacadas⁵²:

- a) **montante recuperável** é o preço líquido de venda ou o seu valor em uso, dos dois o maior;
- b) **valor em uso** é o valor presente dos fluxos futuros estimados de caixa que se espera fluir do uso contínuo do ativo e da sua descontinuidade no final de sua vida útil;

⁵² IASC, **IAS-36**, p. 7-8.

- c) **preço líquido de venda** é o montante obtenível na venda de um ativo em uma transação com isenção de interesses entre partes conhecedoras e dispostas, menos os custos da descontinuidade;
- d) **custos da descontinuidade**: são os custos incrementais diretamente atribuíveis à disposição de um ativo, excluindo-se os custos financeiros e as despesas com imposto de renda;
- e) **valor contábil** é o montante no qual um ativo está reconhecido no balanço depois de deduzir toda depreciação (amortização) e desvalorizações acumuladas;
- f) **depreciação** (amortização) é a alocação sistemática do montante depreciable (ou amortizável) de um ativo sobre sua vida útil;
- g) **montante depreciable**: é o custo de um ativo, ou outro montante substituto do custo nas demonstrações contábeis, menos seu valor residual;
- h) **vida útil** é tanto:
- o período de tempo no qual espera-se que um ativo seja utilizado pela empresa, ou;
 - o número de produtos ou unidades similares que se espera obter do ativo pela empresa;
- i) **unidade geradora de caixa**: é o menor grupo de ativos identificáveis que gera fluxos positivos de caixa a partir do uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos;
- j) **ativos corporativos**: são ativos outros que não o goodwill que contribuem para os fluxos futuros de caixa tanto das unidades geradoras de caixa sob revisão como das outras unidades geradoras de caixa.

Conforme o IAS-36, uma empresa deve realizar uma revisão a cada data do balanço se existir uma indicação de que o ativo sofreu uma desvalorização. Se houver qualquer indicador, a empresa deve estimar o montante recuperável do ativo.

Esse indicador pode ser obtido tanto de fontes externas de informação (valor de mercado do ativo, mudanças de tecnologia, leis) como de fontes internas (avaria física do ativo, reestruturação, descontinuidade).

No caso de operações em descontinuidade, já na aprovação de um plano formal ou no fechamento de um acordo de venda existe a indicação de que os ativos relacionados ou atribuíveis a uma operação em descontinuidade podem ter seus valores reduzidos ou a indicação de que uma perda por desvalorização previamente reconhecida para aqueles ativos pode ser aumentada ou revertida. Portanto, as normas do IASC levam ao reconhecimento apenas de perdas no evento de evidenciação inicial. Os ganhos ficam para o momento da realização.

Em relação à mensuração de tais perdas, de acordo com o IAS-36, a empresa deve estimar o montante recuperável de cada ativo da operação em descontinuidade, que é obtido do preço líquido de venda ou do seu valor em uso, dos dois o maior, e reconhecer uma perda ou reversão de uma perda, se houver.

A melhor evidência do preço líquido de venda de um ativo é o preço em um acordo firme de venda em uma transação isenta de interesses, ajustado pelos custos incrementais que possam ser diretamente atribuíveis à disposição do ativo.

Se ainda não existir um acordo firme de venda, mas o ativo estiver sendo transacionado em um mercado ativo, o preço líquido de venda é o preço de

mercado do ativo menos os custos decorrentes diretamente da disposição do ativo.

Se não houver um acordo firme de venda nem um mercado ativo para o bem, o preço líquido de venda é baseado na melhor informação disponível para refletir o montante que uma empresa poderia obter, na data do balanço, na venda do ativo em uma transação isenta de interesses. Ela pode considerar, por exemplo, o resultado de uma transação recente com ativos similares na mesma indústria. O preço líquido de venda não reflete uma venda forçada, a menos que a administração seja compelida a vender imediatamente.

A estimativa do valor em uso envolve os seguintes passos:

- a) estimar as entradas e saídas futuras de caixa que derivam do uso contínuo do ativo e da descontinuidade no final da sua vida útil; e
- b) aplicar uma taxa apropriada de desconto desses fluxos futuros de caixa.

Na mensuração do valor em uso, as projeções dos fluxos de caixa devem ser baseadas no mais recente orçamento ou previsão que tenha sido aprovado pela administração, que cubram o período máximo de 5 anos, elaborados a partir de pressupostos razoáveis e suportáveis que representem a melhor estimativa da administração do conjunto de condições econômicas que irão existir até o fim da vida útil do ativo.

A estimativa dos fluxos futuros de caixa deve incluir:

- a) projeções das entradas de caixa provindas do uso contínuo dos ativos;*

- b) projeções das saídas de caixa que são necessárias para gerar as entradas de caixa, e que são diretamente atribuíveis ou alocadas ao ativo em bases razoáveis e consistentes;*
- c) fluxos líquidos de caixa, se houver, a serem recebidos (ou pagos) pela disposição do ativo ao final de sua vida útil.*

A taxa de desconto do fluxo de caixa deve ser aquela que reflita a avaliação corrente do mercado do valor do dinheiro no tempo e do risco específico do ativo. Essa taxa é o retorno que investidores poderiam exigir se eles escolhessem um investimento que pudesse gerar fluxos com o perfil de montantes, tempo e risco equivalentes àqueles que a empresa espera que derivem do ativo. Essa taxa é estimada da taxa implícita em transações correntes de mercado para ativos similares ou do custo médio ponderado de capital de uma empresa que tenha ativos similares em termos de potencial de serviços e risco.

Para o IASC, o preço em um acordo firme de venda é a melhor evidência do valor líquido de venda do ativo ou o fluxo estimado de caixa decorrente da venda na determinação do valor em uso do ativo.

A abordagem do IASC para a mensuração de ativos em descontinuidade é interessante porque trabalha ao mesmo tempo com os dois principais conceitos apontados no capítulo anterior: valor presente das entradas futuras de caixa e valor realizável líquido.

Depois do anúncio de um plano, as negociações com compradores potenciais de uma operação em descontinuidade ou o acordo firme de venda podem indicar que os seus ativos podem estar desvalorizados ou que as perdas por desvalorização reconhecidas em períodos anteriores possam ser

aumentadas. Quando tais eventos ocorrem, uma empresa deve estimar novamente o montante recuperável dos ativos e reconhecer a perda por desvalorização resultante ou a reversão desta.

Na aplicação do IAS-36 a uma operação em descontinuidade, a empresa deve determinar se o montante recuperável será obtido por meio da avaliação dos ativos individualmente ou dos ativos de uma unidade geradora de caixa. Por exemplo:

- a) se a empresa vende substancialmente o todo de uma operação em descontinuidade, nenhum dos ativos de uma operação em descontinuidade gera fluxos de caixa independentemente de outros ativos da operação. Desse modo, o montante recuperável é determinado para a operação em descontinuidade como um todo e uma perda por desvalorização, se houver, é alocada para todos os seus ativos;
- b) se a empresa dispõe a operação em descontinuidade de outra maneira, tal como a venda em partes, o valor recuperável é determinado para os ativos individualmente, a não ser que eles sejam vendidos em grupos; e
- c) se a empresa abandona a operação em descontinuidade, o montante recuperável é determinado a partir dos ativos individuais.

O valor contábil de uma operação em descontinuidade inclui o valor contábil de qualquer *goodwill* adquirido que possa ser alocado em base razoável e consistente.

O *goodwill* adquirido representa um pagamento feito pelo comprador em antecipação a benefícios econômicos futuros. O *goodwill* não gera fluxos de caixa independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. Se há uma indicação de

que o *goodwill* possa estar desvalorizado, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual o *goodwill* pertence. Se o montante recuperável for menor que o valor contábil, a perda por desvalorização irá reduzir primeiramente o valor contábil do *goodwill* e depois o dos demais ativos de forma proporcional.

3.3.4. Apresentação e Evidenciação

O IASC define por meio do IAS-35 o que deve ser informado nas demonstrações contábeis do exercício em que ocorreu o evento de evidenciação inicial e estabelece evidenciações adicionais.

3.3.4.1. Evento de Evidenciação Inicial

O IASC relaciona no IAS-35 todas as informações que devem ser evidenciadas nas demonstrações contábeis encerradas no período em que ocorre o evento de evidenciação inicial de uma operação em descontinuidade. Essas informações estão relacionadas no parágrafo 27:

- (a) uma descrição da operação em descontinuidade;*
- (b) o(s) segmento(s) geográfico(s) ou de negócios, que é(são) demonstrado(s) de acordo com o IAS-14;*
- (c) a data e a natureza do evento de evidenciação inicial;*
- (d) a data em que se espera que a descontinuidade termine, se conhecida ou determinável;*

-
- (e) o valor contábil na data do balanço patrimonial, do total de ativos e passivos a serem descontinuados;
- (f) o montante de receitas, despesas e lucro ou prejuízo antes do imposto de renda das atividades ordinárias da operação em descontinuidade durante o período corrente da demonstração contábil, e a provisão para imposto de renda relacionada, de acordo com o parágrafo 81(h) do IAS-12;
- (g) o montante de fluxo de caixa das atividades operacionais, de investimento e financiamento da operação em descontinuidade durante o período corrente de demonstração contábil.

Se o evento de evidenciação inicial ocorrer depois da data de encerramento do balanço, mas antes de sua aprovação para publicação, as demonstrações devem incluir a evidenciação sobre a operação em descontinuidade no próprio período demonstrado. Por exemplo: se o conselho de diretores de uma empresa, cujo exercício social termina em 31 de dezembro de 20x5, aprova um plano de descontinuar uma operação em 15 de dezembro de 20x5 e anuncia o plano em 10 de janeiro de 20x6, aprovando as demonstrações contábeis de 20x5 em 20 de março de 20x6, as demonstrações contábeis para 20x5 já devem incluir a evidenciação exigida pelo IAS-35.

3.3.4.2. Outras Evidenciações

Quando uma empresa dispõe de ativos ou liquida passivos atribuíveis a uma operação em descontinuidade ou entra em acordos firmes para a venda de

tais ativos ou liquidação de tais passivos, ela deve incluir em suas demonstrações contábeis as seguintes informações quando esses eventos ocorrerem:

- a) para qualquer ganho ou perda que é reconhecido na disposição dos ativos ou liquidação de passivos atribuíveis à operação em descontinuidade:
 - i) o montante de ganhos ou perdas antes do imposto de renda; e
 - ii) a provisão para imposto de renda relativo ao ganho ou perda; e
- b) o preço líquido de venda, ou série de preços, dos ativos líquidos que fazem parte de um ou mais acordos firmes de venda, o tempo previsto de receber esses fluxos de caixa, e o valor contábil desses ativos líquidos.

A empresa deve incluir em suas demonstrações contábeis de períodos subseqüentes ao período em que ocorreu o evento de evidenciação inicial uma descrição de quaisquer mudanças significativas no montante ou tempo dos fluxos de caixa relacionados aos ativos e passivos a serem dispostos ou liquidados e os eventos que causaram tais mudanças.

São exemplos desses eventos ou atividades que podem ser evidenciados:

- a natureza e prazos contidos nos acordos firmes de venda dos ativos;
- o rompimento de uma fusão de ativos via transferência de ações aos acionistas da empresa;
- aprovação de leis ou regulamentos.

As demonstrações contábeis devem continuar evidenciando as informações exigidas pelo IASC até que a descontinuidade seja completada. A descontinuidade é completada quando o plano estiver substancialmente encerrado ou abandonado, mesmo que o pagamento do comprador para o vendedor ainda não esteja efetuado.

Se uma empresa abandona ou desiste de um plano que foi previamente divulgado como uma operação em descontinuidade, o fato e seus efeitos devem ser evidenciados. Isso inclui também a reversão de qualquer perda por desvalorização prévia ou provisão que tenha sido reconhecida em função da operação em descontinuidade.

É possível que a empresa não esteja descontinuando apenas uma operação. Por causa disso, qualquer evidenciação exigida pelo IAS-35 deve ser apresentada separadamente para cada operação em descontinuidade.

As evidenciações exigidas pelo IAS-35 podem ser apresentadas tanto nas notas explicativas como no corpo das demonstrações contábeis, exceto a evidenciação do montante dos ganhos ou perdas antes do imposto de renda reconhecidas na disposição de ativos ou liquidação de passivos atribuíveis à operação em descontinuidade, que deve ser apresentada na face da demonstração do resultado do exercício.

O IASC prefere, mas não exige, que as receitas, despesas e lucro ou prejuízo operacionais de uma operação em descontinuidade e seus fluxos das operações, de investimento e financiamento sejam apresentados na face da demonstração do resultado do exercício e na demonstração do fluxo de caixa, respectivamente.

Para o IASC, uma operação em descontinuidade não deve ser apresentada como um item extraordinário. Isso está de acordo com os requisitos do IAS-8⁵³. O IAS-8, revisado em 1993, limita os itens extraordinários a eventos fora do controle

⁵³ IASC, IAS 8 (revised 1993) - Net profit or loss for the period, fundamental errors and changes in accounting policies.

da administração da empresa. Em sua definição, um item extraordinário é uma receita ou despesa que decorre de eventos ou transações que são claramente distintas das atividades ordinárias da empresa e que portanto não se espera que ocorram freqüente ou regularmente. As atividades ordinárias são aquelas em que a empresa dedica-se mais detidamente, além das atividades acessórias e as decorrentes dessas atividades. Os dois exemplos de itens extraordinários citados no IAS-8 são desapropriações de ativos e desastres naturais, ambos eventos que não estão sob controle da administração da empresa. De acordo com o IAS-35, a descontinuidade de uma operação deve estar baseada em um único plano da administração da empresa de vender ou então dispor de uma grande parte do negócio. Dessa maneira, a descontinuidade de uma operação não pode ser configurada como um item extraordinário, pois é um evento que está sob o controle da administração da empresa.

Para o IASC, o ajuste na apresentação das demonstrações de períodos anteriores com o objetivo de separar claramente as operações que continuam daquelas que estão em descontinuidade melhora a utilidade das demonstrações financeiras no sentido de se elaborar projeções futuras.

Assim, as informações comparativas com períodos anteriores que são apresentadas nas demonstrações contábeis preparadas após o evento de evidenciação inicial devem ser reelaboradas para segregar os ativos, passivos, receitas, despesas e fluxos de caixa que continuam das que estão em descontinuidade.

As notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias devem descrever qualquer atividade ou evento significativo relacionado à operação em

descontinuidade que tenha ocorrido desde o final do relatório anual mais recente e qualquer mudança significativa no montante ou tempo esperado de realização dos fluxos de caixa relacionados aos ativos e passivos a serem dispostos ou liquidados.

Esse princípio é consistente com a abordagem do IAS-34 *Interim Financial Reporting*, no qual as notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias tem o objetivo de revelar mudanças significativas desde a última demonstração anual.

3.3.4.3. Exemplos Ilustrativos

O IASC traz um exemplo ilustrativo no IAS-35 e permite a apresentação da Demonstração de Resultados de duas formas. A primeira separa em duas colunas as operações em continuidade e as em descontinuidade, consolidando-as em uma terceira. A segunda forma alternativa coloca separadamente os itens do resultado das operações em continuidade e os itens do resultado das operações em descontinuidade, uns depois dos outros. A seguir são reproduzidas as duas formas alternativas do exemplo do IAS-35.

	Operações em Continuidade (Segmentos A & B)		Operações em Descontinuidade (Segmento C)		Empresa como um Todo	
	20x2	20x1	20x2	20x1	20x2	20x1
Receitas	100	90	40	50	140	140
Despesas	(60)	(65)	(30)	(27)	(90)	(92)
Perda por Desvalorização	-0-	-0-	(10)	(20)	(10)	(20)
Provisão para desligamento de funcionários	-0-	-0-	(30)	-0-	(30)	-0-
Lucros (prejuízos) das atividades operacionais	40	25	(30)	3	10	28
Despesas Financeiras	(20)	(10)	(5)	(5)	(25)	(15)
Lucro (prejuízo) antes do IR	20	15	(35)	(2)	(15)	13
Provisão para Imposto de Renda	(6)	(7)	10	1	4	(6)
Lucros (prejuízos) das atividades operacionais depois do IR	14	8	(25)	(1)	(11)	7

Figura 5 – 1ª forma alternativa de apresentação da demonstração de resultados de acordo com o IASC.

	20x2	20x1
Operações em Continuidade (Segmentos A/B)		
Receitas	100	90
Despesas	(60)	(65)
Lucro das Atividades Operacionais antes do Imposto de Renda	40	25
Despesas Financeiras	(20)	(10)
Lucro Antes do Imposto de Renda	20	15
Provisão para Imposto de Renda	(6)	(7)
Lucro das Atividades Operacionais depois do Imposto de Renda	14	8
Operações em Descontinuidade (Segmento C)		
Receitas	40	50
Despesas	(30)	(27)
Perda por Desvalorização	(10)	(20)
Provisão para Desligamento de Funcionários	(30)	--
Lucro (prejuízo) das atividades operacionais antes do Imposto de Renda	(30)	3
Despesas Financeiras	(5)	(5)
Lucro Antes do Imposto de Renda	(35)	(2)
Provisão para Imposto de Renda	10	1
Lucro (prejuízo) das atividades operacionais depois do Imposto de Renda	(25)	(1)
Total da empresa		
Lucro (prejuízo) das atividades ordinárias	(11)	7

Figura 6 – 2ª forma alternativa de apresentação da demonstração de resultados de acordo com o IASC.

Da mesma forma, os fluxos de caixa também podem ser segregados no corpo da demonstração dos fluxos de caixa, como na demonstração do resultado do exercício, ou seja, com as operações em continuidade e descontinuidade apresentadas em colunas separadas ou separadas em subtotais em uma coluna única.

O IASC também apresenta um exemplo de nota explicativa, reproduzido aqui, para as demonstrações de 20x2:

Em 15 de novembro de 20x1, o conselho de diretores anunciou um plano de descontinuar o Segmento C, nossa divisão de vestuário. Em 30 de setembro de 20x2, a Companhia assinou um contrato de venda do Segmento C para a Z Corporation por 60. A Companhia decidiu dispor o Segmento C porque suas operações são em áreas separadas das principais áreas de negócio (indústria e comércio de alimentos e bebidas) que formam a direção de longo prazo da Companhia. Adicionalmente, a taxa de retorno do Segmento C não tem sido igual ao dos outros dois segmentos durante o período. Os ativos do Segmento C tiveram seus valores reduzidos em 10 (antes da recuperação de imposto de renda de 3) para seu montante recuperável líquido. A Companhia reconheceu uma provisão para rescisão do contrato de empregados de 30 (antes da recuperação de imposto de 9) a ser pago em 30 de junho de 20x3 a certos empregados do Segmento C cujos trabalhos irão terminar em função da venda. O processo de venda do Segmento C foi completado em 31 de janeiro de 20x3. A Companhia reconheceu um imposto de renda diferido relacionado de 4, porque a administração da Companhia acredita que é provável que as operações em continuidade dos Segmentos A e B irão gerar lucro tributável suficiente para permitir que o benefício desse ativo diferido de imposto possa ser utilizado.

3.4. COMPARAÇÃO US-GAAP / IASC

O objetivo desta seção é destacar os pontos relevantes dos pronunciamentos norte-americanos e do IASC de forma comparativa, analisando-os de forma crítica e imparcial, e em alguns pontos, fazer referência à teoria da contabilidade, analisada no capítulo 2. Em essência, ambos possuem abordagens bastante próximas quanto à definição, ao reconhecimento e mensuração, pontos-chave do assunto.

3.4.1. Definição de Operações em Descontinuidade

Em relação à definição de operações em descontinuidade, talvez o IASC seja mais preciso e abrangente que os US-GAAP, até mesmo por ser mais recente. No conceito base, ambos concordam que uma operação em descontinuidade deve ser um componente separado das demais operações da empresa como um todo. Nesse sentido, o IASC faz uma abordagem mais completa que os US-GAAP, uma vez que define claramente o que significa poder ser distinguido operacionalmente e para propósitos de demonstrações contábeis. Essa separação é fundamental, pois assim a operação em descontinuidade pode ser entendida como uma entidade em separado.

Uma das principais diferenças entre as duas definições é que os US-GAAP não diferenciam uma venda na totalidade de uma venda em partes, aspecto sobre o qual o IASC coloca grande importância. Para o IASC, o tratamento contábil dado a uma venda na totalidade deve ser diferente de uma venda em partes, pois

a venda gradativa da operação não permite o reconhecimento de ganhos ou perdas na descontinuidade de toda a operação de uma só vez, e portanto não pode ser mensurado já no evento de segregação. De fato, se a venda for em partes, é realmente difícil estimar o provável valor total da operação por antecipação, uma vez que cada parte será negociada em momentos, situações e com compradores normalmente diferentes.

Um outro ponto em relação à definição de operações em descontinuidade está relacionado à sua abrangência. A definição do IASC é mais abrangente por não se restringir apenas a segmentos. Ela abre o leque de possibilidades, permitindo que apenas uma linha de produtos em uma empresa que possua um único segmento de negócios, por exemplo, possa ser considerada como uma operação. As operações verticalmente integradas, ou seja, dentro da mesma cadeia de produção, também podem fazer parte desse leque, o que não é possível pelos US-GAAP. O foco do IASC é sobre a possibilidade de se identificar a operação como uma entidade. Apesar disso, os US-GAAP limitam sua abrangência apenas aos segmentos de negócios, mas sua definição de segmento é ampla e bastante clara em termos de exemplos do que pode ser considerado como um segmento de negócios.

3.4.2. Reconhecimento da Descontinuidade

Como colocado no capítulo 2, os principais eventos que poderiam ser escolhidos como de reconhecimento da descontinuidade são: a tomada da decisão de descontinuar a operação, a aprovação do plano formal de

descontinuidade, o anúncio do plano, o fechamento de um acordo de venda e o próprio encerramento das operações ou a entrega do segmento ao comprador. Porém, de acordo com as conclusões obtidas a partir da teoria, o melhor momento deveria ser o da tomada de decisão, mas esse momento poderia não ser adequado por não ser muito objetivo.

A idéia norteadora dos órgãos normatizadores na definição de um momento para se reconhecer inicialmente a descontinuidade de uma operação foi a de encontrar um ponto no qual não exista uma possibilidade real de a empresa evitar a descontinuidade ou de voltar atrás na sua decisão.

Para o IASC e para os US-GAAP, a empresa não precisa esperar o término da descontinuidade para reconhecê-la. Entretanto, os dois dão um tratamento ligeiramente diferente ao assunto.

Para os US-GAAP, basta que a empresa aprove um plano formal de descontinuidade. Para o IASC, a empresa deve aprovar e anunciar um plano formal ou fechar um acordo de venda, o que ocorrer primeiro. Isso se deve ao seu tratamento dado às formas de descontinuidade pois, dependendo da forma, o reconhecimento se dá em momentos diferentes.

Ambos concordam que já nesse momento se deve reconhecer as eventuais perdas. Os ganhos ficam para a realização. Isso é consistente com a teoria contábil.

Esse assunto é mais controverso do que parece. A norma do IASC foi publicada recentemente, e para que se tornasse efetiva ela passou por todo o processo de elaboração e revisão do IASC. Inicialmente, é elaborada uma minuta de norma, intitulada *Draft Statement of Principles* (DSOP), que é levada à

apreciação pública pelos membros. Depois de revisada com os comentários dos vários membros é editada uma segunda minuta, chamada *Exposure Draft*. Somente depois da revisão deste é que é editada o *International Accounting Standard* (IAS), a norma oficial.

No DSOP, o IASC reconhecia a descontinuidade e seus ganhos e perdas decorrentes apenas na data da assinatura de um compromisso firme de venda, na versão preferida pelo Comitê Orientador do IASC. Já no *Exposure Draft* E58, o IASC alterou o momento de reconhecimento da descontinuidade, que passou a ser na aprovação do plano formal, o que naturalmente ocorre antes da assinatura do acordo. Contudo, manteve o reconhecimento das perdas na assinatura do acordo e postergou o reconhecimento de ganhos para o final do processo de descontinuidade.

Além dos Estados Unidos, alguns países como o Canadá consideram também que o reconhecimento de perdas já no momento do comprometimento da administração com o plano é adequado. Esses países já têm normas estabelecidas há muitos anos, e a longevidade sem alterações nesse aspecto demonstra a evidência de que não houve abusos significativos por parte das empresas em relação à reversão da decisão de descontinuar a operação, ponto crítico para o reconhecimento.

3.4.3. Mensuração de Ativos e Passivos

A mensuração dos ganhos ou perdas por meio da avaliação de ativos e passivos das operações em descontinuidade é um dos aspectos mais

interessantes. Os ativos e passivos da empresa como um todo, que continua operando normalmente, são avaliados de acordo com o postulado da continuidade e os demais princípios contábeis. Entretanto, os ativos e passivos da operação em descontinuidade não necessariamente devem ser avaliados a valores de liquidação, pois sendo parte da empresa, ela pode ser vendida por um preço maior do que se ela estivesse em processo de liquidação forçada. Isso leva à necessidade de se avaliar ativos e passivos por outros métodos, como visto no capítulo anterior.

O IASC e os EUA também acreditam que o valor contábil registrado e o valor de liquidação forçada podem não ser adequados para refletir a situação da operação em descontinuidade. A saída encontrada por ambos foi a de mensurar a operação principalmente com base nos conceitos de valor realizável líquido e valor presente das entradas futuras de caixa, vistos no capítulo 2, embora cada um tenha encontrado sua própria maneira de utilizá-los.

Os US-GAAP separam os resultados de uma operação em descontinuidade em dois: o lucro ou prejuízo operacional do segmento em descontinuidade e os ganhos ou perdas na descontinuidade.

O lucro ou prejuízo operacional é aquele que ocorreu até o momento do reconhecimento. Para o IASC, isso é apenas um problema de evidenciação, e não faz parte dos resultados da descontinuidade.

Os ganhos ou perdas na descontinuidade dos US-GAAP são compostos pelos lucros ou prejuízos operacionais durante o período entre a data de mensuração e a data de descontinuidade e os ganhos ou perdas com a descontinuidade dos ativos e passivos do segmento. Para os ativos de longo

prazo, a avaliação é pelo conceito de *fair value*, e para os demais é pelo valor realizável líquido. Há uma mistura dos dois conceitos teóricos na formação dos ganhos ou perdas na descontinuidade. O *fair value* é determinado basicamente pelos preços cotados em mercados ativos e o valor realizável líquido é determinado pelo valor recuperável de ativos, que se aproximam muito do conceito teórico de valor realizável líquido. Eles se juntam aos resultados operacionais previstos para formar, em base de competência, os fluxos futuros de caixa.

Em relação aos ativos, o IASC não separa os ativos de longo prazo, e determina que todos devem ser mensurados pela estimativa do montante recuperável do ativo, que é obtido do valor líquido de mercado ou do seu valor em uso, dos dois o maior. O primeiro corresponde, claramente, ao conceito de valor realizável líquido, e o segundo ao de valor presente das entradas futuras de caixa. O IASC separa, portanto, os dois conceitos, determinando que ambos sejam utilizados paralelamente e que seja escolhido o de maior valor, que é realmente o que irá se efetivar.

Em relação aos passivos, US-GAAP e IASC têm uma metodologia semelhante, embora o IASC dê um tratamento todo especial ao assunto. O APB-30 determina que sejam considerados no cômputo de ganhos e perdas, além do valor do ativo, os custos e despesas estimados diretamente associados com a decisão de descontinuidade. Esses custos e despesas devem ser reconhecidos como novas provisões. O IAS-37 classifica a descontinuidade como uma forma de reestruturação, evento que pode levar ao reconhecimento de novos passivos chamados de provisões para reestruturação, que devem incluir apenas os gastos

diretamente relacionados e que não estão associados com as atividades normais da empresa.

Ambas as metodologias registram apenas perdas no momento do reconhecimento de uma operação, deixando para o momento de encerramento da venda ou das operações o reconhecimento de um eventual ganho.

3.4.4. Evidenciação

A evidenciação das Operações em Descontinuidade é um ponto fundamental de todo o processo, pois se ela não for clara o suficiente, de nada adiantará todo o trabalho anterior. Os US-GAAP e o IASC apresentam critérios parecidos para se evidenciar uma operação em descontinuidade, mas têm, em função da própria metodologia de reconhecimento, abordagens ligeiramente diferentes.

No evento de reconhecimento inicial do IASC e na data de mensuração dos US-GAAP, a empresa deve realizar a mensuração da operação e fazer a segregação nas suas demonstrações.

O IASC, no evento de evidenciação inicial, determina que no balanço patrimonial os ativos e passivos da operação sejam segregados, assim como os resultados na demonstração do resultado do exercício e o fluxo de caixa da operação na demonstração do fluxo de caixa. Os US-GAAP, na data de mensuração, acompanham o IASC em relação ao balanço patrimonial e a demonstração de resultados, facultando à empresa a segregação do fluxo operacional na demonstração do fluxo de caixa.

A segregação no balanço patrimonial, para ambas as entidades, deve ser realizada de forma que os ativos e passivos do segmento sejam apresentados separadamente, e não em um único montante. A alternativa do montante único apareceu no DSOP do IASC, mas a idéia foi descartada no E58 e no IAS-35. Segundo os que defendem a evidenciação separada dos ativos e passivos, essa informação é mais útil para o usuário, pois pode verificar com maior precisão a posição do segmento que está sendo descontinuado. A evidenciação em um único montante só poderia ser realizada se os passivos do segmento pudessem ser compensados com os ativos na negociação de venda, o que dificilmente é o caso.

Em relação às informações que devem constar das notas explicativas, IASC e US-GAAP têm basicamente as mesmas exigências: a identificação do segmento, a data esperada de descontinuidade, a forma que isso se realizará e os resultados esperados.

Um detalhe apresentado pelo IASC que não é previsto pelos US-GAAP é a evidenciação separada para cada operação em descontinuidade, no caso de haver mais de uma ocorrendo ao mesmo tempo. Talvez seja um evento raro, mas essa evidenciação é importante para se saber a posição financeira de cada uma das operações que está sendo descontinuada.

Quanto à comparação com períodos anteriores, IASC e os US-GAAP concordam que, para que haja comparabilidade, as demonstrações de anos anteriores que estão sendo apresentadas juntamente com a demonstração que evidencia a segregação da operação pela primeira vez, devem também evidenciar as informações do segmento de forma segregada.

A questão da evidenciação é fundamental, uma vez que a forma de se divulgar as informações tem grande influência sobre a capacidade de o usuário realizar suas projeções acerca da continuidade da empresa no futuro.

Gibson⁵⁴ coloca que *“idealmente, o resultado das operações em continuidade deve ser a melhor figura para se utilizar na projeção do resultado futuro”*, o que pressupõe a separação do resultado das operações em descontinuidade. Para a análise de demonstrações contábeis, o mesmo autor indica dois pontos que podem provocar problemas de ordem prática para a análise de lucratividade primária:

“1. uma evidenciação inadequada dos dados relacionados com a operação em descontinuidade, para que se possa remover do balanço os montantes associados;

2. a falta de dados de lucros e prejuízos passados associados com a operação em descontinuidade.”

Segundo Gibson⁵⁵, para efeito de análise das demonstrações contábeis, o melhor é remover da demonstração de resultados e do balanço patrimonial os itens relacionados com a operação em descontinuidade, pois seus resultados não irão continuar e os itens patrimoniais não irão contribuir para a geração de receitas operacionais futuras.

⁵⁴ GIBSON, Charles H. Financial statement analysis using financial accounting information, p. 151.

⁵⁵ GIBSON, Charles H. Financial statement analysis using financial accounting information, p. 151-2.

3.4.5. Quadro Comparativo

A seguir é apresentado um quadro em que se comparam os diversos aspectos relacionados a operações em descontinuidade de forma resumida, dentro das abordagens dos US-GAAP e do IASC.

US-GAAP	IASC
Segmento de Negócios.	Componente da Empresa – não necessariamente segmento de negócios.
Descontinuidade por venda, transferência ou abandono ou qualquer outra forma.	Descontinuidade por venda na totalidade, dissolução de fusão, transferência, venda em partes ou abandono.
Distinção física e operacional e em termos de demonstrações contábeis.	Distinção operacional e para fins de demonstrações contábeis.
Data de mensuração da descontinuidade – data do comprometimento da administração com um plano formal de descontinuidade, tanto pela venda como por abandono.	Evento de evidenciação inicial – o que ocorrer primeiro: <ul style="list-style-type: none"> - fechamento de um acordo firme de venda, ou - aprovação e anúncio de um plano formal detalhado de descontinuidade.
Data de descontinuidade – data de encerramento da venda ou cessão das atividades.	Implícito.

US-GAAP	IASC
Reconhecimento de ganhos e perdas com a descontinuidade de ativos e passivos na data da descontinuidade.	Reconhecimento de perdas por desvalorização de ativos e pelo reconhecimento de novas provisões no evento de evidenciação inicial.
<p>APB-30 (operação como um todo) – ativos e passivos mensurados pelo valor contábil ou pelo valor líquido realizável menos os custos de venda, dos dois o menor.</p> <p>FAS-121 (apenas os ativos de longo prazo) – ativos e passivos mensurados pelo valor contábil ou <i>fair value</i> menos os custos da venda, dos dois o menor.</p>	<p>IAS-37 (provisões) – a melhor estimativa na data do balanço do pagamento requerido para liquidar a obrigação.</p> <p>IAS-36 (desvalorização de ativos) – diferença entre o valor contábil e seu montante recuperável, que é o preço líquido de venda ou seu valor em uso, dos dois o maior.</p>
Resultados Operacionais estimados entre a data de mensuração e a data da descontinuidade fazem parte dos resultados da descontinuidade e são reconhecidos na data de mensuração como uma perda separada.	Se há uma estimativa de prejuízo operacional no futuro, isso é apenas uma indicação de que os ativos podem estar desvalorizados, e isso deve ser testado conforme as normas do IAS-36. Os resultados estimados não são reconhecidos separadamente como perdas decorrentes da descontinuidade, mas devem ser considerados no cômputo do valor em uso.
<i>Goodwill</i> adquirido – é o primeiro a ser desvalorizado em um grupo de ativos de longo prazo que está sendo comparado com o seu <i>fair value</i> .	<i>Goodwill</i> adquirido - é o primeiro a ser desvalorizado em um grupo de ativos de longo prazo que está sendo comparado com o seu valor recuperável.

US-GAAP	IASC
Reconhecimento de ganhos – na data da descontinuidade.	Reconhecimento de ganhos – no momento da realização.
Lucro ou prejuízo operacional do segmento durante o período de descontinuidade: faz parte dos ganhos ou perdas na descontinuidade da operação.	Lucro ou prejuízo operacional do segmento durante o período de descontinuidade: resultado operacional das atividades ordinárias, sem distinção.
Evidenciação no Balanço Patrimonial: segregação dos ativos e passivos da operação em descontinuidade.	Evidenciação Facultativa.
Evidenciação na Demonstração de Resultados – devem aparecer depois dos resultados das operações em continuidade e antes dos itens extraordinários.	Evidenciação na Demonstração de Resultados: montante de ganhos ou perdas antes do imposto de renda reconhecidas na disposição de ativos ou liquidação de passivos da operação. A evidenciação de receitas, despesas e lucro ou prejuízo operacionais da própria face é facultativa, mas incentivada.
	Evidenciação na face da Demonstração do Fluxo de Caixa – facultativa, mas incentivada.

US-GAAP	IASC
<p>Notas Explicativas – identificação do segmento, a maneira e a data esperada de descontinuidade, descrição dos ativos e passivos remanescentes e os lucros ou prejuízos das operações e outros rendimentos obtidos com a descontinuidade entre a data de mensuração e a data do balanço.</p>	<p>Notas Explicativas – descrição da operação em descontinuidade, o segmento, a data e a natureza do evento de evidenciação inicial, a data da descontinuidade, o valor contábil dos ativos e passivos, o montante de receitas, despesas, lucro ou prejuízo antes do imposto de renda e o montante de fluxo de caixa das atividades operacionais, de investimento e financiamento.</p>
	<p>Evidenciações adicionais – no momento da disposição de ativos ou liquidação de passivos – montante dos ganhos ou perdas reconhecidos e o preço líquido de venda de um ou mais acordos firmes de venda.</p>

3.5. EXEMPLOS COMPARATIVOS

3.5.1. Exemplo com Definição do Momento de Reconhecimento da Descontinuidade

A empresa Buenos Aires S/A está dentro de um processo de descontinuidade de seu segmento de estofados. Em 27 de março de 20X0, a empresa organizou uma equipe que elaborou um plano de descontinuidade que ficou pronto e foi aprovado em 10 de julho do mesmo ano. Somente em 26 de julho é que a Buenos Aires divulgou uma nota à imprensa, juntamente com uma carta aos funcionários, fornecedores e principais clientes com os principais pontos do plano. Esse plano continha apenas as intenções sobre a venda do segmento de estofados, pois até o momento de sua divulgação ainda não havia um acordo de venda com os interessados. Tal acordo foi concretizado em 18 de setembro, e previa que o segmento seria entregue ao comprador em 01 de dezembro.

De acordo com as normas norte-americanas, a empresa deveria reconhecer os resultados decorrentes da descontinuidade da operação em 10 de julho, data da aprovação do plano. Para o IASC, o reconhecimento só deve

ocorrer em 26 de julho, data em que havia a aprovação do plano e o seu anúncio público. Em 18 de setembro a empresa poderia reconhecer alterações nas estimativas do resultado, quando foi fechado o acordo firme de venda. Na data da entrega da operação a empresa poderia realizar um novo ajuste no resultado decorrente de diferença entre o que tinha sido previsto e o que foi realmente realizado ou então reconhecer um eventual ganho.

3.5.2. Exemplo com Cálculo de Desvalorização de Ativos de Longo Prazo

A indústria de cosméticos Paris S/A está vendendo sua subsidiária que produz embalagens plásticas. A empresa deve vender apenas seus equipamentos que foram adquiridos em 01/01/X1, cujo valor contábil em 31/12/X2 era \$ 5.000. Ao final da vida útil de 5 anos, os equipamentos poderiam ser vendidos como sucata pelo valor residual de \$ 700.

Se os equipamentos fossem comprados novos hoje, eles custariam \$ 5.100, mas os usados no mesmo estado em que se encontram os da Paris S/A custariam \$ 2.200.

O uso dos equipamentos tem gerado fluxos líquidos de caixa de \$800 ao ano e a taxa de juros de mercado gira em 5% a.a.

De acordo com o FAS-121, a desvalorização dos ativos de longo prazo deve ser calculada com base no *fair value*, que é o preço cotado em mercados ativos. Nesse caso, o preço a ser considerado é de \$ 2.200, por ser o mercado secundário mais apropriado. Com isso, o valor da desvalorização deve ser calculado em relação ao valor contábil líquido, que é de:

Valor contábil	\$ 5.000
(-) Depreciação acumulada	<u>\$ (1.720)</u>
(=) Valor contábil líquido	\$ 3.280

Comparando esse valor com o fair value, há uma perda com desvalorização de \$1.080, como segue:

Valor contábil líquido	\$ 3.280
(-) Fair Value	\$ (2.200)
(=) Desvalorização	\$ 1.080

De acordo com a sistemática do IASC contida no IAS-35, a desvalorização é calculada com base no montante recuperável e no valor contábil líquido, que é de:

Valor contábil	\$ 5.000
(-) Depreciação acumulada	<u>\$ (1.720)</u>
(=) Valor contábil líquido	\$ 3.280

O montante recuperável pode ser o valor em uso ou preço líquido de venda, dos dois o maior:

Montante recuperável:	
Preço líquido de mercado	\$ 2.200
Valor em uso ⁵⁶	\$ 2.784

Como o montante recuperável é o valor em uso, a perda com desvalorização será de:

Valor contábil líquido	\$ 3.280
(-) Montante recuperável	\$ (2.784)
(=) Desvalorização	\$ 496

⁵⁶

$$\begin{aligned}
 \text{ValorUso} &= \text{Vlr.Fl.Cx.} * \left(\frac{1 - (1+i)^{-n}}{i} \right) + \frac{\text{Vl.Residual}}{(1+i)^n} \\
 &= 800 * \left(\frac{1 - (1+0,05)^{-3}}{0,05} \right) + \frac{700}{(1+0,05)^3} = 2784
 \end{aligned}$$

3.5.3. Exemplo com Abandono da Operação

A empresa Melbourne S/A possui uma subsidiária no país X, que restringiu há pouco tempo as exportações de seu principal produto. Isso provocou uma redução de 60% nos níveis de produção e a subsidiária não tem como cortar custos fixos para se adequar à nova realidade e manter a mesma rentabilidade. Por causa disso, a Melbourne S/A aprovou um plano que prevê o abandono das operações no país X em 6 meses, já que seus ativos são muito específicos à atividade e não existem compradores interessados depois da restrição às exportações.

Para evidenciar a operação em descontinuidade, é necessário calcular a perda resultante da desvalorização de seus ativos. Como não há compradores, não há um preço de venda ou de mercado. Por isso, é necessária a apuração do valor em uso dos ativos segundo a metodologia do IASC, que também é aceita pelo FASB para avaliar o *fair value*.

Os orçamentos de caixa para os próximos meses têm como resultados os seguintes montantes líquidos:

Mês	Fluxos Líquidos de Caixa
01	\$200
02	\$180
03	\$140
04	\$100
05	\$80
06	(\$30)

Supondo que seja utilizada uma taxa de juros de 5% a.m., pode-se calcular a perda com a desvalorização dos ativos que estão registrados ao custo histórico depreciado de \$1.000:

$$\text{Valor do ativo} = \frac{200}{1,05} + \frac{180}{1,05^2} + \frac{140}{1,05^3} + \frac{100}{1,05^4} + \frac{80}{1,05^5} + \frac{(30)}{1,05^6} = 597$$

$$\text{Valor da Perda} = \$1.000 - \$597 = \$403$$

Se houvesse custos adicionais, como rescisão de empregados, eles seriam considerados como provisões segundo o IASC e registrados no passivo. De acordo com a sistemática do APB-30, tais custos fazem parte do cômputo do valor realizável líquido do segmento para a apuração dos ganhos ou perdas com a descontinuidade.

3.5.4. Exemplo com Evidenciação na DRE

O contador de uma empresa possui no final de 20X1 as seguintes informações sobre o segmento de negócio X que está sendo descontinuado:

Período	Início do ano até data do reconhecimento	Data do reconhecimento até final de 20X1	Final de 20X1 até data estimada de descontinuidade
Receita Líquida	1.500.000	400.000	2.000.000
Custos e Desp. Operacionais	(1.600.000)	(420.000)	(2.200.000)
Resultado Op. Antes IR	(100.000)	(20.000)	(200.000)
Economia com Imposto de Renda	35.000	7.000	70.000
Resultado Op. Após IR	(65.000)	(13.000)	(130.000)
Gastos c/ Dispensa Empregados			(30.000)
Perda na venda dos ativos do segmento			(60.000)
Imposto de Renda			31.500
Resultado Líquido			(188.500)

De acordo com as normas norte-americanas, no final de 20X1 o contador deve considerar o resultado após o IR obtido entre o início do ano e a data do reconhecimento (Data de Mensuração) da descontinuidade como Prejuízo nas Operações do Segmento X em Descontinuidade, no valor de \$65.000. As Perdas na Descontinuidade são compostas pelo resultado após o IR obtido entre a Data de Mensuração e o final do ano, pelo prejuízo operacional estimado após o IR obtido entre o final do ano e a Data de Descontinuidade, que somam \$143.000, mais os gastos com dispensa de empregados e a perda com a venda dos ativos do segmento, totalizando \$233.000 de Perdas na Descontinuidade do segmento X. Assim, a seção Operações em Descontinuidade na Demonstração de Resultados segundo os US-GAAP deve ficar do seguinte modo:

	20X1
Operações em Descontinuidade (Nota N)	
Prejuízo nas Operações do Segmento X em descontinuidade (Líquido de IR)	\$65.000
Perdas na Descontinuidade do Segmento X	(233.000)

De acordo com as normas do IASC, a empresa deve considerar todo o prejuízo ocorrido durante o ano como resultado operacional do segmento em descontinuidade, somando \$78.000 (\$65.000 + \$13.000). Considerando que a perda na venda dos ativos do segmento é resultante de desvalorização calculada pelo preço líquido de venda, e que portanto já foi levado em conta o valor em uso, o resultado operacional entre o final do ano e a data de descontinuidade não aparece na DRE de 20X1. Assim, a seção relativa à operação em descontinuidade da demonstração do resultado do exercício deve ser apresentada da seguinte maneira, de acordo com o IASC:

	Operações em Continuidade	Operação em Descontinuidade
Receita Líquida	\$	1.900.000
Custos e Despesas Operacionais	\$	(2.020.000)
Resultado Operacional Antes IR	\$	(120.000)
Economia com Imposto de Renda	\$	42.000
Resultado Operacional Após IR	\$	(78.000)
Provisão para Dispensa de Empregados	\$	(30.000)
Perda por Desvalorização de Ativos	\$	(60.000)
Imposto de Renda	\$	31.500
Resultado Líquido	\$	(136.500)

CAPÍTULO 4 – CASO DERSA

4.1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo é realizado estudo do caso DERSA, em que se procura analisar as informações que o usuário é capaz de obter a partir das demonstrações publicadas e compará-las com as informações que a empresa poderia estar evidenciando caso estivesse seguindo as normas do IASC e as norte-americanas. Esse objetivo está ligado à comprovação da hipótese colocada no Capítulo 1, que é a de que o reconhecimento e a evidenciação de operações em descontinuidade permitem ao usuário das demonstrações contábeis fazer projeções futuras da posição financeira e da capacidade de geração de lucros e fluxos de caixa pela segregação das informações das operações em continuidade das em descontinuidade.

Inicialmente, são levantadas algumas informações gerais sobre a DERSA e sobre as privatizações ocorridas. A partir disso, são analisados detalhes contidos em suas demonstrações contábeis publicadas de 1995 a 1998 relacionados especificamente à descontinuidade de algumas de suas operações. Posteriormente, são discutidos alguns aspectos ligados ao reconhecimento,

mensuração e evidenciação dessas operações de acordo com a interpretação das normas norte-americanas e do IASC para o caso, com uma simulação ao final de como ficariam com a evidenciação da descontinuidade, em comparação com as demonstrações originais publicadas.

4.2. A DERSA

A DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A, de controle acionário do Governo do Estado de São Paulo, administra rodovias, hidrovias, portos e travessias litorâneas. Suas receitas são provenientes principalmente de arrecadação de pedágio.

Desde que foi criada em 1969, a DERSA administra as rodovias que obteve por concessão do Departamento de Estradas de Rodagem (DER). Primeiramente foram as rodovias Via Anchieta e Imigrantes, e depois vieram as demais: Via Anhangüera, Rodovia dos Bandeirantes, Rodovia D. Pedro I, Ligação Campinas/Sorocaba, Rodovia Santos Dumont, Ayrton Senna e Carvalho Pinto.

No governo Mário Covas foi instituído o Programa Estadual de Participação da Iniciativa Privada na Prestação de Serviços Públicos e na Execução de Obras de Infra-estrutura, por meio do Decreto nº 40.000 de 16 de março de 1995, que tem por objetivo propiciar à iniciativa privada a prestação de serviços públicos e a execução de obras de infra-estrutura e reduzir os investimentos do Poder Público nas atividades que possam ser exploradas pela iniciativa privada. Isso abriu caminho para que essas concessões da DERSA passassem para a iniciativa privada.

Como parte desse programa de privatização, foi editado o Decreto nº 40.028 de 30 de março de 1995, que autorizava a abertura de licitação para a concorrência dos serviços públicos de exploração do Sistema Rodoviário Anhangüera-Bandeirantes por parte do DER e revogava as concessões existentes. Com isso, o governo estadual estava tirando das mãos da DERSA o direito de exploração dos pedágios no referido sistema e iniciava o processo de privatização de todos os seus serviços.

Em 1998, foram transferidos para o DER os sistemas Anhangüera-Bandeirantes, Anchieta-Imigrantes e Senador José Ermírio de Moraes (que faz parte da ligação Campinas/Sorocaba), para posteriormente serem entregues à iniciativa privada.

Fundamentalmente, o decreto nº 40.000 pode acabar com todas as operações da DERSA se outros decretos como o nº 40.028 forem publicados, retirando dela as demais concessões. Ela teria que alterar sua estratégia de atuação para continuar operando em outros negócios. Por causa disso, a evidenciação dos eventos relacionados a isso é de grande importância, pois está ligada à própria continuidade da empresa.

4.3. AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PUBLICADAS

4.3.1. Considerações Gerais

Em virtude da não existência de normas contábeis no Brasil que exijam a divulgação de operações em descontinuidade, a DERSA não evidenciou em

momento oportuno quais seriam os efeitos da perda da concessão que possuía sobre os sistemas Anhangüera-Bandeirantes e Anchieta-Imigrantes em suas demonstrações contábeis.

Da forma como suas demonstrações foram apresentadas, não é possível identificar claramente o que aconteceu e o que poderia acontecer com a DERSA no futuro sem a operação dessas rodovias.

A seguir são levantados aspectos que foram evidenciados em suas demonstrações de 1995 a 1998, relacionados às privatizações ocorridas.

4.3.2. Demonstrações de 1995 a 1997

Nas demonstrações contábeis de 1995, a DERSA apresentou apenas a nota explicativa nº 9, com o seguinte texto:

“O Decreto nº 40.028 editado em 05/04/95, autoriza a licitação para concessão onerosa dos serviços públicos de exploração do Sistema Rodoviário Anhangüera-Bandeirantes pelo D.E.R. (Departamento de Estradas de Rodagem), pelo prazo de 20 anos e revoga as concessões vigentes, mantendo-se os direitos e obrigações da empresa até a transferência ao novo concessionário.”

Em 1996, uma nota no Relatório da Administração é a única menção sobre o Programa de Concessões Rodoviárias, que relata que em 26/02/97 foi anulada a licitação da Rodovia D. Pedro I e cancelado o edital de licitação do Sistema Anhangüera/Bandeirantes, que, depois de solucionados os problemas, teve lançado novo edital.

Em 1997, a nota nº 12 sobre eventos subseqüentes diz que o processo de transferência à iniciativa privada das rodovias Anhangüera/Bandeirantes e

Senador José Ermírio de Moraes estaria concluído em 1998, pois já haviam sido publicados no Diário Oficial do Estado os vencedores das licitações. Estavam previstas também as transferências do Sistema Anchieta/Imigrantes, da Rodovia Campinas/Sorocaba e da Rodovia D. Pedro I.

4.3.3. Demonstrações de 1998

As informações que se pode obter nas demonstrações contábeis publicadas de 1998 da DERSA são:

1. Da nota 1.1. do Relatório da Administração, sobre a implementação do Programa de Concessões, consta que o Sistema Anhangüera-Bandeirantes foi concedido à empresa AutoBan em 01 de Maio de 1998, que assumiu o compromisso de investir R\$ 800 milhões nos próximos 5 anos e R\$ 1,2 bilhão nos próximos 20 anos. No Sistema Anchieta-Imigrantes, a empresa Ecovias dos Imigrantes foi a empresa que obteve a concessão em 29 de Maio, comprometendo-se a investir R\$ 800 milhões nos próximos 5 anos e R\$ 953 milhões nos próximos 20 anos;
2. A nota 2.2. do Relatório da Administração, sobre investimentos e obras em rodovias concedidas, diz que foi dada continuidade a obras já iniciadas no Complexo Viário do Alemoa, Via Anchieta e Via Anhangüera;
3. Queda na arrecadação de pedágios de R\$ 462 milhões para R\$ 293 milhões de 1997 para 1998. Atualizando pelo IGP-M, a receita de 1997 seria de R\$ 472 milhões, representando uma queda de 37,8%, sendo que havia um

histórico de crescimento até 1997, segundo as demonstrações dos períodos anteriores;

4. A nota explicativa nº 7-b (Dívidas com Pessoas Ligadas - Governo do Estado de São Paulo) traz o seguinte:

“No final de 1997, o Governo do Estado de São Paulo assumiu as dívidas da DERSA com o Banco do Brasil, Banco do Estado de São Paulo - Banespa e Nossa Caixa - Nosso Banco no montante de R\$ 3.935.653 mil. Este valor foi transferido, naquela data, para débitos com o Governo no Exigível a Longo Prazo. Pela revogação antecipada das concessões à DERSA e conseqüente entrega para a iniciativa privada das Rodovias Senador José Ermírio de Moraes (Km 0 ao 15) - Lote 12, ocorrida em março/98, Anhangüera/Bandeirantes - Lote 1 e Anchieta/Imigrantes - Lote 22, transferidas em maio/98, a DERSA já autorizada, compensou o valor de R\$ 2.402.187 mil, através do lançamento contábil à débito da rubrica Débitos com Governo, tendo como contrapartida Resultados Não-Operacionais. O saldo remanescente no montante de R\$ 1.533.466 mil, foi transferido para a conta Recursos para Aumento de Capital, para posterior incorporação ao Capital Social.”

Não está explícito, mas o que se pode entender com a leitura dessa nota é que o governo reassumiu as rodovias para posteriormente repassá-las às empresas ganhadoras da licitação. Em contrapartida, a DERSA recebeu como pagamento pelos ativos transferidos a redução na dívida que tinha com o governo;

5. O valor residual do imobilizado alienado e baixado, de acordo com a DOAR, foi de R\$2,572 bilhões. Não é possível verificar apenas com as informações das demonstrações a origem da diferença em relação aos R\$ 2,402 bilhões recebidos como pagamento pelos ativos transferidos. Essa diferença poderia até estar relacionada com a descontinuidade das operações, uma vez que não

ficou explícito que a compensação com os passivos se deu no mesmo montante;

6. Na nota explicativa nº 13, sobre eventos subseqüentes, a DERSA informa que a Rodovia Campinas/Sorocaba seria transferida à iniciativa privada em julho/99. As rodovias D. Pedro I, Ayrton Senna e Carvalho Pinto também seriam transferidas, mas seus editais de licitação ainda estavam em fase de elaboração.

O problema é que não se pode ter certeza de que os números sobre a receita, a baixa do imobilizado e a redução do passivo se referem apenas aos efeitos da perda das concessões referidas.

Não é possível também verificar qual o valor da perda ou ganho resultante da descontinuidade de cada uma das operações (se houvesse), e nem mesmo pelo total, uma vez que esses valores estão contidos no item Resultado Não-Operacional, que em 98 foi de R\$ 432 mil. Nas demonstrações de anos anteriores, há a menção de que as rodovias seriam privatizadas, mas não houve a separação das informações sobre tais rodovias das demais que iriam continuar em operação e nem uma estimativa do resultado decorrente desse evento.

4.3.4. Informações Adicionais Obtidas Junto à DERSA

Em entrevista com o Sr. Wilson Luiz Fascina e com o Sr. Aparecido Edvaldo Rodrigues, da Divisão de Controladoria da DERSA, a quem desde já agradecemos, foi possível obter várias informações que complementaram o entendimento dos procedimentos realizados e das circunstâncias envolvidas.

Verificou-se que as concessões do Sistema Anhangüera/Bandeirantes (SAB), da Rodovia Senador José Ermírio de Moraes (Lote 12) e do Sistema Anchieta/Imigrantes (SAI) foram transferidas para o DER pelo seu custo contábil, no valor total de R\$ 2.394 milhões. Outros bens patrimoniais, que somavam R\$ 7.912 mil, também foram transferidos por seus valores contábeis não amortizados, totalizando R\$2.402 milhões. A contrapartida da baixa dos ativos foi resultado não-operacional.

Pela forma como foram transferidos ao DER, entendeu-se que se trata de uma encampação de serviços públicos, uma vez que houve uma rescisão unilateral do contrato de concessão antes do término do prazo. A Lei estadual nº 8987/95 estabelece que deve haver, nesse caso, indenização.

Após negociações com o DER e Secretarias dos Transportes e da Fazenda, com discussões com a Contadoria Geral do Estado, Procuradoria Geral, Tribunal de Contas e Secretaria do Planejamento, estabeleceu-se que o critério utilizado para o cálculo da indenização seria o valor dos ativos não amortizados.

A DERSA possuía uma dívida de longo prazo com o próprio governo no total de R\$ 3.935 milhões, fruto da assunção em 1997, por parte do governo estadual, de passivos com o Banespa e Nossa Caixa Nosso Banco e empréstimos em moeda estrangeira.

Essa dívida de longo prazo foi utilizada pelo governo como pagamento da indenização devida, reconhecida como um ganho pela DERSA. Como o critério utilizado para se calcular a indenização resultou no mesmo valor da baixa dos ativos, não se reconheceu nenhuma perda com os mesmos em 1998.

Entretanto, os editais de concorrência para a concessão dos sistemas rodoviários previam a inclusão na proposta financeira do montante de R\$ 5 milhões na data de transferência do controle para pagamento à DERSA referente às indenizações pela rescisão de contratos de trabalho. Esse valor poderia ser maior ou menor do que o gasto efetivo, podendo gerar ganhos ou perdas para a DERSA.

No caso da transferência dos sistemas Anhangüera-Bandeirantes e Anchieta-Imigrantes, houve o recebimento de R\$ 10,4 milhões, mas os gastos, segundo levantamento do Departamento de Recursos Humanos da DERSA, foram de R\$ 20,7 milhões, gerando uma perda líquida com os passivos da ordem de R\$ 10,3 milhões.

4.4. O QUE PODERIA TER SIDO FEITO

4.4.1. Visão Geral

Com a perda da concessão dos Sistemas Anhangüera-Bandeirantes, Anchieta-Imigrantes e Senador José Ermírio de Moraes, a DERSA poderia utilizar tanto a metodologia dos US-GAAP como a do IASC para o tratamento dessas operações em descontinuidade, para dar ao usuário das demonstrações uma visão mais completa dos fatos ocorridos e das possíveis consequências futuras.

De modo geral, teria sido interessante verificar quais eram os resultados que se vinha obtendo com a exploração dos pedágios das rodovias, travessias e hidrovias que administrava e que continuaria administrando, assim como os

efeitos sobre o resultado global da perda da concessão daquelas rodovias. A DERSA poderia ter evidenciado também quais os ativos relacionados e as novas provisões decorrentes da descontinuidade.

Como os três sistemas rodoviários tiveram seus editais de concessão publicados em 1997, foi elaborada uma simulação de como ficariam as demonstrações para esse ano, que é o período em que deveriam ter sido reconhecidas as descontinuidades.

4.4.2. O Reconhecimento da Descontinuidade

As regras contidas tanto nos US-GAAP quanto nas normas do IASC poderiam ser aplicadas ao caso DERSA, pois há a configuração de Operações em Descontinuidade. As operações no SAB e no SAI representavam segmentos de negócio importantes para a empresa e a DERSA deixou de explorar suas concessões porque foram privatizadas. Enquanto não eram entregues à iniciativa privada, ela continuou operando tais sistemas rodoviários. Durante esse tempo, ela poderia tê-las evidenciado como operações em descontinuidade.

O APB-30 estabelece regras sobre o conteúdo mínimo do plano formal de descontinuidade, peça fundamental para o reconhecimento do evento. Deve incluir, entre outros, os resultados estimados e realizados da data de mensuração até a data de descontinuidade. Porém, essas informações não constam dos decretos e dos editais de concorrência, que foi a maneira utilizada pelo governo para formalizar seus planos. Os decretos revogavam as concessões da DERSA e autorizavam a licitação para nova concessão, estabelecendo dessa maneira os

ativos e o método de descontinuidade. Os editais estabeleciam as regras de como os interessados na concessão deveriam proceder e detalhava os ativos envolvidos, os serviços a serem prestados, as indenizações trabalhistas, as obrigações do contratante e outros detalhes, mas não tratavam de valores, uma vez que a nova concessionária seria escolhida entre as que passassem pelos critérios técnicos e que oferecesse o maior valor. Desse modo, não poderia haver o estabelecimento de um valor nos editais.

Esse detalhe acaba perdendo sua relevância diante das circunstâncias e da importância da evidenciação da descontinuidade. Relevado esse detalhe das informações contidas no plano, as demonstrações poderiam ser apresentadas segundo as normas norte-americanas.

Como o IASC não estabelece as informações que devem estar contidas no plano, as demonstrações também poderiam ser elaboradas por seu conjunto de normas.

4.4.2.1. O Momento do Reconhecimento da Descontinuidade das Operações SAB e SAI

O governo do Estado de São Paulo editou o decreto nº 40.028 em abril de 1995, o decreto nº 40.366 em outubro de 1995 e o decreto nº 41.370 em novembro de 1996, que autorizavam a licitação para concessão onerosa dos serviços públicos de exploração do SAB, Lote 12 e do SAI, respectivamente, e revogavam as concessões vigentes em favor da DERSA.

Porém, a data da publicação de tais decretos não atende a um dos requisitos dos US-GAAP e do IASC para o reconhecimento da descontinuidade das operações que é a existência de um plano formal, mesmo tendo havido a aprovação e o anúncio da revogação das concessões sob posse da DERSA.

O plano formal só estava contido nos editais de concorrência para as novas concessões, mesmo que não com a forma e detalhes exigidos pelos US-GAAP, como comentado anteriormente. Os editais foram publicados em 08/03/1997, 30/04/1997 e 11/10/1997, e estes deveriam ser os momentos de reconhecimento da descontinuidade das operações no SAB, Lote 12 e SAI, respectivamente.

Os sistemas SAB e SAI podem ser reconhecidos como operações em descontinuidade, uma vez que:

1. cada processo seguiu um único plano aprovado e divulgado;
2. foram descontinuadas pela perda da concessão;
3. representam linhas de negócio separadas geograficamente que têm peso significativo sobre o volume total de operações; e
4. podem ser distinguidas operacionalmente e para fins de relatórios financeiros, atendendo às definições do IASC e dos US-GAAP.

De acordo com os critérios norte-americanos e internacionais, a data da publicação dos editais de concorrência foi considerada como o momento mais adequado para o reconhecimento da descontinuidade.

Pelo APB-30, essa é a data em que houve o comprometimento com um plano formal por parte da administração (no caso, o governo).

Pelo IAS-35, a aprovação do plano e o seu anúncio por meio da publicação são as ocorrências necessárias para se caracterizar o evento de evidenciação inicial.

Assim, as demonstrações de 1997 já deveriam conter as informações sobre a perda das concessões.

4.4.2.1. O Não Reconhecimento do Lote 12 como uma Operação em Descontinuidade

O Lote 12 – Rodovia Senador José Ermírio de Moraes não pode ser reconhecido como uma operação em descontinuidade, seja pelas normas do IASC seja pelos US-GAAP, mesmo tendo um plano formal aprovado. Os problemas são:

1. não possuía receitas, pois não havia praça de pedágio;
2. suas despesas teriam que ser rateadas, e não identificadas diretamente, pois essa rodovia representava um trecho de um sistema maior;
3. seus ativos representavam apenas 2% do total dos ativos dos demais segmentos;
4. não poderia ser considerada como representativa de uma linha de negócios da DERSA, pois não gerava receitas isoladamente e não poderia ser distinguida operacionalmente do resto de seu sistema.

Por causa disso, o Lote 12 não está sendo considerado aqui como uma operação em descontinuidade, e seus resultados seriam reconhecidos somente quando da transferência ao DER.

4.4.3. Mensuração das Operações em Descontinuidade

Como exposto, em 1997 deveriam estar sendo reconhecidas eventuais perdas decorrentes da descontinuidade de ativos e a formação de novas provisões. Os ativos descritos nos editais são apenas os imobilizados das rodovias: terrenos, obras e serviços, edifícios etc. São tratados como ativos de longo prazo pelo FASB e por causa disso devem ser mensurados pelo seu valor contábil ou *fair value* menos os custos de venda, dos dois o menor.

No caso da DERSA, houve a perda da concessão e o conseqüente direito de recebimento de indenização. O governo, que iria receber de volta os ativos concedidos à DERSA, iria utilizar seus créditos com a empresa para pagar a indenização. O valor da indenização corresponde ao *fair value*, dada a circunstância em que foi realizada a transferência. Como a indenização foi exatamente no mesmo montante que o valor contábil não amortizado das rodovias, a perda com a desvalorização dos ativos foi zero. O mesmo ocorre dentro da sistemática do IASC, uma vez que se deve apurar as perdas a partir do montante recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso. Não foi possível obter junto à DERSA uma estimativa precisa dos fluxos de caixa de cada uma das rodovias para se apurar o valor em uso, mas isso não seria necessário. Como o preço líquido de venda é igual ao valor contábil, o valor em uso teria que ser maior para que fosse considerado como o montante recuperável. Sendo este maior que o valor contábil, não se deve apurar ganhos

antes da realização. Desse modo, a perda com a desvalorização dos ativos também seria zero.

Por outro lado, os empregados da DERSA que trabalhavam nas rodovias descontinuadas teriam que ser demitidos para que parte fosse readmitida pelas novas concessionárias. Isso gerou novos gastos, que são tratados pelo APB-30 como parte dos resultados da descontinuidade, reconhecidos como provisões no passivo. A DERSA tinha o direito, estabelecido nos editais, de receber das novas concessionárias do SAI e SAB o valor de R\$ 10.420 mil referentes a recuperação de despesas com as rescisões contratuais com os empregados. De acordo com o levantamento feito junto à DERSA, o total de gastos adicionais com rescisões foi de R\$ 20.711 mil, resultando em uma perda da ordem de R\$ 10.291 mil com a descontinuidade. O mesmo procedimento seria efetuado se seguidas as regras do IAS-37, que reconhece tais gastos futuros como provisões.

O mesmo IAS-37, que trata essa recuperação de despesas como reembolsos em seu parágrafo 53, determina que tal recuperação seja reconhecida como um ativo somente se for virtualmente certo o seu recebimento. No caso da DERSA isso ocorre, pois apenas seriam aprovados como participantes da licitação aqueles que colocassem em sua proposta financeira o valor desse reembolso. Sendo assim, o IASC determina que seja classificado como um ativo separado, e não como uma redução de passivo, e que seu valor seja menor ou igual à provisão reconhecida. Na DRE, a perda reconhecida com o passivo deve aparecer líquida do valor do reembolso.

4.4.4. Simulação da Evidenciação das Operações em Descontinuidade da DERSA

Quanto à evidenciação nas demonstrações contábeis, foi possível reformulá-las a partir das informações obtidas junto à DERSA, a título de simulação. Foram levados em conta os aspectos normativos relacionados apenas às operações em descontinuidade.

4.4.4.1. Critérios de Cálculo Utilizados

Como a DERSA não estava obrigada a publicar as demonstrações contábeis evidenciando as operações em descontinuidade, não havia sido realizado um trabalho específico para o levantamento de todos os dados necessários. Por causa disso, foram utilizadas algumas estimativas. A seguir são apresentadas as considerações e as metodologias utilizadas no cálculo dessas estimativas, necessárias para a elaboração dessas demonstrações segundo as normas dos US-GAAP e do IASC.

Em relação aos ativos das operações em descontinuidade, foram obtidos com a Divisão de Controladoria da DERSA os valores de 1998 das rodovias privatizadas, que eram compostos apenas de imobilizados. Adotou-se o mesmo valor de 1998 para 1997. O valor do imobilizado das demais operações é a subtração do valor do balanço publicado de 1997 para os valores dos ativos do SAB e do SAI. Os ativos de 1996 dessas rodovias foram obtidos pela proporção de 1997 em relação ao total de 1996, como segue:

Tabela 3 – Ativos das Operações em Descontinuidade

	1998		1997		1996	
Imobilizado Original	4.836.599	100%	7.158.266	100%	7.185.000	100%
SAB	-	0%	947.797	13%	951.337	13%
SAI	-	0%	1.323.524	18%	1.328.467	18%
	-	0%	2.271.321	32%	2.279.804	32%
Imobilizado Restante	4.836.599		4.886.945		4.905.196	

Esses ativos das operações SAB e SAI foram posteriormente acrescidos do valor da recuperação de despesas com rescisão de contratos, da ordem de R\$ 5.209 mil cada, para efeito de evidenciação no balanço.

As receitas de 1996 e 1997, detalhadas por operação, foram obtidas com a Divisão de Controladoria da DERSA. As receitas de 1998 das operações em descontinuidade foram estimadas a partir dos valores de 1997, proporcionalmente aos meses que continuaram operando. Os números obtidos provavelmente não se realizaram com precisão, mas quando do reconhecimento da descontinuidade, essa metodologia poderia ser utilizada para se apurar ganhos ou perdas.

O quadro a seguir mostra as receitas das operações em continuidade e em descontinuidade:

Tabela 4 – Receitas das operações em continuidade e em descontinuidade da DERSA

RECEITAS	1996	1997	1998
Receitas em Continuidade			
Campinas/Sorocaba	16.767	18.573	15.473
A.Senna/C.Pinto/D.Pedro I	61.082	72.607	60.489
Travessias	16.096	19.384	16.149
Venda Antecipada de Cupons	77.133	121.561	101.273
Multas Aplicadas em Rodovias	14.144	23.569	19.635
Demais Receitas Operacionais	7.311	8.026	6.686
Total	192.533	263.720	219.706
Receitas em Descontinuidade			
SAI	78.878	93.157	38.815
SAB	95.761	105.592	35.197
Total	174.639	198.749	74.013
Total Receitas	367.172	462.469	293.719

Quanto às despesas com pessoal, obteve-se junto à DERSA os valores mensais das rescisões de SAB e SAI, que ocorreram de janeiro a setembro de 1998. Obteve-se também os gastos mensais com Pessoal e Administradores, exceto os relacionados com as travessias litorâneas, de 1996 a 1999. Subtraindo esses valores, pôde-se obter os gastos ocorridos depois de maio de 1998, quando ocorreu a entrega do último lote, o SAI. A partir desses valores de junho de 1998 a dezembro de 1999, calculou-se uma média, que representa o valor médio dos gastos das operações em continuidade. Com isso, foi possível estimar o valor dos gastos com pessoal das operações em continuidade. Como todo o pessoal vinculado às operações SAB e SAI foi demitido, calculou-se, a partir dos dados do número de empregados demitidos de cada sistema, uma proporção para separar esses gastos. A proporção foi de 55% para o SAI e 45% para o SAB. Os valores de 1998 incluem os gastos com as rescisões.

O quadro a seguir resume os valores dessas despesas com pessoal:

Tabela 5 – Despesas com pessoal das operações em descontinuidade da DERSA

DESPESAS COM PESSOAL				
	Proporção	1996	1997	1998
SAB	45%	12.821.268	18.465.218	15.283.269
SAI	55%	15.670.439	22.568.600	18.679.551
TOTAL	100%	28.491.707	41.033.819	33.962.821

Da mesma forma como se obteve o valor das despesas com pessoal das operações em descontinuidade, apurou-se o valor das despesas com manutenção do SAB e do SAI. Contudo, para se calcular a proporção do rateio dessas despesas, tomou-se por base o valor dos ativos não amortizados. A proporção foi de 42% para o SAB, 58% para o SAI.

O quadro a seguir resume os valores obtidos para as operações em descontinuidade das despesas com manutenção das rodovias:

Tabela 6 – Despesas com manutenção das operações em descontinuidade da DERSA

DESPESAS COM MANUTENÇÃO				
	Proporção	1996	1997	1998
SAB	42%	21.379.205	7.281.674	9.014.841
SAI	58%	29.854.379	10.168.285	17.046.158
TOTAL	100%	51.233.583	17.449.958	26.060.999

Dentro do grupo de despesas gerais e administrativas estavam incluídos os gastos com Serviços Profissionais, relacionados diretamente à operação das rodovias; o procedimento utilizado para a apuração das despesas com o SAB e o SAI foi o mesmo, mas dividindo as despesas das operações em descontinuidade em dois, 50% para cada um, por serem recursos utilizados da mesma forma para ambas as operações.

A seguinte tabela resume os valores obtidos de serviços profissionais classificados como Gerais e Administrativas:

Tabela 7 – Despesas com serviços profissionais das operações em descontinuidade da DERSA

SERVIÇOS PROFISSIONAIS			
	1996	1997	1998
SAB	5.361.236	10.997.292	5.993.629
SAI	5.361.236	10.997.292	5.993.629
TOTAL	10.722.472	21.994.583	11.987.259

As despesas com depreciação foram calculadas a partir dos ativos do ano anterior de cada uma das operações, proporcionalmente aos meses que estavam em continuidade, com base na taxa de 1% a.a. utilizada para os Investimentos Técnicos, que representam a grande parte dos ativos descontinuados (mais de 98%). Esses investimentos técnicos representam principalmente os gastos com a construção das rodovias. Como a concessão inicial era para 100 anos, foi permitido à DERSA depreciar tais ativos à taxa de 1% a.a. Os demais ativos, como Móveis e Utensílios e Veículos, têm taxas normais de depreciação, mas não foi possível identificá-los com cada sistema. Por esses motivos, foi utilizada essa simplificação para se encontrar o valor da despesa de depreciação do ano.

A tabela a seguir demonstra os cálculos realizados das despesas de depreciação:

Tabela 8 – Despesas de depreciação das operações em descontinuidade da DERSA

ATIVOS / DEPRECIAÇÃO	1998	1997	1996	1995
Operações SAB em descontinuidade	947.797	947.797	951.337	949.001
Operações SAI em descontinuidade	1.323.524	1.323.524	1.328.467	1.325.205
	2.271.321	2.271.321	2.279.804	2.274.207
Despesa Depreciação SAB 1%	3.171	9.513	9.490	
Despesa Depreciação SAI 1%	5.535	13.285	13.252	
	8.706	22.798	22.742	

As demais despesas foram consideradas em continuidade, por não se conseguir estabelecer uma relação direta com as operações em descontinuidade.

A partir dos valores apartados de cada uma das operações em descontinuidade, elaborou-se um quadro onde se colocou os resultados de 1996, de 1997 até o momento do reconhecimento e após, e de 1998 até o momento da transferência das operações ao governo. Para evidenciar os resultados de 1997 antes e depois do reconhecimento, fez-se a proporção de dias transcorridos, de acordo com a regras dos US-GAAP.

Para calcular os resultados com a descontinuidade de acordo com as regras dos US-GAAP, foram apurados para cada uma das operações em descontinuidade:

1. o resultado operacional de 1996;
2. o resultado anterior ao reconhecimento de 1997;
3. os resultados operacionais realizados em 1997 após o reconhecimento;
4. os resultados operacionais estimados até a ocorrência da transferência;
5. as provisões para desligamento dos empregados; e
6. as perdas com desvalorização de ativos

Para a DRE segundo os critérios do IASC, foram somadas as receitas e despesas de 1996 e de 1997, descontadas as provisões para desligamento de funcionários, para se obter os resultados com as operações em descontinuidade. Não foram apuradas desvalorizações de ativos, uma vez que o IASC considera que devem ser utilizados para o cálculo da perda o valor em uso ou o preço líquido de venda, dos dois o maior. Sendo o preço líquido de venda igual ao valor contábil, o que poderia gerar diferença seria o valor em uso. Porém, quando há prejuízo futuro estimado, o valor em uso fica menor que o preço líquido de venda, devendo ser utilizado o segundo. Se há lucro futuro estimado, o montante recuperável fica maior que o valor contábil, não se podendo reconhecer ganhos antes da realização.

Os dois quadros a seguir fazem um resumo dos valores obtidos para cada uma das operações em descontinuidade, que auxiliaram na elaboração das demonstrações contábeis.

Tabela 9 – Quadro auxiliar com os resultados do SAB para elaboração das demonstrações contábeis

	SAB			
	A	B	C	D
	1996	De 01/01/97 a 08/03/97	De 09/03/97 a 31/12/97	De 01/01/98 a 01/05/98
Receitas	95.761	19.093	86.499	35.197
Desp. Pessoal	12.821	1.722	16.743	5.963
Desp. Manutenção	21.379	1.317	5.965	9.015
Desp. Gerais e Adm.	5.361	1.989	9.009	5.994
Desp. Depreciação	9.490	1.720	7.793	3.171
Resultado Operacional	46.709	12.346	46.989	11.054
Resultado em Descont.				
Result. Operacionais		12.346	46.989	11.054
Provisão para Rescisões			(9.320)	
(-) Recuperação Desp. Rescisões			5.209	
Perdas com Desv. Ativos			-	
		12.346	42.878	11.054
Total Anual	46.709		55.224	11.054

Na Tabela 9, a coluna “A” foi levantada para efeito de comparação com o ano de 1997. A coluna “B” é necessária dentro da metodologia dos US-GAAP, uma vez que esses valores correspondem aos resultados realizados antes do reconhecimento da descontinuidade das operações do SAB. A coluna “C” possui os resultados operacionais realizados entre a data de mensuração e o final do ano e as provisões para o desligamento dos empregados. A coluna “D” é necessária para se apurar o resultado operacional estimado de 1998 que faz parte dos resultados da descontinuidade se houver prejuízo. Nessa coluna, o valor das despesas de pessoal está subtraído do valor da provisão para rescisões contratuais, uma vez que estas já haviam sido reconhecidas anteriormente. Para atender às regras do IASC, os valores de 1997 (colunas “B” e “C”) são somados porque não se separa os resultados de antes e depois do reconhecimento. A coluna de 1998 poderia ser utilizada no cálculo do valor em uso para a apuração das perdas com desvalorização de ativos, mas como visto anteriormente, isso não é necessário.

O mesmo vale para a seguinte tabela auxiliar de apuração dos resultados do SAI.

Tabela 10 – Quadro auxiliar com os resultados do SAI para elaboração das demonstrações contábeis

SAI				
	A	B	C	D
	1996	De 01/01/97 Até 11/10/97	De 11/10/97 Até 31/12/97	De 01/01/98 Até 29/05/98
Receitas	78.878	72.229	20.928	38.815
Desp. Pessoal	15.670	17.498	5.070	7.289
Desp. Manutenção	29.854	7.884	2.284	17.046
Desp. Gerais e Adm.	5.361	8.527	2.471	5.994
Desp. Depreciação	13.252	10.300	2.985	5.535
Resultado Operacional	14.740	28.019	8.119	2.952
Resultado em Descont. Result. Operacionais Provisão para Rescisões (-) Recuperação Desp. Rescisões Perdas com Desv. Ativos		28.019	8.119 (11.391) 5.209 -	2.952
		28.019	1.937	2.952
Total Anual	14.740		29.956	2.952

Finalmente, são apresentados a seguir o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício de 1997 re-elaborados segundo a metodologia dos US-GAAP.

No balanço, os ativos das operações aparecem separadamente de seus passivos. Eles foram classificados como Permanente, apesar da perspectiva de se realizarem em 1998. Se fosse uma operação normal de venda de um segmento de negócios, a classificação seria Ativo Circulante. Porém, como é um processo de privatização e no Brasil há um histórico de liminares de outros processos que impediram o andamento normal, a classificação no Permanente é uma questão de prudência. Do mesmo modo, os débitos com o governo que iriam ser utilizados como pagamento da indenização foram mantidos no Exigível a Longo Prazo.

Foram evidenciados os ativos de cada uma das operações separadamente, apesar de os US-GAAP não determinarem isso explicitamente, assim como as provisões.

Nas operações do SAB e do SAI, foi somado aos seus ativos o valor da recuperação das despesas com a dispensa dos empregados, no montante de R\$ 5.209 mil para cada uma.

A conta de prejuízos acumulados foi ajustada com o novo resultado. Não foi feito nenhum outro ajuste que não estivesse relacionado às operações em descontinuidade em termos de adaptação às normas norte-americanas.

De modo a evidenciar as diferenças entre as demonstrações publicadas e as que foram elaboradas de forma simulada a partir das regras dos US-GAAP, os valores foram colocados lado a lado na mesma demonstração de 1997, nas colunas “Simulado” e “Publicado”.

Tabela 11 – Balanço patrimonial em 1997 publicado e simulado de acordo com as regras dos US-GAAP

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997 (Valores Expressos em Milhares de Reais)					
ATIVO			PASSIVO		
	SIMULADO	PUBLICADO		SIMULADO	PUBLICADO
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	7.969	7.969	Empreiteiras e fornecedores	1.222.794	1.222.794
Contas a receber	36.212	36.212	Empréstimos e financiamentos	-	-
Almoxarifado	369	369	Encargos financeiros s/ financiamentos	-	-
Outros créditos	1.436	1.436	Debêntures	23.738	23.738
Despesas pagas antecipadamente	60	60	Provisões para desapropriações	44.286	44.286
	46.046	46.046	Outras exigibilidades	104.701	104.701
			Oper. SAB em Descont.-Prov. Enc.Rescis.	9.320	-
			Oper. SAI em Descont.-Prov. Enc.Rescis.	11.391	-
				1.416.230	1.395.519
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Empréstimos compulsórios	428	428			
Créditos com órgãos do governo	113.176	113.176	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Outros créditos	530	530	Empréstimos e financiamentos	-	-
	114.134	114.134	Debêntures	63.979	63.979
			Contribuições parceladas	37.795	37.795
PERMANENTE			Débitos com Governo	3.935.652	3.935.652
Operações SAB em descontinuidade	953.006	-		4.037.426	4.037.426
Operações SAI em descontinuidade	1.328.733	-			
Investimentos	3.709	3.709	PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RECURSOS		
Imobilizado	4.886.945	7.158.266	PARA AUMENTO DE CAPITAL		
	7.172.393	7.161.975	Capital Social	4.313.001	4.313.001
			Prejuízos acumulados	(3.726.250)	(3.715.957)
				586.751	597.044
			Recursos para aumento de capital	1.292.166	1.292.166
				1.878.917	1.889.210
TOTAL DO ATIVO	7.332.573	7.322.155	TOTAL DO PASSIVO	7.332.573	7.322.155

É apresentado a seguir como ficaria o balanço patrimonial simulado de 1997 e de 1996 no formato de publicação, em que se permite verificar a evolução dos números de um ano para o outro:

Tabela 12 - Balanço patrimonial em 1997 e 1996 de acordo com as regras dos US-GAAP

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997 E 1996 (Valores Expressos em Milhares de Reais)					
ATIVO			PASSIVO		
	1997	1996		1997	1996
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	7.969	20.080	Empreiteiras e fornecedores	1.222.794	1.235.868
Contas a receber	36.212	25.186	Empréstimos e financiamentos	-	789.822
Almoxarifado	369	310	Encargos financeiros s/ financiamentos	-	196.552
Outros créditos	1.436	723	Debêntures	23.738	21.593
Despesas pagas antecipadamente	60	57	Provisões para desapropriações	44.286	62.660
	46.046	46.356	Outras exigibilidades	104.701	110.746
			Oper. SAB em Descont.-Prov. Enc.Rescis.	9.320	-
			Oper. SAI em Descont.-Prov. Enc.Rescis.	11.391	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				1.416.230	2.417.241
Empréstimos compulsórios	428	372	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Créditos com órgãos do governo	113.176	92.876	Empréstimos e financiamentos	-	2.530.399
Outros créditos	530	298	Debêntures	63.979	77.855
	114.134	93.546	Contribuições parceladas	37.795	8.502
PERMANENTE			Débitos com Governo	3.935.652	-
Operações SAB em descontinuidade	953.006	951.337		4.037.426	2.616.756
Operações SAI em descontinuidade	1.328.733	1.328.467	PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RECURSOS		
Investimentos	3.709	3.705	PARA AUMENTO DE CAPITAL		
Imobilizado	4.886.945	4.905.196	Capital Social	4.313.001	3.606.566
	7.172.393	7.188.705	Prejuízos acumulados	(3.726.250)	(3.235.867)
				586.751	370.699
			Recursos para aumento de capital	1.292.166	1.923.911
				1.878.917	2.294.610
TOTAL DO ATIVO	7.332.573	7.328.607	TOTAL DO PASSIVO	7.332.573	7.328.607

Na Demonstração Simulada dos Resultados dos Exercícios de 1997 e 1996 aparecem separados os resultados das operações em continuidade das em descontinuidade. Assumiu-se que tudo o que não pôde ser atribuído diretamente às operações em descontinuidade foi classificado como em continuidade: receitas e despesas financeiras, resultado não-operacional etc. Os resultados de cada uma das operações em descontinuidade foram apresentados separadamente, apesar de os US-GAAP não exigirem.

Foram colocadas lado a lado as demonstrações publicadas e as demonstrações simuladas, para que se possa comparar e verificar as diferenças em termos de evidenciação.

Tabela 13 e Tabela 14 – Demonstrações dos resultados dos exercícios de 1997 e 1996 publicadas e simuladas de acordo com os US-GAAP

P U B L I C A D A			S I M U L A D A		
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997 E 1996 (Valores Expressos em Milhares de Reais)			DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997 E 1996 (Valores Expressos em Milhares de Reais)		
	1997	1996		1997	1996
RECEITAS OPERACIONAIS			RECEITAS DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		
Arrecadação de Pedágio	430.874	345.716	Arrecadação de Pedágio	232.125	171.078
Multas e Outras Receitas	31.595	21.454	Multas e Outras Receitas	31.595	21.455
	462.469	367.170		263.720	192.533
DESPESAS OPERACIONAIS			DESPESAS DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		
Pessoal	(91.970)	(117.506)	Pessoal	(50.936)	(89.016)
Manutenção	(61.635)	(79.612)	Manutenção	(44.185)	(28.378)
Gerais e Administrativas	(88.932)	(64.420)	Gerais e Administrativas	(66.937)	(53.698)
Provisão para Perdas	(427)	(51)	Provisão para Perdas	(427)	(51)
Depreciações	(64.271)	(61.986)	Depreciações	(41.473)	(39.244)
	(307.235)	(323.575)	Receitas Financeiras	2.134	1.419
ENCARGOS FINANCEIROS			Despesas Financeiras	(403.461)	(758.493)
Receitas	2.134	1.419	Var. Monet.Emprést, Financ, fornec. e outros	(234.079)	(420.128)
Despesas	(403.461)	(758.493)	Resultado Não-operacional	82	9.066
	(401.327)	(757.074)		(839.283)	(1.378.523)
	(708.562)	(1.080.649)	RESULTADO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	(575.563)	(1.185.990)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS INFLACIONÁRIOS	(246.093)	(713.479)	OPERAÇÕES EM DESCONTINUIDADE		
EFEITOS INFLACIONÁRIOS			Result.Operações do SAB em Descontinuidade	12.346	46.709
Var. Monet.Emprést, Financ, fornec. e outros	(234.079)	(420.128)	Resultado da Descontinuidade do SAB	42.878	-
RESULTADO OPERACIONAL	(480.172)	(1.133.607)		55.224	46.709
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	82	9.066	Result.Operações do SAI em Descontinuidade	28.019	14.740
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(480.090)	(1.124.541)	Resultado da Descontinuidade do SAI	1.937	-
				29.956	14.740
			RESULTADO OPERAÇÕES EM DESCONTINUIDADE	85.180	61.449
			LUCRO LÍQUIDO	(490.383)	(1.124.541)

De acordo com as normas do IASC, o balanço patrimonial da DERSA poderia ser apresentado da seguinte forma:

Tabela 14 – Balanço patrimonial publicado em 1997 e simulado segundo as normas do IASC

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997 (Valores Expressos em Milhares de Reais)					
ATIVO			PASSIVO		
	SIMULADO	PUBLICADO		SIMULADO	PUBLICADO
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	7.969	7.969	Empreiteiras e fornecedores	1.222.794	1.222.794
Contas a receber	36.212	36.212	Empréstimos e financiamentos	-	-
Almoxarifado	369	369	Encargos financeiros s/ financiamentos	-	-
Outros créditos	1.436	1.436	Debêntures	23.738	23.738
Despesas pagas antecipadamente	60	60	Provisões para desapropriações	44.286	44.286
	<u>46.046</u>	<u>46.046</u>	Outras exigibilidades	104.701	104.701
			Oper. SAB em Descont.-Prov. Enc.Rescis.	9.320	-
			Oper. SAI em Descont.-Prov. Enc.Rescis.	11.391	-
				<u>1.416.230</u>	<u>1.395.519</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos compulsórios	428	428	Empréstimos e financiamentos	-	-
Créditos com órgãos do governo	113.176	113.176	Debêntures	63.979	63.979
Outros créditos	530	530	Contribuições parceladas	37.795	37.795
	<u>114.134</u>	<u>114.134</u>	Débitos com Governo	<u>3.935.652</u>	<u>3.935.652</u>
				<u>4.037.426</u>	<u>4.037.426</u>
PERMANENTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RECURSOS		
Operações SAB em descontinuidade	953.006	-	PARA AUMENTO DE CAPITAL		
Operações SAI em descontinuidade	1.328.733	-	Capital Social	4.313.001	4.313.001
Investimentos	3.709	3.709	Prejuízos acumulados	<u>(3.726.250)</u>	<u>(3.715.957)</u>
Imobilizado	4.886.945	7.158.266		<u>586.751</u>	<u>597.044</u>
	<u>7.172.393</u>	<u>7.161.975</u>	Recursos para aumento de capital	<u>1.292.166</u>	<u>1.292.166</u>
				<u>1.878.917</u>	<u>1.889.210</u>
TOTAL DO ATIVO	7.332.573	7.322.155	TOTAL DO PASSIVO	7.332.573	7.322.155

O balanço simulado segundo as regras do IASC poderia ser apresentado com a comparação dos valores de 1997 e 1996 da seguinte forma:

Tabela 15 – Balanço patrimonial simulado de 1997 e 1996 segundo as normas do IASC

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997 E 1996 (Valores Expressos em Milhares de Reais)					
ATIVO			PASSIVO		
	1997	1996		1997	1996
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	7.969	20.080	Empreiteiras e fornecedores	1.222.794	1.235.868
Contas a receber	36.212	25.186	Empréstimos e financiamentos	-	789.822
Almoxarifado	369	310	Encargos financeiros s/ financiamentos	-	196.552
Outros créditos	1.436	723	Debêntures	23.738	21.593
Despesas pagas antecipadamente	60	57	Provisões para desapropriações	44.286	62.660
	<u>46.046</u>	<u>46.356</u>	Outras exigibilidades	104.701	110.746
			Oper. SAB em Descont.-Prov. Enc.Rescis.	9.320	-
			Oper. SAI em Descont.-Prov. Enc.Rescis.	11.391	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				<u>1.416.230</u>	<u>2.417.241</u>
Empréstimos compulsórios	428	372	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Créditos com órgãos do governo	113.176	92.876	Empréstimos e financiamentos	-	2.530.399
Outros créditos	<u>530</u>	<u>298</u>	Debêntures	63.979	77.855
	<u>114.134</u>	<u>93.546</u>	Contribuições parceladas	37.795	8.502
PERMANENTE			Débitos com Governo	<u>3.935.652</u>	-
Operações SAB em descontinuidade	953.006	951.337		<u>4.037.426</u>	<u>2.616.756</u>
Operações SAI em descontinuidade	1.328.733	1.328.467	PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RECURSOS		
Investimentos	3.709	3.705	PARA AUMENTO DE CAPITAL		
Imobilizado	<u>4.886.945</u>	<u>4.905.196</u>	Capital Social	4.313.001	3.606.566
	<u>7.172.393</u>	<u>7.188.705</u>	Prejuízos acumulados	<u>(3.726.250)</u>	<u>(3.235.867)</u>
				586.751	370.699
			Recursos para aumento de capital	<u>1.292.166</u>	<u>1.923.911</u>
TOTAL DO ATIVO	7.332.573	7.328.607		<u>1.878.917</u>	<u>2.294.610</u>
			TOTAL DO PASSIVO	7.332.573	7.328.607

Assim como nas demonstrações pelos US-GAAP, os ativos de cada uma das operações em descontinuidade foram classificados como Permanente. Foi somada também a recuperação de despesas com a dispensa de empregados, mas não foram subtraídas as desvalorizações de ativos, pois segundo a metodologia do IASC não deveriam ser apuradas. As provisões também aparecem separadamente no passivo. Os prejuízos acumulados foram ajustados com o novo resultado.

A demonstração simulada dos resultados dos exercícios de 1997 e 1996 da DERSA poderia ser apresentada da seguinte forma, de acordo com as normas do IASC:

Tabela 16 – Demonstrações dos resultados dos exercícios de 1996 e 1997 publicadas e simuladas segundo as normas do IASC

P U B L I C A D A			S I M U L A D A		
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS			DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS		
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997 E 1996			EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997 E 1996		
(Valores Expressos em Milhares de Reais)			(Valores Expressos em Milhares de Reais)		
	1997	1996		1997	1996
RECEITAS OPERACIONAIS			RECEITAS DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		
Arrecadação de Pedágio	430.874	345.716	Arrecadação de Pedágio	232.125	171.078
Multas e Outras Receitas	31.595	21.454	Multas e Outras Receitas	31.595	21.455
	<u>462.469</u>	<u>367.170</u>		<u>263.720</u>	<u>192.533</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			DESPESAS DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		
Pessoal	(91.970)	(117.506)	Pessoal	(50.936)	(89.016)
Manutenção	(61.635)	(79.612)	Manutenção	(44.185)	(28.378)
Gerais e Administrativas	(88.932)	(64.420)	Gerais e Administrativas	(66.937)	(53.698)
Provisão para Perdas	(427)	(51)	Provisão para Perdas	(427)	(51)
Depreciações	(64.271)	(61.986)	Depreciações	(41.473)	(39.244)
	<u>(307.235)</u>	<u>(323.575)</u>	Receitas Financeiras	2.134	1.419
ENCARGOS FINANCEIROS			Despesas Financeiras	(403.461)	(758.493)
Receitas	2.134	1.419	Var. Monet.Emprést, Financ, fornec. e outros	(234.079)	(420.128)
Despesas	(403.461)	(758.493)	Resultado Não-operacional	82	9.066
	<u>(401.327)</u>	<u>(757.074)</u>		<u>(839.283)</u>	<u>(1.378.523)</u>
	<u>(708.562)</u>	<u>(1.080.649)</u>	RESULTADO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	<u>(575.563)</u>	<u>(1.185.990)</u>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS INFLACIONÁRIOS	(246.093)	(713.479)	OPERAÇÕES EM DESCONTINUIDADE		
EFEITOS INFLACIONÁRIOS			OPERAÇÕES SAB		
Var. Monet.Emprést, Financ, fornec. e outros	(234.079)	(420.128)	Receitas	105.592	95.761
RESULTADO OPERACIONAL	(480.172)	(1.133.607)	Despesas	(46.258)	(49.052)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	82	9.066	Provisão para Desligamento de Funcionários	(4.111)	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(480.090)	(1.124.541)	Lucro das Atividades Operacionais	<u>55.224</u>	<u>46.709</u>
			OPERAÇÕES SAI		
			Receitas	93.157	78.878
			Despesas	(57.019)	(64.138)
			Provisão para Desligamento de Funcionários	(6.182)	-
			Lucro das Atividades Operacionais	<u>29.956</u>	<u>14.740</u>
			RESULTADO OPERAÇÕES EM DESCONTINUIDADE	<u>85.180</u>	<u>61.449</u>
			LUCRO LÍQUIDO	<u>(490.383)</u>	<u>(1.124.541)</u>

A demonstração de resultados pelas normas do IASC apresenta em cada uma das operações em descontinuidade seus resultados operacionais, evidenciando as provisões e eventuais desvalorizações diretamente relacionadas a elas. As despesas com pessoal, com manutenção e as despesas gerais e administrativas das operações em descontinuidade foram agrupadas no item Despesas.

De acordo com o APB-30, a nota explicativa sobre as operações em descontinuidade pode ser apresentada da seguinte forma:

Nota X – Operações em Descontinuidade. O Governo do Estado de São Paulo, principal acionista e controlador da DERSA, em conformidade com seu Programa de Desestatização, editou os decretos nº 40.028/95 e 41.370/96 que autorizavam a abertura de licitação para exploração dos sistemas rodoviários Anhangüera-Bandeirantes (SAB) e Anchieta-Imigrantes (SAI), respectivamente, revogando as concessões sob o poder da DERSA. Em março de 1997 foi lançado o edital de licitação para a concessão do SAB, que nesse momento foi reconhecido como uma operação em descontinuidade. O mesmo aconteceu com o SAI em outubro de 1997. Os ativos de ambos serão transferidos ao Departamento de Estradas de Rodagem, que posteriormente os entregará ao novo concessionário, o que se espera acontecer em maio de 1998. A DERSA tem direito a receber indenização pela perda da concessão antes do prazo contratado. A indenização deverá ser pelo valor contábil dos ativos não amortizados na data da transferência. Como a DERSA possui dívidas em montante maior, estas serão utilizadas como pagamento da indenização, compensando o valor dos ativos a serem baixados. Os ativos das operações em descontinuidade são compostos apenas do imobilizado das rodovias e de recuperação de despesas com encargos rescisórios de empregados (no valor de \$5.209 mil para cada operação). Não houve o reconhecimento de perdas com desvalorização de ativos. Os ganhos tiveram seu reconhecimento postergado até a realização. Foram reconhecidas novas provisões para as despesas com a rescisão dos contratos de trabalho dos empregados. Entre a data do reconhecimento e a data do balanço patrimonial, se realizaram os seguintes resultados:

RESULTADO DESCONTINUIDADE	SAB	SAI
Receitas	86.499	20.928
Desp. Pessoal	(16.743)	(5.070)
Desp. Manutenção	(5.965)	(2.284)
Desp. Gerais e Adm.	(9.009)	(2.471)
Desp. Depreciação	(7.793)	(2.985)
Provisão para Rescisões	(4.111)	(6.182)
	42.878	1.937

Pelas normas do IASC, o texto das notas explicativas ficaria praticamente o mesmo, alterando apenas a última frase e o quadro em que são apresentados os resultados da descontinuidade:

Nota X – Operações em Descontinuidade. O Governo do Estado de São Paulo, principal acionista e controlador da DERSA, em conformidade com seu Programa de Desestatização, editou os decretos nº 40.028/95 e 41.370/96 que autorizavam a abertura de licitação para exploração dos sistemas rodoviários Anhangüera-Bandeirantes (SAB) e Anchieta-Imigrantes (SAI), respectivamente, revogando as concessões sob o poder da DERSA. Em março de 1997 foi lançado o edital de licitação para a concessão do SAB, que nesse momento foi reconhecido como uma operação em descontinuidade. O mesmo aconteceu com o SAI em outubro de 1997. Os ativos de ambos serão transferidos ao Departamento de Estradas de Rodagem, que posteriormente os entregará ao novo concessionário, o que se espera acontecer em maio de 1998. A DERSA tem direito a receber indenização pela perda da concessão antes do prazo contratado. A indenização deverá ser pelo valor contábil dos ativos não amortizados na data da transferência. Como a DERSA possui dívidas em montante maior, estas serão utilizadas como pagamento da indenização, compensando o valor dos ativos a serem baixados. Os ativos das operações em descontinuidade são compostos apenas do imobilizado das rodovias e de recuperação de despesas com encargos rescisórios de empregados (no valor de \$5.209 mil para cada operação). Não houve o reconhecimento de perdas com desvalorização de ativos. Os ganhos tiveram seu reconhecimento postergado até a realização. Foram reconhecidas novas provisões para as despesas com a rescisão dos contratos de trabalho dos empregados. **No exercício de 1997, realizaram os seguintes resultados:**

RESULTADO DESCONTINUIDADE	SAB	SAI
Receitas	105.592	93.157
Desp. Pessoal	(18.465)	(22.569)
Desp. Manutenção	(7.282)	(10.168)
Desp. Gerais e Adm.	(10.997)	(10.997)
Desp. Depreciação	(9.513)	(13.285)
Provisão para Rescisões	(4.111)	(6.182)
	55.224	29.956

Essa última frase e o quadro ficam diferentes porque o IASC não separa os resultados de antes e depois do reconhecimento dentro do mesmo ano.

Para 1998, restaria apenas reconhecer os resultados operacionais do próprio ano de cada uma das operações em descontinuidade até o momento de

sua entrega. Os ativos foram transferidos e não aparecem mais em 1998, assim como as provisões, que foram pagas. O total do ativo pelo balanço simulado passa a coincidir com o do balanço publicado, pois tudo acaba se realizando. A apresentação do balanço de 1998 pelos US-GAAP ficaria da seguinte forma:

Tabela 17 – Balanço patrimonial em 1998 publicado e simulado segundo as regras dos US-GAAP

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998 (Valores Expressos em Milhares de Reais)					
ATIVO			PASSIVO		
	SIMULADO	PUBLICADO		SIMULADO	PUBLICADO
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	19.652	19.652	Empreiteiras e fornecedores	432.616	432.616
Contas a receber	48.415	48.415	Debêntures	41.393	41.393
Almoxarifado	318	318	Provisões para desapropriações	35.338	35.338
Outros créditos	1.280	1.280	Outras exigibilidades	194.740	194.740
Despesas pagas antecipadamente	67	67	Oper. SAB em Descont.-Prov. Enc.Rescis.	-	-
	69.732	69.732	Oper. SAI em Descont.-Prov. Enc.Rescis.	-	-
				704.087	704.087
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos compulsórios	485	485	Debêntures	-	-
Créditos com órgãos do governo	163.774	163.774	Contribuições parceladas	32.431	32.431
Outros créditos	858	858	Débitos com Governo	-	-
	165.117	165.117	Débitos perante C.P.A.	740.806	740.806
				773.237	773.237
PERMANENTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RECURSOS		
Operações SAB em descontinuidade	-	-	PARA AUMENTO DE CAPITAL		
Operações SAI em descontinuidade	-	-	Capital Social	4.313.001	4.313.001
Investimentos	1.811	1.811	Prejuízos acumulados	(3.771.738)	(3.771.738)
Imobilizado	4.836.599	4.836.599		541.263	541.263
	4.838.410	4.838.410	Recursos para aumento de capital	3.054.672	3.054.672
				3.595.935	3.595.935
TOTAL DO ATIVO	5.073.259	5.073.259	TOTAL DO PASSIVO	5.073.259	5.073.259

O balanço simulado que deveria ser apresentado, com a comparação de 1998 e 1997, ficaria da seguinte maneira:

Tabela 18 – Balanço patrimonial simulado de 1998 e 1997 segundo os US-GAAP

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E 1997 (Valores Expressos em Milhares de Reais)					
ATIVO			PASSIVO		
	1998	1997		1998	1997
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	19.652	7.969	Empreiteiras e fornecedores	432.616	1.222.794
Contas a receber	48.415	36.212	Debêntures	41.393	23.738
Almoxarifado	318	369	Provisões para desapropriações	35.338	44.286
Outros créditos	1.280	1.436	Outras exigibilidades	194.740	104.701
Despesas pagas antecipadamente	67	60	Oper. SAB em Descont.-Prov. Enc.Rescis.	-	9.320
	69.732	46.046	Oper. SAI em Descont.-Prov. Enc.Rescis.	-	11.391
				704.087	1.416.230
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos compulsórios	485	428	Debêntures	-	63.979
Créditos com órgãos do governo	163.774	113.176	Contribuições parceladas	32.431	37.795
Outros créditos	858	530	Débitos com Governo	-	3.935.652
	165.117	114.134	Débitos perante C.P.A.	740.806	-
				773.237	4.037.426
PERMANENTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RECURSOS		
Operações SAB em descontinuidade	-	953.006	PARA AUMENTO DE CAPITAL		
Operações SAI em descontinuidade	-	1.328.733	Capital Social	4.313.001	4.313.001
Investimentos	1.811	3.709	Prejuízos acumulados	(3.771.738)	(3.726.250)
Imobilizado	4.836.599	4.886.945		541.263	586.751
	4.838.410	7.172.393	Recursos para aumento de capital	3.054.672	1.292.166
				3.595.935	1.878.917
TOTAL DO ATIVO	5.073.259	7.332.573	TOTAL DO PASSIVO	5.073.259	7.332.573

A Demonstração do resultado de 1998 pelos US-GAAP aparece apenas com o resultado da descontinuidade, contendo os lucros operacionais realizados entre o início do ano e a data da descontinuidade de cada operação.

Foi realizado um ajuste nas despesas com pessoal das operações em continuidade, pois a despesa de 1998 na DRE publicada estava computando a recuperação de R\$ 10.418 recebida das novas concessionárias, o que pelas demonstrações simuladas havia sido considerada em 1997. Esse valor foi reduzido do total das despesas com pessoal, para depois se separar o valor das despesas com pessoal das operações em descontinuidade.

A DRE pelos US-GAAP poderia ser apresentada como segue:

Tabela 19 – Demonstrações dos resultados dos exercícios de 1998 e 1997 publicadas e simuladas segundo as normas dos US-GAAP

P U B L I C A D A			S I M U L A D A		
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E 1997 (Valores Expressos em Milhares de Reais)			DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E 1997 (Valores Expressos em Milhares de Reais)		
	1998	1997		1998	1997
RECEITAS OPERACIONAIS			RECEITAS DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		
Arrecadação de Pedágio	261.580	430.874	Arrecadação de Pedágio	193.384	232.125
Multas e Outras Receitas	32.139	31.595	Multas e Outras Receitas	26.322	31.595
	293.719	462.469		219.706	263.720
DESPESAS OPERACIONAIS			DESPESAS DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		
Pessoal	(87.697)	(91.970)	Pessoal	(64.152)	(50.936)
Manutenção	(67.205)	(61.635)	Manutenção	(41.144)	(44.185)
Gerais e Administrativas	(72.689)	(88.932)	Gerais e Administrativas	(60.702)	(66.937)
Provisão para Perdas	(2.420)	(427)	Provisão para Perdas	(2.420)	(427)
Depreciações	(65.593)	(64.271)	Depreciações	(56.887)	(41.473)
	(295.604)	(307.235)	Receitas Financeiras	1.254	2.134
ENCARGOS FINANCEIROS			Despesas Financeiras	(34.814)	(403.461)
Receitas	1.254	2.134	Var. Monet.Emprést, Financ, fornec. e outros	(20.768)	(234.079)
Despesas	(34.814)	(403.461)	Resultado Não-operacional	432	82
	(33.560)	(401.327)		(279.201)	(839.283)
	(329.164)	(708.562)	RESULTADO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	(59.494)	(575.563)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS INFLACIONÁRIOS	(35.445)	(246.093)	OPERAÇÕES EM DESCONTINUIDADE		
EFEITOS INFLACIONÁRIOS			Result.Operações do SAB em Descontinuidade	-	12.346
Var. Monet.Emprést, Financ, fornec. e outros	(20.768)	(234.079)	Resultado da Descontinuidade do SAB	11.054	42.878
RESULTADO OPERACIONAL	(56.213)	(480.172)		11.054	55.224
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	432	82	Result.Operações do SAI em Descontinuidade	-	28.019
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(55.781)	(480.090)	Resultado da Descontinuidade do SAI	2.952	1.937
				2.952	29.956
			RESULTADO OPERAÇÕES EM DESCONTINUIDADE	14.006	85.180
			LUCRO LÍQUIDO	(45.488)	(490.383)

O balanço patrimonial de 1998 simulado com as normas do IASC se apresenta de forma idêntica ao dos US-GAAP, com os valores simulados coincidindo com os valores da demonstração publicada, assim como o balanço com a comparação de 1998 e 1997, que fica exatamente igual ao apresentado anteriormente segundo os US-GAAP, nas tabelas 17 e 18, respectivamente. Por isso, não são apresentados novamente.

A DRE de 1998 também apresenta apenas os resultados operacionais realizados entre o início do ano e a data em que os ativos foram transferidos para o DER, porém com uma evidenciação diferente da utilizada pelos US-GAAP.

Tabela 21 – Demonstrações dos resultados dos exercícios de 1997 e 1998 publicadas e simuladas segundo as normas do IASC

P U B L I C A D A			S I M U L A D A		
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS			DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS		
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E 1997			EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E 1997		
(Valores Expressos em Milhares de Reais)			(Valores Expressos em Milhares de Reais)		
	1998	1997		1998	1997
RECEITAS OPERACIONAIS			RECEITAS DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		
Arrecadação de Pedágio	261.580	430.874	Arrecadação de Pedágio	193.384	232.125
Multas e Outras Receitas	32.139	31.595	Multas e Outras Receitas	26.322	31.595
	<u>293.719</u>	<u>462.469</u>		<u>219.706</u>	<u>263.720</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			DESPESAS DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		
Pessoal	(87.697)	(91.970)	Pessoal	(64.152)	(50.936)
Manutenção	(67.205)	(61.635)	Manutenção	(41.144)	(44.185)
Gerais e Administrativas	(72.689)	(88.932)	Gerais e Administrativas	(60.702)	(66.937)
Provisão para Perdas	(2.420)	(427)	Provisão para Perdas	(2.420)	(427)
Depreciações	(65.593)	(64.271)	Depreciações	(56.887)	(41.473)
	<u>(295.604)</u>	<u>(307.235)</u>	Receitas Financeiras	1.254	2.134
ENCARGOS FINANCEIROS			Despesas Financeiras	(34.814)	(403.461)
Receitas	1.254	2.134	Var. Monet.Emprést, Financ, fornec. e outros	(20.768)	(234.079)
Despesas	(34.814)	(403.461)	Resultado Não-operacional	432	82
	<u>(33.560)</u>	<u>(401.327)</u>		<u>(279.201)</u>	<u>(839.283)</u>
	<u>(329.164)</u>	<u>(708.562)</u>	RESULTADO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	<u>(59.494)</u>	<u>(575.563)</u>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS			OPERAÇÕES EM DESCONTINUIDADE		
EFEITOS INFLACIONÁRIOS	(35.445)	(246.093)	OPERAÇÕES SAB		
EFEITOS INFLACIONÁRIOS			Receitas	35.197	105.592
Var. Monet.Emprést, Financ, fornec. e outros	(20.768)	(234.079)	Despesas	(24.143)	(46.258)
RESULTADO OPERACIONAL	(56.213)	(480.172)	Provisão para Desligamento de Funcionários	-	(4.111)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	432	82	Lucro das Atividades Operacionais	11.054	55.224
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(55.781)	(480.090)	OPERAÇÕES SAI		
			Receitas	38.815	93.157
			Despesas	(35.864)	(57.019)
			Provisão para Desligamento de Funcionários	-	(6.182)
			Lucro das Atividades Operacionais	2.952	29.956
			RESULTADO OPERAÇÕES EM DESCONTINUIDADE	<u>14.006</u>	<u>85.180</u>
			LUCRO LÍQUIDO	<u>(45.488)</u>	<u>(490.383)</u>

Pelos US-GAAP e pelas normas do IASC, há a necessidade de apresentar nota explicativa também em 1998, que poderia conter o seguinte texto, servindo para ambas:

Nota X – Operações em Descontinuidade. O Governo do Estado de São Paulo, principal acionista e controlador da DERSA, em conformidade com seu Programa de Desestatização, editou os decretos nº 40.028/95 e 41.370/96 que autorizaram a abertura de licitação para exploração dos sistemas rodoviários Anhangüera-Bandeirantes (SAB) e Anchieta-Imigrantes (SAI), respectivamente, revogando as concessões sob o poder da DERSA. Em março de 1997 foi lançado o edital de licitação para a concessão do SAB, que nesse momento foi reconhecido como uma operação em descontinuidade. O mesmo aconteceu com o

SAI em outubro de 1997. Os ativos do SAB foram transferidos ao Departamento de Estradas de Rodagem para posterior entrega ao novo concessionário em 01 maio de 1998, e os do SAI em 29 de maio do mesmo ano. A DERSA recebeu indenização pela perda da concessão antes do prazo contratado pelo valor contábil dos ativos não amortizados na data da transferência, por meio de compensação com dívidas que tinha com o governo do estado de São Paulo. Os ativos das operações em descontinuidade eram compostos apenas do imobilizado das rodovias e de recuperação de despesas com encargos rescisórios de empregados (no valor de \$5.209 mil para cada operação). Não houve o reconhecimento de novas perdas ou ganhos. Os resultados operacionais do início do ano de 1998 até a data da entrega dos ativos são compostos da seguinte forma:

RESULTADO DESCONTINUIDADE	SAB	SAI
Receitas	35.197	38.815
Desp. Pessoal	(5.963)	(7.289)
Desp. Manutenção	(9.015)	(17.046)
Desp. Gerais e Adm.	(5.994)	(5.994)
Desp. Depreciação	(3.171)	(5.535)
	11.054	2.952

4.5. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES

Para demonstrar a relevância da evidenciação de operações em descontinuidade, serão levantados aqui alguns aspectos que poderiam ser observados por um analista externo ou outro usuário das demonstrações contábeis.

Analisando as demonstrações de 1998, 1997 e 1996, tanto elaborados segundo os US-GAAP como de acordo com o IASC, é possível verificar que os ativos das operações em descontinuidade foram destacados, assim como as novas provisões decorrentes. Para efeito de análise, os relatórios precisam ser ajustados, eliminando as operações em descontinuidade e ficando apenas com os

ativos e passivos que irão continuar. Fazendo assim, é possível para o analista trabalhar com maior segurança no sentido de fazer projeções futuras.

Ao ler as notas explicativas de 1997 (que é o ano em que deveria ter sido reconhecida a descontinuidade), é possível verificar que os débitos com o governo, classificados como exigível a longo prazo, serão reduzidos em período posterior do valor correspondente às operações em descontinuidade, com o restante passando para patrimônio líquido. As novas provisões, a serem pagas no futuro, poderiam ser reduzidas do passivo circulante e do ativo circulante, simultaneamente.

Assim, com a eliminação das operações em descontinuidade, o analista chegaria aos seguintes números (que aparecem na coluna “ajustado”, em comparação com os valores publicados):

BALANÇO PATRIMONIAL	Ajustado			Publicado		
	1996	1997	1998	1996	1997	1998
Ativo Circulante	46.356	25.335	69.732	46.356	46.046	69.732
Realizável a Longo Prazo	93.546	114.134	165.117	93.546	114.134	165.117
Permanente	4.908.901	4.890.654	4.838.410	7.188.705	7.161.975	4.838.410
Total do Ativo	5.048.803	5.030.123	5.073.259	7.328.607	7.322.155	5.073.259
Passivo Circulante	2.417.241	1.395.519	704.087	2.417.241	1.395.519	704.087
Exigível a Longo Prazo	336.952	101.774	773.237	2.616.756	4.037.426	773.237
Patrimônio Líquido	2.294.610	3.532.830	3.595.935	2.294.610	1.889.210	3.595.935
Total do Passivo	5.048.803	5.030.123	5.073.259	7.328.607	7.322.155	5.073.259

DRE	Ajustado			Publicado		
	1996	1997	1998	1996	1997	1998
Receitas Operacionais	192.533	263.720	219.706	345.716	430.874	293.719
Result. Operac. (exc. Desp. Fin.)	(436.563)	(172.184)	(25.113)	(375.114)	(76.711)	(21.399)
Despesas Financeiras	(758.493)	(403.461)	(34.814)	(758.493)	(403.461)	(34.814)
Resultado Não-Operacional	9.066	82	432	9.066	82	432
Resultado do Exercício	(1.185.990)	(575.563)	(59.495)	(1.124.541)	(480.090)	(55.781)

É possível verificar, por exemplo, que os Ativos Permanentes ajustados ficam mais comparáveis, revelando variações muito pequenas entre 1996 e 1998.

Em 1997, a empresa se mostra mais capitalizada, se for verificado o Patrimônio Líquido ajustado, representando 70,2% do total do ativo, ao invés dos 25,8% de acordo com o publicado. Essa tendência se mostrou efetiva, de acordo com o índice de 1998 de 70,9%.

Na DRE ajustada de 1997, as receitas operacionais ficam bem menores que na publicada, mostrando que essas receitas tendem a ficar nesse patamar. Com esse número, as receitas em 1998 caíram 16,7%, ao invés de 31,8%, de acordo com a demonstração original. Isso afeta também os índices de margem de lucro, como pode ser visto no quadro a seguir (que também mostra outros índices que poderiam ser calculados pelo analista):

ÍNDICES	Ajustado			Publicado		
	1996	1997	1998	1996	1997	1998
Liquidez Corrente	0,019	0,018	0,099	0,019	0,033	0,099
Liquidez Geral	0,051	0,093	0,159	0,028	0,029	0,159
Endividamento	1,200	0,424	0,411	2,194	2,876	0,411
Imobilização Capital Próprio	2,139	1,384	1,346	3,133	3,791	1,346
Retorno sobre o Ativo	(0,086)	(0,034)	(0,005)	(0,051)	(0,010)	(0,004)
Retorno sobre o PL	(0,190)	(0,049)	(0,007)	(0,163)	(0,041)	(0,006)
Margem Operacional	(2,267)	(0,653)	(0,114)	(1,085)	(0,178)	(0,073)
Margem Líquida	(6,160)	(2,182)	(0,271)	(3,253)	(1,114)	(0,190)
Giro do Ativo	0,038	0,052	0,043	0,047	0,059	0,058

Como se verifica, a não exclusão dos valores das operações em descontinuidade em 1997 poderia levar a conclusões até mesmo errôneas a respeito do futuro da DERSA, em que quase 40% das receitas não iriam mais continuar no próximo ano. Em 1997 já estava certo que as rodovias SAI e SAB não iriam mais continuar sob concessão da empresa e, portanto, parte do futuro próximo já estava determinada. As notas explicativas publicadas até

mencionavam o fato, mas não era possível levantar a dimensão do impacto sobre os resultados e o patrimônio.

Com a divulgação dos valores das operações em descontinuidade, seria possível apurar as conseqüências desse fato e realizar a eliminação desses números para efeito de análise e de projeções sobre o futuro da empresa.

4.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo de caso da DERSA, foram abordados primeiramente um breve histórico da empresa e os acontecimentos recentes relacionados à perda da concessão de rodovias importantes como o SAB e o SAI. Depois, foram discutidas as evidenciações realizadas nas demonstrações publicadas de 1995 a 1998. Posteriormente, discutiu-se o que poderia ter sido feito em termos de contabilização das operações em descontinuidade e elaborou-se uma simulação de como as demonstrações poderiam ficar se fossem aplicadas as regras dos US-GAAP e do IASC.

Esse caso tem alguns pontos interessantes que merecem ser destacados:

- a empresa tem como principal acionista e controlador o governo do Estado de São Paulo, e por causa disso tem os planos de descontinuidade formalizados por decretos e editais de licitação;
 - o momento do reconhecimento (data das licitações) ocorreu praticamente dois anos depois da data da tomada da decisão (data dos decretos), que poderia ser o momento do reconhecimento de acordo com a teoria da contabilidade.
- Nota-se por esse estudo de caso que a data da aprovação do plano é

realmente mais adequada para fins normativos, por ser mais objetivo e consistente. Apenas com os decretos não seria possível levantar com precisão os resultados decorrentes da descontinuidade por não se ter a forma como seriam entregues, prazos esperados etc.;

- a forma de descontinuidade, com pagamento por compensação de passivos pelo valor contábil não amortizado, é incomum, o que resultou no não reconhecimento de ganhos ou perdas com os ativos;
- ocorreu mais de uma operação em descontinuidade no mesmo ano, uma situação que os US-GAAP não tratam especificamente;
- a rodovia Senador José Ermírio de Moraes não pôde ser reconhecida como uma operação em descontinuidade;
- a DERSA teve duas de suas maiores operações descontinuadas, o SAB e o SAI, que juntas representavam quase metade do seu faturamento;
- a descontinuidade de ambas as operações deveria ter sido reconhecida em 1997. A efetiva transferência ocorreu apenas em 1998. Essa situação leva, no caso dos US-GAAP, à necessidade de se apurar os resultados realizados até o final do ano e estimar os resultados do próximo, além de ter figurado no balanço os ativos e passivos das operações, o que não aconteceria se a data de mensuração e a data da descontinuidade ocorressem no mesmo ano;
- o SAB e o SAI, de acordo com a apuração realizada, proporcionaria um resultado operacional positivo para 1998, considerando o reconhecimento em 1997. Isso resultaria em um ganho, que teve o seu reconhecimento postergado até a realização;

- é bastante nítido o ganho em termos de informação que o usuário das demonstrações contábeis passa a ter com a evidenciação de operações em descontinuidade. Mesmo que por metodologias de evidenciação diferentes, é possível identificar os resultados, ativos e passivos das operações em descontinuidade. A informação mais importante, porém, não está relacionada a essas operações, mas sim aos resultados e itens patrimoniais daquelas que irão continuar em andamento, pois o que interessa é como a empresa irá estar estruturada para o futuro;
- pela demonstração dos resultados de 1998 e 1997, é possível verificar que a empresa tende a operar nos próximos anos com um prejuízo menor, ao se observar o resultado das operações em continuidade, o que revela que a privatização também foi benéfica para a DERSA. Essa análise somente é possível com a segregação das operações em descontinuidade.

CONCLUSÃO

Foram analisados neste trabalho os principais aspectos da teoria contábil relacionados à descontinuidade de uma ou mais operações da empresa. Foram também levantadas as regras de dois dos principais conjuntos de normas no exterior: as norte-americanas e as do IASC. Permeando esse levantamento há as ligações entre os entendimentos das normas e os conceitos teóricos, com uma análise comparativa dos dois conjuntos de normas.

IASC e US-GAAP possuem normas que diferem entre si em alguns aspectos. Em termos de reconhecimento, o IASC consegue ser mais abrangente na definição da operação e da ocorrência do evento que marca a necessidade de reconhecer a descontinuidade. Quanto à mensuração dos ganhos e perdas decorrentes, ambos utilizam dois conceitos de avaliação de ativos: valor realizável líquido e valor presente dos fluxos futuros de caixa, embora de maneiras diferentes. Em relação ao aspecto da evidenciação, os dois conjuntos de normas diferem principalmente na apresentação da demonstração de resultados. Porém, em essência o propósito é o mesmo: evidenciar os resultados e ativos das partes relevantes que não irão mais continuar operando.

A partir da visão teórica e normativa sobre o assunto, foi estudado o caso prático da DERSA, que por não ter sido obrigada a divulgar a descontinuidade das operações de algumas rodovias da forma como é exigida no exterior, deixou de apresentar informações relevantes. Foi levantado o que a DERSA divulgou e o que poderia ter sido apresentado segundo as normas norte-americanas e internacionais.

Esse caso revelou a importância da evidenciação das operações em descontinuidade e em continuidade, pois se pôde observar, por meio de comparação, a diferença entre as demonstrações publicadas, que não colocavam em destaque as operações em descontinuidade, e as simuladas de acordo com as normas internacionais e norte-americanas, em que são destacadas. Vendo sob a perspectiva de um analista externo, verificou-se que a divulgação dessas informações auxilia na composição dos ajustes das demonstrações no sentido de eliminar as operações em descontinuidade, permitindo a ele apurar as conseqüências da ocorrência desse fato e realizar projeções mais seguras a partir da tendência apenas das operações que irão continuar em funcionamento. Isso não seria possível com as demonstrações que foram publicadas, o que poderia até levar a conclusões errôneas sobre o futuro.

O estudo do caso DERSA foi importante para comprovar em termos práticos as razões pelas quais a hipótese de que o reconhecimento e a evidenciação de operações em descontinuidade aumentam a capacidade dos usuários das demonstrações em fazer projeções futuras, a partir das informações sobre as operações que ainda vão permanecer em continuidade.

Assim, a hipótese colocada no Capítulo 1 foi confirmada pelos seguintes motivos:

1. o reconhecimento da descontinuidade da operação no momento da tomada da decisão, da aprovação do plano ou do seu anúncio é útil para o usuário, porque ocorre em momento ainda oportuno, aumentando a relevância da informação;
2. a segregação das informações sobre a operação que está sendo disposta melhora a capacidade dos usuários em realizar projeções sobre o futuro da empresa, porque eles podem verificar com nitidez a importância relativa da operação que está em descontinuidade e o que irá continuar gerando fluxos de benefícios. Isso aumenta o valor preditivo da informação;
3. as formas de evidenciação que foram levantadas promovem o aumento do conhecimento dos fatos que cercam o evento da descontinuidade, o que permite a identificação da estratégia adotada pela empresa, e a partir disso antecipar eventuais ações futuras;
4. a identificação dos valores de exercícios anteriores da operação aumenta o grau de comparabilidade, o que também amplia as possibilidades de se levantar a tendência dos resultados que poderiam ser obtidos com a operação caso ela continuasse em atividade dentro da empresa. Ao mesmo tempo, é possível comparar em mesma base os resultados das operações em continuidade.

Conclui-se que o reconhecimento e a evidenciação de operações em descontinuidade aumentam a capacidade dos usuários em realizar projeções futuras e com isso tomar decisões com menor incerteza.

Em decorrência, é premente a necessidade de se estabelecer normas no Brasil sobre o assunto. As normas do IASC têm servido de referência para a prática contábil brasileira, mas não há a figura da obrigatoriedade. Em termos gerais, a normatização é importante por uma série de motivos, tanto em termos de política econômica, como da proteção de interesses de terceiros por meio da instituição de melhores modelos de relatórios. Especificamente sobre operações em descontinuidade, a obrigatoriedade da prática de sua evidenciação é necessária porque nem sempre essa divulgação é favorável à empresa. Sendo a prática facultativa, determinadas empresas poderiam não querer evidenciar, por motivos diversos, um fato de grande relevância.

A regulamentação no Brasil sobre operações em descontinuidade pode acontecer em decorrência da aprovação da nova lei das sociedades anônimas, cujo projeto está incluindo a obrigatoriedade de sua divulgação. O projeto não traz detalhes sobre os procedimentos para sua evidenciação, mas deve ser regulamentado por outro instrumento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSOFF, H. Igor. **A nova estratégia empresarial**. São Paulo: Atlas, 1990.

ANTHONY, Robert N., REECE, James S., HERTENSTEIN, Julie. **Accounting text and cases**. 9.ed. Chicago: Irwin, 1995.

ASSAF Neto, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BIRD, Francis A. **Accounting theory: conceptual CPA approach**. Richmond, Virginia: Robert F. Dame, 1979.

BUZBY, Stephen L. **The nature of adequate disclosure**. IN: McCULLERS, Levis D., SCHROEDER, Richard G. **Accounting theory: text and readings**. 2.ed. New York, John Wiley & Sons, 1982.

CAMERON, James B., WOEFEL, Charles J., PATTILO, James W. **Advanced accounting: theory and practice**. Boston: Houghton Mifflin, 1979.

DELANEY, Patrick R., EPSTEIN, Barry J., ADLER, James R., FORAN, Michael F. **Wiley GAAP 98 interpretation and application of generally accepted accounting principles 1998**. New York: John Wiley & Sons, 1998.

DEOGUN, Nikhil. **Pepsi's profit falls 10%, but sales rise as U.S. beverage line shows strength**. Wall Street Journal: New York, 2 de fevereiro de 1999, p. B8

EL HAJJ, Zaina Said. ***Business combination e consolidação: uma abordagem comparativa entre as normas dos US-GAAP, IASC e Brasil.*** São Paulo, 1999. Dissertação (mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FEA/USP.

FASB. **APB Opinion nº 30 – reporting the results of operations – reporting the effects of disposal of a segment of a business, and extraordinary, unusual and infrequently occurring events and transactions.** In: Original pronouncements 1997/98 Edition – accounting standards as of June 1997. Vol. II. New York: John Wiley & Sons, Inc., 1997.

FASB. **Current text 1995/96 edition - accounting standards.** Vol. 1. New York: John Wiley & Sons, 1995.

FASB. **FASB Concept n. 3 – elements of financial statements of business enterprises,** par. 68-69.

FASB. **Letter in response to the International Accounting Standards Committee's November 1996 draft statement of principles, discontinuing operations.** New York: FASB, 1997.

FASB. **Letter in response to the International Accounting Standards Committee's Exposure Draft E55, impairment of assets.** New York: FASB, 1997.

FASB. **Letter in response to the International Accounting Standards Committee's Exposure Draft E58, discontinuing operations.** New York: FASB, 1997.

FASB. **Letter in response to the International Accounting Standards Committee's Exposure Draft E59, provisions, contingent liabilities and contingent assets.** New York: FASB, 1997.

FASB. **Statement of financial accounting standards n° 121 – accounting for the impairment of long-lived assets and for long-lived assets to be disposed of.** In: Original pronouncements 1997/98 Edition – accounting standards as of June 1997. Vol. I. New York: John Wiley & Sons, Inc., 1997.

FASB. **Statement of financial accounting standards n° 14 – financial reporting for segments of a business enterprise.** In: Original pronouncements 1997/98 Edition – accounting standards as of June 1997. Vol. I. New York: John Wiley & Sons, Inc., 1997.

FASB. **Statement of financial accounting standards n° 24 – reporting segment information in financial statements that are presented in another enterprise's financial report – and amendment of FASB statement n° 14.** In: Original pronouncements 1997/98 Edition – accounting standards as of June 1997. Vol. I. New York: John Wiley & Sons, Inc., 1997.

FOSTER, George. **Financial statement analysis.** 2.ed. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall, 1986.

GIBSON, Charles H. **Financial statement analysis using financial accounting information.** Cincinnati, Ohio: South-Western College Publishing, 1995.

GLAUTIER, M.W.E., UNDERDOWN, B. **Accounting theory and practice.** 5.ed. London: Pitman, 1994.

GM posts record quarterly financial results. M2 Presswire; Coventry; 16 de abril de 1999, p. 1.

HENDRIKSEN, Eldon S., VAN BREDa, Michael F. **Accounting theory.** 5.ed. Chicago: Irwin, 1992.

HORNGREN, Charles T., HARRISON Jr., Walter T. **Accounting.** Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall, 1989.

IASC. **Comment letters on draft statement of principles - discontinuing operations.** London: IASC, 1997.

IASC. **Discontinuing Operations - a draft statement of principles issued for comment by the steering committee on discontinuing operations.** London: IASC, 1996.

IASC. **Discontinuing Operations - exposure draft E58.** London: IASC, 1997.

IASC. **Impairment of assets - exposure draft E55.** London: IASC, 1997.

IASC. **International accounting standard – discontinuing operations – IAS-35.** London: IASC, 1998.

IASC. **International accounting standard – impairment of assets – IAS-36.** London: IASC, 1998.

IASC. **International accounting standard – provisions, contingent liabilities and contingent assets – IAS-37.** London: IASC, 1998.

IASC. **International accounting standard – segment reporting – IAS-14 revised.** London: IASC, 1997.

IASC. **International accounting standards 1997 - the full text of all international accounting standards extant at 1 January 1997 and current exposure drafts.** London: IASC, 1996.

IASC. **Provisions, contingent liabilities and contingent assets - exposure draft E59.** London: IASC, 1997.

IASC. **The IASC - U.S. comparison project: a report on the similarities and differences between IASC standards and U.S. GAAP - based on a study undertaken by: the FASB staff.** Carrie Boomer, 1996.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

JAENICKE, Henry R., RASCOFF, Joseph. Segment disposition: implementing APB Opinion nº 30. IN: McCULLERS, Levis D. SCHROEDER, Richard G. **Accounting theory: text and readings.** 2. ed. New York: John Wiley & Sons, 1982.

KAM, Vernon. **Accounting theory.** New York: John Wiley & Sons, 1985.

KIESO, Donald E., WEYGANDT, Jerry J. **Intermediate accounting.** 5.ed. New York: John Wiley & Sons, 1986.

LITTLETON, A. C., ZIMMERMAN, V. K. **Accounting theory: continuity and change.** Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall, 1962.

LITTLETON, A.C., ZIMMERMAN, V.K. **Accounting theory: continuity and change**. Englewood Cliffs: Prentice-hall, 1962.

LOORE, Joseph. The utility of normalization for accountancy and auditing. IN: BERG, Kenneth B., MUELLER, Gerhard G., WALKER, Lauren M. **Readings in international accounting**. Boston: Houghton Mifflin, 1969.

MARTINS, Eliseu. **Contribuição à avaliação do ativo intangível**. Tese (doutoramento). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1972.

McDONALD, Daniel L. **Corporative accounting theory**. Massachusetts: Addison-Wesley, 1972.

MITCHELL, Bert N. A comparison of accounting and economic concepts of business income. IN: McCULLERS, Levis D. SCHROEDER, Richard G. **Accounting theory: text and readings**. 2. ed. New York: John Wiley & Sons, 1982.

Monsanto's 2d-quarter profit beats analysts' expectations. New York Times: New York, 28 de julho de 1999.

MOST, Kenneth S. **Accounting theory**. 2.ed. Columbus: Grid, 1982.

PAHLER, Arnold J. MORI, Joseph E. **Advanced accounting: concepts and practice**. 4.ed San Diego: Harcourt Brace Jovanovich, 1991.

ROSENFELD, Paul, RUBIN, Steven. **Consolidation, translation, and the equity method: concepts and procedures**. New York: John Wiley & Sons, 1985.

SPRUILL, Charles R. **Conglomerates and the evolution of capitalism.** USA: Library of Congress, 1982.

TOMASKO, Robert M. **Downsizing: reformulando sua empresa para o futuro.** São Paulo: Makron Books, 1992.

WARREN, Susan. **DuPont posts 9% decline in earnings from continuing lines before charges.** Wall Street Journal: New York, 28 de janeiro de 1999.

WILLIAMS, Jan R. **Miller GAAP guide - a comprehensive restatement of current promulgated generally accepted accounting principles.** New York: Harcourt Brace, 1997.